



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DYULLIA MOREIRA DE SOUSA

Contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

DYULLIA MOREIRA DE SOUSA

3. Título do trabalho

Contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Dyullia Moreira De Sousa, Discente**, em 11/06/2025, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 18/06/2025, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5433740** e o código CRC **CBF5AEF2**.

DYULLIA MOREIRA DE SOUSA

Contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia

Orientador (a): Professor(a) Doutor(a) Anderson de Brito Rodrigues.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Dyullia Moreira de
Contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira
[manuscrito] / Dyullia Moreira de Sousa. - 2025.
0 156 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui lista de figuras.

1. Ruralidades. 2. Psicologia no Brasil. 3. Psicologia do campo. 4.
Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia. I. Rodrigues,
Anderson de Brito, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 28 da sessão de Defesa de Dissertação de **DYULLIA MOREIRA DE SOUSA** que confere o título de **Mestra em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco (06/06/2025)**, a partir das **9:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"Contribuições da Psicologia Rural para a Psicologia Brasileira"**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Anderson de Brito Rodrigues (PPGP/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **UFG**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Profª. Drª. **Gislayne Cristina Figueiredo (UFMT)**, doutora em **Psicologia** pela **USP** - integrante titular externa e Profª. Drª. **Livia Gomes dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela **PUC/SP** - integrante titular interna. Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues

Profª. Drª. Livia Gomes dos Santos

Profª. Drª. Gislayne Cristina Figueiredo

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira



Documento assinado eletronicamente por **Dyullia Moreira De Sousa, Discente**, em 18/06/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 18/06/2025, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 03/07/2025, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5445472** e o código CRC **F258B818**.

DEDICATÓRIA

“Aos meus pais que, sob muito sol, me fizeram chegar até aqui, pela sombra”.
E aos companheiros que trouxeram sentido e acolhimento à minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ozorico e Shinaider (in memoriam), que foram a fonte de tudo e o suporte em todos os momentos. Sempre incentivando os estudos na esperança de um futuro melhor para os filhos. Com muito trabalho, meu pai, garantiu que tivéssemos a formação que ele não teve a oportunidade de ter e o exemplo de garra e dedicação de minha mãe me deram a força necessária para concluir essa etapa, mesmo diante da dor de perdê-la.

Ao meu irmão, Huerik, sempre fonte de inspiração para mim. Foi alicerce nos dias difíceis e contente quando possível.

À minha família extensa, especialmente, os meus avós, raízes que nos nutriram de afeto, às tias e primas que sempre estiveram disponíveis e foram auxílio em todas as necessidades.

Aos meus amigos e ao meu parceiro, que se fazem presença em minha vida e me curam de todo sofrimento e ressentimento. Obrigada, Larissa, Amanda, Stefhany, Rayssa, Rodovalho, Nathália e Rhuan. Não foram dias fáceis, mas tê-los ao meu lado tornou a caminhada mais leve. Aos companheiros de mestrado, Ayla e Claus, que me ajudaram e me deram a motivação que, por vezes, eu não tinha para continuar.

E aos meus mestres, que desde cedo me inspiraram a buscar mais conhecimento, hoje são exemplos no meu fazer profissional. Agradeço, especialmente, às membras da banca de qualificação e defesa Gislayne Figueiredo e Lívia Gomes. Gislayne, que foi minha orientadora durante a graduação, me guiou nas pesquisas acerca das ruralidades em Psicologia, quando eu nem sabia que isso era possível, com isso, me ajudou a me encontrar enquanto pesquisadora. Lívia, que fez meus olhos brilharem novamente para a psicologia, enquanto falava de Psicologia Histórico-Cultural, o que deu sentido à minha visão de mundo e me reconhecer como Psicóloga. Gentilmente, elas dedicaram tempo contribuindo neste trabalho, mais do que isso, fizeram dele o que ele é.

Ao PPGP UFG, pelos ensinamentos enriquecedores e pelo apoio logístico que facilitaram a conclusão desta dissertação. E ao meu orientador, Anderson Rodrigues, por sua orientação paciente e valiosa ao longo deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Formação Brasileira: Quando o Agrário e o Urbano se Encontram.....	22
1.1. Concentração Fundiária e Modernização Brasileira.....	23
1.2. A Urbanização e Industrialização Brasileira.....	28
1.3. Povoação Brasileira.....	47
1.4. O Rural e o Urbano na Atualidade.....	54
A Psicologia Brasileira Entre o Rural e o Urbano.....	62
2.1. Psicologia no Brasil e sua Lógica Urbanocêntrica.....	63
2.2. O Estado da Arte em Psicologia Rural.....	72
2.3. A Crise na Psicologia Brasileira.....	90
Um Caminho Para a Síntese.....	98
3.1. A Questão Agrária e Expressões da Questão Social.....	99
3.2. Constituição Psíquica e Subjetiva no Campo.....	111
3.3. Teoria e Método: Notas da Psicologia Rural para uma Psicologia Brasileira.....	125
3.3.1. A concepção de ruralidade e sua relação com a urbanidade.....	129
3.3.2. O rural na psicologia brasileira urbanocêntrica.....	133
3.3.3. Por uma psicologia unificada.....	138
Considerações Finais.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
APÊNDICE A.....	152
APÊNDICE B.....	165

Lista de Figuras

Figura 1 - Porcentagem por descritores	74
Figura 2 - Tendência anual de estudos rurais na psicologia	75
Figura 3 - Distribuição de artigos por regiões brasileiras	76

Resumo

O Brasil se desenvolveu tendo fortes influências agrárias, tanto em questões econômicas e políticas, quanto em relação à subjetividade do povo brasileiro. Por outro lado, a psicologia difundida no país se debruçou inicialmente sobre as questões de grandes cidades, em decorrência do êxodo rural e modernização, deixando à margem um contingente populacional não urbano. Os povos rurais são um exemplo de populações que foram invisibilizadas ao longo do tempo pela Psicologia, só tendo recebido a devida importância com a emergência de uma Psicologia Rural. Por isso o presente trabalho tem como questão norteadora compreender como a Psicologia Rural pode auxiliar a pensar uma psicologia brasileira condizente com a realidade, especialmente com as populações rurais? Assim, tem-se como objetivo geral traçar as contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira. Parte-se do pressuposto de que, se o Brasil tem raízes agrárias para pensar uma teoria psicológica para o país, é necessário considerar a herança rural do povo brasileiro. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratória, nas bases de dados Pepsic, Scielo e Lilacs, através de descritores como “rural”, “agrário” e “campesino”. Foi possível traçar o estado da arte que permitiu conhecer a diversidade temática dos trabalhos em psicologia rural, bem como conhecer a escassez de discussões epistemológicas. Para análise foram selecionados 12 artigos que ressaltam sobre as expressões da Questão social no campo, a constituição psíquica e subjetiva no meio rural e aspectos teórico-metodológicos de uma “psicologia rural”. Conclui-se que, não é possível atuar com os povos rurais a partir de uma psicologia marcadamente urbana, porém não se pretende criar uma Psicologia Rural, aumentando a dicotomia entre rural e urbano. Portanto, advoga-se a necessidade de considerar a ruralidade na constituição de uma teoria psicológica brasileira, para assim, de fato, contemplar a diversidade populacional, incluindo os povos rurais.

palavras-chave: Ruralidades; Psicologia no Brasil; Psicologia do campo; Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Abstract

Brazil has developed under strong agrarian influences, not only in economic and political matters but also in the subjectivity of its people. On the other hand, psychology as it was disseminated in the country initially focused on issues related to large cities, due to rural exodus and modernization, leaving a non-urban population marginalized. Rural populations are an example of groups that have been made invisible over time by Psychology, only receiving proper attention with the emergence of Rural Psychology. For that reason, this study is guided by the question: how can Rural Psychology help in building a Brazilian psychology that aligns with reality, especially that of rural populations? The general objective is to outline the contributions of ruralities to Brazilian Psychology. Based on the assumption that if Brazil has agrarian roots, then to construct a psychological theory for the country, it is necessary to consider the rural heritage of the Brazilian people. To that end, an exploratory bibliographic research was conducted using the Pepsic, Scielo, and Lilacs databases, with descriptors such as "rural," "agrarian," and "peasant." This allowed for mapping the state of the art, revealing both the thematic diversity of works in rural psychology and the scarcity of epistemological discussions. For the analysis, 12 articles were selected that address expressions of the social question in the countryside, psychic and subjective constitution in rural settings, and theoretical-methodological aspects of a "rural psychology." It is concluded that it is not possible to work with rural populations from a psychology that is markedly urban. However, the goal is not to create a separate Rural Psychology, which would increase the dichotomy between rural and urban. Therefore, it is advocated that rurality must be considered in the development of a Brazilian psychological theory, in order to truly encompass the population's diversity, including rural peoples.

keywords: Ruralities; Psychology in Brazil; Psychology of the countryside; Historical, Theoretical and Political Foundations of Psychology.

Introdução

Enquanto uma pessoa que cresceu e se constituiu como sujeito no meio rural, a presente autora não teve contato formal com a psicologia, como ciência e profissão, fora do contexto urbano. Foi somente através da formação no ensino médio que este encontro aconteceu, em uma orientação profissional para concluintes, a qual se deu em uma escola próximo ao centro da cidade de Iporá. Foi por meio desta interação inicial que o desejo pela profissão surgiu, porém foi apenas no decorrer do curso de Bacharel em Psicologia, mais especificamente no terceiro período, que de fato encontrou-se na profissão, quando conheceu a chamada Psicologia Rural.

Durante os trabalhos da disciplina de psicologia social, e posteriormente, em psicologia do trabalho, foram desenvolvidas atividades relacionadas ao rural. Com isso, percebeu-se que, apesar de nunca ter tido contato com a psicologia no campo, ou sequer ouvir falar sobre essa possibilidade, ela existia e havia psicólogas (os), mesmo que em uma pequena quantidade, que se dedicavam a esse trabalho, foi quando, então, conheceu uma delas. Através de um projeto de Iniciação Científica começaram a pesquisar sobre a Psicologia no meio rural, e não parou mais.

O mestrado veio como uma maneira de continuar a desenvolver pesquisas sobre o tema, para que ele ganhe relevância e seja explicitado cada vez mais as relações e possibilidades de interação entre a psicologia com o campo. Foi por meio dessa formação que obteve maior familiaridade com a Psicologia Histórico Cultural, postulada por Vygotsky e seus continuadores. A partir de então tudo se conectou melhor.

A Psicologia Histórico Cultural entende o ser humano através de um olhar integrado, entre o biológico e o social. Apesar da base biológica, é no contato com a cultura que o ser humano consegue desenvolver suas funções mentais e a personalidade. Portanto, o desenvolvimento do ser humano tem caráter histórico e cultural.

A inter-relação entre esses planos permite que o ser humano se transforme enquanto muda seu meio, que o influenciará em seu desenvolvimento. Nesse sentido, o momento histórico e o contexto

cultural dão formas ao desenvolvimento do indivíduo e conseqüentemente ao grupo, que possuem uma relação dialética. Com isso, cada sociedade possui suas particularidades e para a Psicologia, enquanto ciência e profissão, conseguir abordá-la de maneira satisfatória é necessário que se construa um arcabouço teórico e prático que a contemple.

Em vista disso, o trabalho parte inicialmente de uma justificativa pessoal, mas não só, por meio dela se percebe a ausência da Psicologia no campo e, portanto, a relevância do trabalho para o entendimento da Psicologia e sua relação com o espaço rural.

O conhecimento psicológico sempre esteve presente em todas as sociedades ao longo do tempo. As discussões psicológicas suscitadas perpassam inicialmente o campo da filosofia. As principais indagações eram a respeito da relação entre corpo e mente, razão e emoção. Assim continua passando pelo Império Romano, no qual houve desenvolvimento do cristianismo e os saberes psicológicos da época estão atrelados a saberes religiosos, porque a Igreja tinha parte do monopólio do saber.

O Renascimento permitiu o progresso da ciência e o avanço de estudos da anatomia e fisiologia humana. Assim, conhecimentos psicológicos passam a ser investigados pelas áreas de fisiologia e neurofisiologia, mais especificamente, através dos métodos das ciências naturais, que embasaram teorias sobre o sistema nervoso.

Segundo Soares (2010) as matrizes principais que deram origem à Psicologia, são sem dúvidas a Filosofia e a Fisiologia. Foram estas que deram bases e emolduraram o caráter desta área, o qual seja, “portadora da unilateralidade das ciências de análise e da amplitude das ciências de pensamento e de síntese” (Soares, 2010, p. 11).

Mesmo a Psicologia tendo atravessado a história da humanidade, ainda há setores e populações que ela não alcança ou o faz de maneira insuficiente, como nas áreas rurais.

No Brasil, em específico, autores como Massimi (1998) e Pessotti (2004) afirmam haver saberes psicológicos desde o período colonial, como os saberes dos indígenas, nos quais foram observados temas como a criação dos filhos, o papel da mulher na sociedade, sociabilidade e

criatividade. Também, são constatados diversos conhecimentos psicológicos na cultura dos povos negros escravizados no país. Esses saberes originários e ancestrais, foram com o tempo aculturados, principalmente pela catequização e imposição dos colonizadores, os quais se utilizaram de conhecimentos psicológicos para tais atos.

De acordo com o avanço da sociedade brasileira a psicologia também se desenvolve. Como área do conhecimento, a psicologia inicia sua história oficial no país ancorada ainda em conhecimentos estrangeiros, pois à época não havia cursos superiores no Brasil e a formação universitária era realizada em outros países. Essa psicologia estrangeira era transposta para uma realidade diferente, uma vez que, ainda no século XIX e início do XX, o Brasil se encontrava em outro contexto histórico de desenvolvimento, permeado por desigualdade e sendo ainda predominantemente rural.

No processo de amadurecimento da ciência psicológica, nos deparamos principalmente com a Medicina e a Educação. São nessas duas áreas que a Psicologia encontra um lócus de crescimento no país, com estudos voltados à higienização e normalização da sociedade brasileira (Rodrigues, 2010; Antunes, 2012; Bock, 1999; Gondra, 2000; Schwarcz, 1993). Com isso, são dadas as bases para que a Psicologia se desenvolva no país e posteriormente se institucionalize como ciência e profissão.

No processo de formação da urbanidade no Brasil, no século XX, os conhecimentos da Psicologia tradicionalmente foram adotados com o intuito de ajustamento das populações rurais ao modelo de vida nas cidades. Nesse sentido, ainda se caminha na construção de uma prática psicológica que consiga de fato atender às realidades brasileiras, em sua complexidade e nas reais demandas de suas populações. Há contextos em que a psicologia não tem chegado e se chega apresenta-se como uma mera transposição que não contempla as demandas presentes na realidade social.

O contexto rural sempre foi muito importante na história de desenvolvimento do Brasil, uma vez que desde suas origens a economia e estrutura sociopolítica brasileira teve por base a

agricultura, pecuária, extrativismo e mineração, principalmente, em função disso, a sociedade se estruturou em meio ao campo. Com a modernização no mundo rural e industrialização nas cidades, houve mudanças estruturais, contudo, a população continuou sendo essencialmente rural, assim como, boa parte dos municípios de pequeno porte.

Se a psicologia tradicional tem dificuldades para contribuir em alguns contextos urbanos mais específicos e vulneráveis, pela sua bagagem histórica formada principalmente por teorias importadas de outros países (com graus de desenvolvimento histórico em estágios diversos e níveis de urbanização diferentes), para áreas não urbanas e populações rurais essa atuação fica ainda mais comprometida.

Visando preencher tais lacunas que a psicologia apresenta, por tradicionalmente não ter subsídios necessários para uma atuação comprometida com as realidades rurais, tem sido pensada uma “Psicologia Rural”. Conti, Oliveira, Landini e Monteiro (2020) e Landini (2015) apontam que essa área foi pensada para dar conta de um objeto que historicamente tem sido deixado à margem na psicologia, permitindo a discussão e compreensão de suas especificidades. Apesar da iniciativa, essa área apresenta alguns problemas conceituais e epistemológicos, apresentando uma carência de definição específica sobre o rural tratado e do que é este campo para a psicologia, bem como, de que forma o abordar em estudos e intervenções (Silva & Macedo, 2017; Ronzani et al., 2021).

Constata-se, portanto, a existência de uma psicologia tradicional, que, tal como foi constituída, não está preparada para lidar com a diversidade de povos e modos de vida presentes na realidade brasileira, uma vez que é essencialmente urbana - ainda que não dê conta de toda a complexidade existente nas cidades - e uma psicologia rural - carente de uma teoria e método. Tal questão pode ser explicada por Santos e Callegare (2022) que apontam que a questão do contexto ambiental não é levada em consideração na constituição psicológica.

Considerando o exposto indaga-se de que forma a Psicologia Rural pode auxiliar a pensar uma psicologia brasileira mais comprometida com a realidade de seu povo, especialmente as populações rurais?

Parte-se do pressuposto de que a formação histórico-cultural do território brasileiro e seu povoamento tem relação profunda com o campo, da mesma forma que este tem com o processo de urbanização e, conseqüentemente, o processo de estruturação da Psicologia no país. Portanto, a identidade da população brasileira é marcada por suas raízes rurais, a qual tem sido negligenciada historicamente pela psicologia, que pelo contrário, tradicionalmente serviu ao projeto hegemônico da sociedade urbanocêntrica.

Toma-se neste trabalho o conceito de camponês, também abordado como populações do campo ou rurais. A adoção desse nominalismo se dá pela necessidade de demarcar a classe e o comprometimento político com a categoria. Segundo Severo (2024) a definição do campesinato e suas diferenciações com produtor rural ou agricultor é complexa. Contudo, defende que a ideia de campesinato estava atrelada ao movimento político e social de defesa desse modo de vida, mais ligado à natureza, à reforma agrária e à soberania alimentar, também associada aos movimentos de luta pela terra e contra as desigualdades no campo. Com a extinção das ligas camponesas durante a ditadura militar e a sindicalização dos trabalhadores do campo, o termo também entrou em desuso. Assim, os camponeses foram vinculados a nomenclaturas como trabalhador rural, previsto no Estatuto da Terra e a associação nesse período de um todo indivisível no meio rural, como se os trabalhadores rurais tivessem o mesmo status que os latifundiários. Além disso, também associaram a termos como pequenos produtores ou agricultores de subsistência, os atrelando a algo menor ou depreciativo (Severo, 2024).

Com isso, houve um abandono a identidades mais tradicionais, sendo que muitas vezes os “agricultores familiares” rejeitam o termo camponês por esta estar vinculada a um trabalho de subsistência e precário, enquanto as outras nomenclaturas, mais associadas ao capitalismo e poder de produção, passa uma visão mais sedutora, em virtude da ideologia vinculada a elas. Portanto, ao adotar a terminologia “camponês” se propõe um resgate aos saberes tradicionais, ao elo com a natureza, a produção familiar e a crítica ao modelo agroexportador (Severo, 2024). Com o termo camponês se pretende englobar grupos como, caipiras, colonos, roceiros, sertanejos, os assentados,

os acampados, os agricultores familiares e também os assalariados que trabalham no campo (Severo, 2024; Brasil, 2022).

É fundamental distinguir o campesinato do modelo de produção representado pelo agronegócio. Enquanto o campesinato se organiza majoritariamente por meio do trabalho familiar direto na terra, mantendo vínculos históricos, culturais e afetivos com o território, enquanto o agronegócio se estrutura a partir da lógica do capital, da concentração de terras, da monocultura em larga escala e exportação de commodities, além do uso intensivo de tecnologias voltadas à maximização da produtividade. O primeiro está relacionado à produção de alimentos diversificados para o consumo interno e à sustentabilidade das comunidades rurais, já o segundo, à concentração fundiária, à homogeneização dos modos de vida e ao esgotamento dos recursos naturais. Além disso, o avanço do agronegócio tem promovido o deslocamento forçado de famílias camponesas, o enfraquecimento da soberania alimentar e a descaracterização das culturas locais, criando um cenário de invisibilização e marginalização dos sujeitos do campo. Por isso, é imprescindível reconhecer as especificidades do campesinato não apenas como categoria econômica, mas como sujeito político e cultural, cuja existência desafia as lógicas hegemônicas de desenvolvimento e oferece caminhos para repensar uma psicologia comprometida com os territórios e suas múltiplas formas de vida.

Assim, o trabalho pretende investigar as contribuições das ruralidades para a Psicologia Brasileira. Como objetivos específicos espera-se: 1) explorar o contexto de desenvolvimento da sociedade brasileira, 2) compreender a história da psicologia no país, em sua relação com o processo de urbanização, e o estado da arte da Psicologia Rural, delineando uma dicotomia urbano-rural na psicologia; e 3) Pontuar debates importantes acerca do desenvolvimento psicológico no campo, sinalizando a dialética singular-particular-universal, que ajudam a pensar também uma psicologia brasileira como um todo.

Com tal intuito, foi realizada uma investigação teórica ancorada nos conceitos da Psicologia Histórico Cultural. A análise histórica é uma das chaves primordiais para o pensamento de Vigotski, bem como a dialética. Assim, pretende através da investigação da constituição histórica da

sociedade brasileira, analisar a materialidade, bem como formação subjetiva de suas populações, uma vez que, esses processos constituem dialeticamente. Através disso, pode-se pensar no papel da psicologia, neste contexto, principalmente a sua atuação com as populações rurais que têm sido invisibilizadas de sua teoria.

Massimi (2010) afirma que a historiografia permite o acesso a um caminho possível, entre tantos outros que a investigação histórica permite. Sendo assim, os registros históricos vão possibilitando a reconstrução da história, preenchendo lapsos através das fontes pesquisadas e a compreensão do historiador a partir delas. Hobsbawm (1998) assinala que por meio da historiografia se pode desvelar padrões e mecanismos de mudança histórica, captar as semelhanças e as diferenças, as continuidades e as rupturas contidas em tal processo. A historiografia não consegue prever o futuro, mas pode auxiliar a entender quais problemas teremos a resolver.

Trata-se, portanto, de um estudo exploratório, que tem como objetivo tornar a problemática de pesquisa mais familiar, esclarecer sobre o tema e construir hipóteses sobre o tema investigado (Gil, 2002). Possui caráter qualitativo, que segundo Gil (2002) possibilita entender o fenômeno interpretando de maneira mais profunda e buscando aspectos subjetivos, sociais e culturais na análise. Dessa forma, buscou-se investigar sobre a Psicologia Rural procurando aprofundar conhecimentos sobre sua epistemologia, bem como, desvelar sobre as pesquisas que têm se valido dela.

Foi utilizado como procedimento a pesquisa bibliográfica, definida por Lima e Miotto (2007, p. 38) como o “conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções”. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico, que consiste em pesquisar trabalhos publicados que abordam a Psicologia Rural, a partir de bases de dados brasileiras e internacionais, como Scielo, Lilacs e Pepsic. Para isso, será utilizada a palavra “Psicologia” com adição dos descritores: “rural”, “ruralidade”, “agrário” e “camponês” ou “campesino”, vale ressaltar que foram utilizadas variações de número e gênero dos mesmos. Com isso, visa-se englobar as variações de nomenclaturas adotadas para a psicologia no meio rural adotadas na América Latina. Segundo Moura, Barbosa,

Martins e Bonfim (2019), as principais são: Psicologia Rural, Psicologia em Ambientes Rurais e Psicologia em Contextos Rurais.

Lima e Miotto (2007) defendem a leitura como principal técnica utilizada para o levantamento bibliográfico, devendo ser feitas leituras sucessivas com finalidades e em momentos diferentes. Além disso, pontuam ser uma técnica que permite a aproximação com o objeto, alcance à várias informações sobre ele, bem como, os dados dispersos em pesquisas distintas, permitem maior flexibilidade metodológica e melhora na definição do estudo. Assim, na atual pesquisa as técnicas adotadas foram empregadas na seguinte sequência inspirada pelo modelo exposto pelas autoras mencionadas: em um primeiro momento a seleção de trabalhos por meio da base de dados e suas ferramentas de busca, posteriormente, realizada a leitura dos resumos das pesquisas selecionadas, para então efetuar uma leitura flutuante sobre toda a extensão do artigo, assim os artigos que não forem excluídos da busca passaram pela leitura integral e aprofundada e por fim, uma leitura interpretativa, em que por meio de um processo crítico e reflexivo, os achados nos trabalhos foram relacionados com os objetivos da pesquisa.

A discussão foi dividida em três capítulos. O primeiro deles se trata de uma análise da história e formação do que se entende hoje por Brasil, foram utilizados autores (as) clássicos que abordam a constituição do Brasil e sua povoação, como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda e Lilia Schwarcz, bem como, autores da discussão sobre a questão agrária dentro do marxismo, como João Pedro Stedile e Adalberto Floriano Greco Martins.

Já o segundo capítulo trouxe referências acerca do desenvolvimento da psicologia no país, a partir de autores que abordam o tema, como Antunes (2012), Gondra (2000), Massimi (1998; 2008), Pessotti (2004), Rodrigues (2010), Schwarcz (1993; 2015) e Soares (2010). A Psicologia que se originou de debates da Filosofia e Fisiologia, adentra o país com teorias importadas e se aprimora em função da Medicina e Educação, principalmente. Suas origens marcam uma psicologia de caráter tradicionalmente elitista, a qual esteve alinhada ao projeto hegemônico de desenvolvimento do Brasil, compactuando com práticas de higienização. Bem como, é expressamente

urbanocêntrica, uma vez que se desenvolveu em um contexto marcada pelo êxodo rural, visando adaptar e normalizar as populações ao modo de vida nas cidades.

Em virtude disso, também foi debatido sobre a Psicologia Rural, que emerge como uma área disposta a pensar os povos do campo, historicamente deixadas à margem pela psicologia tradicional. Neste tópico do trabalho, analisou-se como a psicologia tem se envolvido com o campo e quais têm sido as preocupações em sua atuação com esses povos. Posteriormente, foi feito um paralelo entre o debate de Vigotski sobre a crise na Psicologia e dicotomia que se apresenta entre a Psicologia tradicional, marcadamente urbana, e uma Psicologia que se coloca a pensar as ruralidades.

Assim, buscou-se refletir como uma psicologia lograda no contexto urbano pode dar conta da complexidade existente no território brasileiro, visto que muitas regiões têm características rurais e o próprio povo brasileiro tem em suas origens raízes agrárias, ademais, como a psicologia tem abarcado os camponeses de forma efetiva, se todo seu aparato epistemológico foi pensado nas e para as cidades.

Com estes questionamentos o terceiro capítulo faz uma análise, a partir da seleção de 12 artigos, abordando algumas categorias fundamentais para entender o desenvolvimento no campo e os impactos desse ambiente no psiquismo e subjetividade. Por fim, debruçou-se sobre o caráter epistemológico da área, para compreender como esta psicologia rural pode contribuir com uma teoria psicológica brasileira.

Portanto, foi debatido sobre a importância de considerar o rural como o meio cultural em que ocorre o desenvolvimento da população rural, bem como, as marcas deixadas na sociedade brasileira dos saberes e costumes rurais, visto a origem agrária do país e a imigração de camponeses para as cidades. Sendo, assim, de extrema importância considerar o rural na teoria e prática psicológica brasileira.

Para finalizar, o trabalho trouxe as considerações finais evidenciando as contribuições que a psicologia rural pode trazer para repensar uma psicologia brasileira mais centrada e condizente com a realidade social do país, especialmente considerando nossas raízes rurais e as populações que

ainda vivem do/no campo. Espera-se que esta pesquisa possa fornecer subsídios para que a psicologia contemple a diversidade de populações do Brasil e se aproxime do campo, chegando em pessoas como *eu* e os *meus*, que não tivemos essa oportunidade anteriormente.

Capítulo 1

Formação Brasileira: Quando o Agrário e o Urbano se Encontram

Para a discussão que o presente trabalho pretende fazer, torna-se relevante de início apresentar uma revisão historiográfica da formação social do povo brasileiro, visto que, a análise do processo de constituição dessa história, nos possibilita a compreensão da atualidade, bem como, auxilia no entendimento dos demais desdobramentos, como a história da Psicologia no contexto brasileiro.

Portanto, cabe ao trabalho desvendar a história concreta e com isso contribuir com o desenrolar da sociedade presente. Mas para isso, Hobsbawm (1998) sinaliza a necessidade de uma estrutura analítica para estudo da história e aponta a importância do método de Marx.

O método proposto por Marx propicia o conhecimento teórico, em que para além da aparência, ou seja, o conhecimento inicial sobre a realidade, se busca compreender a essência, a qual seria a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado (Netto, 2011). A teoria seria então, conforme explicita Netto (2011, p. 21) “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”.

O trabalho apresenta, então, um panorama do que veio a se constituir o “Brasil”. Considerando a importância que a questão agrária tem/teve nessa história e o foco do presente trabalho. Partiu-se de estudos e diversos autores, como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Lilia Schwarcz, João Pedro Stedile e Adalberto Floriano Martins que se debruçaram para entender o desenrolar da formação brasileira, permeada por conflitos e contradições entre o meio agrário e a relação com o meio urbano.

Para Rosa (2022) em nosso passado colonial estão as origens da concentração fundiária que impera nas terras brasileiras, bem como, a forma com que o capitalismo se desenvolveu no campo é categoria primordial para entender a realidade latinoamericana, permeada de desigualdades, no campo e nas cidades.

Assim, para melhor exposição, o primeiro capítulo será constituído por uma discussão inicial a partir da organização estrutural da sociedade brasileira, anterior ao período colonial, perpassando

sobre o debate da formação do povo brasileiro, para, por fim, chegar ao presente, abordando as transformações e indagações sobre um Brasil agrário e urbano, bem como, o desenvolvimento do agronegócio e o campesinato.

1.1. Concentração Fundiária e Modernização Brasileira

Existem diferentes interpretações sobre a formação do Brasil, em decorrência das maneiras distintas de analisar a questão agrária brasileira, a qual é central para compreensão histórica do país, principalmente, em relação a sua estrutura política e econômica. José de Souza Martins (2018, p. 3) traz uma síntese sobre esse processo, segundo o qual “o cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje”. Dessa forma, para o autor, a forma como a questão agrária se desenvolveu e como o capitalismo adentrou o país é de suma importância para entender as contradições históricas e o rumo tomado até o presente.

Havia vários agrupamentos e milhares de pessoas vivendo do uso coletivo da natureza, com hábitos nômades, tendo domínio parcial da agricultura e nenhuma noção de poder/propriedade sobre os bens naturais, até a chegada dos colonizadores europeus, que invadiram seus territórios. Financiados pelo capitalismo comercial europeu, dominaram o território e submeteram a população às suas leis e costumes (Stedile, 2012).

Após um intervalo de 34 anos da chegada de portugueses ao território atual do Brasil, começa-se o estabelecimento de capitanias hereditárias (Martins, 2022). Segundo Martins (2022), ao donatário cabia a administração de sua área e da justiça, fazendo ainda a distribuição de sesmarias e sua respectiva cobrança, um tributo para o Coroa, chamado sesmo. Tal sistema não obteve sucesso, com isso foi substituído através da instalação do governo geral no país e a criação de cidades.

De acordo com Martins (2022) a base econômica inicialmente se deu através do cultivo da cana-de açúcar nas chamadas *plantations*, para o beneficiamento da matéria prima foram criados

povoados e engenhos. A mão-de-obra utilizada era de indígenas, através da oferta de escambos. Com o tempo essa troca se tornou insustentável e os indígenas que passaram a resistir foram escravizados.

Aos jesuítas coube a missão de catequizar esses povos, vistos como sem alma pela Igreja Católica a princípio. Também, foram organizadas as Bandeiras, lideradas por descendentes de portugueses, que buscavam aprisionar indígenas para escravizar, bem como, procuravam pedras preciosas no interior do país (Martins, 2022). Segundo Martins (2022), essas práticas e epidemias trazidas pelos europeus levaram ao extermínio dos povos originários do país. Por consequência, começaram a importar africanos para o trabalho escravizado (Martins, 2022).

Havia ainda trabalhadores livres no interior das fazendas, que se destinavam à produção de alimentos ou prestação de serviços aos senhores de terras, cumprindo a função de ocupar as terras brasileiras e de força para militar (Martins, 2022). Este autor aborda que a exclusão da posse de terras a esses trabalhadores impunha-lhes a subordinação pelos senhores de terras, os quais detinham a dominação política da metrópole.

Para Martins (2022),

Foi essa a população de trabalhadores escravizados e de homens livres a base de dominação política, social e militar dos Senhores das terras, [...] e a concentração de terras, a partir do sistema sensorial foi a base para o controle da produção pelo capital Mercantil, garantindo o grande volume de produção e o monopólio dessa produção (p. 45-46).

No final do século XVI as companhias holandesas passaram a ocupar colônias portuguesas e espanholas, exercendo controle do litoral nordestino até 1650 (Martins, 2022). Porém, houve uma redução dos ganhos em relação ao tráfico negreiro, resultando em uma crise econômica e, posteriormente, na sua expulsão do país. Com isso, Portugal selou um acordo, adquirindo o nordeste brasileiro, contudo, a Holanda passou a processar açúcar nas Antilhas, competindo com o Brasil, gerando uma crise na economia açucareira brasileira (Martins, 2022).

Conforme Martins (2022) no final do século XVII descobriram ouro e esmeralda no país, e com isso a saída da crise. Houve uma expansão econômica do Brasil no século XVIII pelo ciclo da mineração, que decaiu mais tarde. Mas esse ciclo gerou um intenso povoamento no interior do país, especialmente Minas e Mato Grosso. Floresceu assim, segundo o autor, uma vida urbana diversificada, tanto em questões demográficas, quanto na ampliação de bens e serviços, dando ares a uma nova cultura.

No Nordeste, no final do século XVII a criação de gado foi destinada rumo ao sertão, compondo fazendas ligadas à pecuária, por meio do trabalho escravizado (Martins, 2022). As terras do sertão foram ocupadas através das sesmarias, que generalizou o arrendamento a outros criadores, bem como as ocupações de áreas de uso comuns, localizadas nas divisas entre os loteamentos, e ainda as malhadas, terras de uso comum dentro de propriedades privadas. Assim, segundo Martins (2022), nessas terras do sertão nordestino coabitavam os donos das terras, que utilizam mão de obra escravizada, e homens livres e pobres, vaqueiros e cabras, todos ligados à pecuária, porém com diferenças no status social e posse de terras.

Martins (2022) aponta que, as secas que castigavam o gado nordestino fizeram a região Sul despontar como um polo atrativo para a criação de gado. Com isso, ao final do século XVIII as estâncias gaúchas eram produtoras sistemáticas das charqueadas. Já a região Norte foi integrada à economia colonial no século XVIII, com a ampliação de suas atividades econômicas também através do trabalho escravizado. Assim, o setor dominante voltado à exportação ocupou-se da produção de cacau, café, arroz, algodão e açúcar, além do extrativismo (Martins, 2022).

Na virada do século os produtos agrícolas passaram a ser revalorizados internacionalmente. Assim, segundo Stedile (2012), passaram a utilizar os campos férteis da colônia para suprir as necessidades de produtos agrícolas da metrópole. Foram explorados em solo brasileiro o cultivo “da cana-de-açúcar, do algodão, do café, da pimenta-do-reino, [...] plantas nativas, como o tabaco e o cacau” (p. 22).

O surto econômico passou, contudo, Martins (2022) sinaliza que, na segunda metade do século XIX, o café passou a ser a força motriz da economia brasileira, tornando-se o principal produto exportado no país. Foi desenvolvido a princípio no Rio de Janeiro, se expandindo para São Paulo. Tinha por base o trabalho escravizado, migrados do Rio grande do sul e do nordeste, visto que o tráfico negreiro foi proibido, ademais, também contou com o colonato, relação de trabalho com imigrantes europeus livres (Martins, 2022).

Além do café, a borracha e o cacau se tornaram produtos de grande exportação. Então, após 1860, segundo Martins (2022), a balança comercial do Brasil ficou superavitária. Nesse momento são construídas ferrovias no país, além de haver investimentos em serviços urbanos e outras infraestruturas. Dando início ao desenvolvimento industrial, porém, conforme Martins (2022) sem modificar o sistema vigente.

Vale ressaltar que o modelo utilizado no país para produção era o *plantation*, praticando a monocultura em grandes concentrações de terra, visando a exportação (Martins, 2022; Stedile, 2012). Além disso, o que não deve ser esquecido na história, foi o predomínio de mão de obra escravizada. Esse padrão de concentração fundiária e trabalho escravizado dão bases para o que veio a se constituir o Brasil, tanto em questões econômicas, quanto sociais e culturais.

A desagregação do antigo regime agrário, da ordem escravocrata e senhorial, e consequente industrialização e migração urbana, favoreceu o desenvolvimento das cidades. Zimmermann, Medeiros e Quintans (2014) traz três marcos legais que foram importantes nesse processo. O primeiro deles é a lei de terras, promulgada em 1850, que torna a terra mercadoria. Tal mecanismo visava fazer com que ex-escravizados, libertos pouco tempo depois, fossem impedidos do acesso legal à terra, uma vez que não teriam recursos para a compra, da mesma forma, incentivaram o sonho de imigrantes pobres com o desejo de terem a posse de terra mediante salário por seu trabalho (Martins, 2022; Stedile, 2012; Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014).

Para José de Souza Martins (2018), dentro do modelo fundiário hegemônico, para o trabalho ser livre, então a terra passou a ser escrava. Stedile (2012) aponta que essa lei consolidou a larga

concentração de terras brasileiras, um modelo injusto no campo, além de ser precursora das favelas nos centros urbanos. De igual maneira, a intenção era gerar mão de obra barata aos latifúndios.

Outro marco é a Lei Eusébio de Queiroz, a qual proíbe o tráfico negreiro no Brasil e favorece o fluxo de imigrantes pobres para o país (Zimmermann, Medeiros e Quintans, 2014). Rosa (2022) afirma que no final do escravismo vão se formando duas classes distintas no campo, uma formada pelos latifundiários, cuja renda provinha da concentração de terras e lucro capitalista. Enquanto outra forma seria a camponesa, como casos dos meeiros, vaqueiros e colonos, contudo, esse campesinato, com o advento da lei de terras, passa a mudar, se tornando um campesinato de pequenos proprietários (Rosa, 2022).

Contudo, nem todos conseguiram permanecer no campo, principalmente com as posteriores ações desenvolvimentistas no campo. Stedile (2012) aponta que houve a modernização capitalista da grande propriedade rural, enquanto, os camponeses tiveram que se ajustar às novas regras do mercado e integrarem-se à indústria.

Nesse sentido, o terceiro marco, segundo Zimmermann, Medeiros e Quintans (2014), seria a Lei do Comércio, também de 1850, que amplia as atividades econômicas, como a fabril. Nesse contexto de desenvolvimento das indústrias, coube a classe camponesa, que tinha dificuldade em permanecer no campo e se ajustar ao mercado, migrar para os recentes centros urbanos, nos quais sonhavam com empregos e salários. Segundo Stedile (2012), o êxodo rural era estimulado pela lógica capitalista, uma vez que se tornavam mão de obra para as indústrias e o interesse desses trabalhadores acabavam por pressionar menores salários. Além disso, os que permaneciam no campo produziam alimentos para a nova classe operária a baixo custo ou matéria prima para as indústrias (Stedile, 2012).

Assim, Rosa (2022) destaca algumas estratégias que os camponeses adotaram para sobreviver em meio a valorização do capital no campo. Para a autora, boa parte é designada a uma “semi-proletarização”, na qual, além da subsistência em suas propriedades, também devem se submeter ao assalariamento em outras propriedades. Com isso, reproduzem sua condição de

camponeses, mas subordinados ao capital. Outra parte é sujeita à expropriação, sendo obrigados a deixarem suas terras e migrarem para as cidades, onde se tornam proletários e vendem sua força de trabalho de maneiras variadas (Rosa, 2022).

Percebe-se assim, um conjunto de fatores que contribuíram para a permanência da concentração fundiária e a lógica latifundiária no campo e a ampliação das cidades, como as condições de trabalho precárias no campo e o difícil acesso à posse de terra (Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014). Dessa forma, os camponeses não conseguem comprar uma propriedade rural e são seduzidos pelos direitos trabalhistas dos operários urbanos, com os quais ainda não contam sendo trabalhadores rurais. Tais mecanismos favorecem o fluxo migratório do campo para as cidades, fazendo com que o contingente de pessoas que antes viviam da terra, passem a sobreviver nas cidades.

1.2. A Urbanização e Industrialização Brasileira

Segundo Holanda (1995) os períodos iniciais da formação da sociedade brasileira tiveram no território agrário suas raízes, na qual a vida colonial se concentrava. Wanderley e Favareto (2013) versa que o latifúndio com sua unidade de produção e trabalhadores se torna um centro de povoamento.

A partir de então vão se formando vilas, com pequenas aglomerações de pessoas, perto de alguma área rural. As cidades neste momento não têm tanta importância política e econômica. Zimmermann, Medeiros e Quintans (2014) abordam que as cidades eram meramente polos administrativos e religiosos, sendo sua economia praticamente inexistente, uma vez que as atividades principais se encontravam no campo.

Esses núcleos urbanos serviam de residência de autoridades, ou mesmo de trabalhadores, sejam elas permanentes ou transitórias. Além disso, vão se firmar como lugares estratégicos para atividades comerciais, ainda que ligadas às áreas rurais que se dedicavam à exploração agrícola ou

mineração, bem como, por oferecerem passagem e hospedagem aos viajantes. Também se tornam locais de exercício de poder e cidadania, uma vez que as figuras de autoridade se encontravam nelas (Wanderley & Favareto, 2013); Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014).

As cidades a princípio eram um apêndice dependente da vida rural, os aglomerados urbanos existentes e as organizações rurais faziam parte da mesma cultura, sem limites os diferenciando, uma vez que, havia uma relação de dependência. Tal situação continua até que haja mudanças substanciais na sociedade (Wanderley & Favareto, 2013).

A partir de meados do século XIX, os aglomerados urbanos são transformados pelas alterações sociais, políticas e econômicas do país. Assim, segundo Wanderley e Favareto (2013), as cidades deixam de ser dependentes do campo e passam, então, a concentrar as atividades econômicas, especialmente pela expansão comercial e fabril, além das atividades bancárias.

A sociedade brasileira que teve seu início ligado à vida rural, teve no século XX uma virada de pensamento e movimento. Segundo Martins (2022), a década de 1930 veio com novidades para o país, marcando o processo de industrialização e trazendo mudanças políticas, uma vez que a sociedade estava insatisfeita com as oligarquias rurais que exerciam o controle.

O modelo agroexportador adotado até agora entra em crise, nesse momento a burguesia industrial nascente faz uma revolução e impõe o modelo de industrialização dependente (Stedile, 2012). A instabilidade política e econômica promoveu, assim, em 1930, a chamada Revolução de 30. Assim, há o fim da República Velha e dando início a Era Vargas, conhecido por seu projeto nacional desenvolvimentista.

Através desse golpe são feitas várias reformas e questionados o sistema anterior. Há um foco maior na urbanização, enquanto a agropecuária é vista pelo seu caráter funcional. Foram criadas leis trabalhistas e expandidas as fronteiras agrícolas, agilizando o processo de colonização,

a partir dos anos 1930, os processos de urbanização e industrialização tenderam, progressivamente, a se tornarem predominantes. Esses processos passaram a consubstanciar, nas representações sociais hegemônicas, o ideal do progresso a que deve aspirar toda a

sociedade e as bases de um projeto de desenvolvimento para o país (Wanderley & Favareto, 2013, p. 431)

Vale ressaltar que, embora na teoria questionasse a estrutura social e funcional do país, essa modernização ainda é conservadora, no sentido que, os latifundiários continuam com influência e terras, são eles que se tornam a classe burguesa urbana, uma vez que agora residem nos centros urbanos e controlam o poder também ali.

Esse movimento foi seguido de um novo golpe político que impôs uma ditadura no país, conhecida como Estado Novo. Nesse período, segundo Martins (2022), a industrialização ganha força, com empresas estatais e o processo de substituição de importações. Com isso há um surto demográfico e de concentração urbana. Há uma suposta subordinação da agricultura à indústria, segundo Stedile (2012), porém isso apenas no campo político.

Segundo Martins (2022) e Stedile (2012) houve um pacto entre a burguesia industrial e os latifundiários, esse acordo velado entre Vargas com as oligarquias rurais, não altera a estrutura fundiária, além de uma política setorial para a agricultura que diversificou e aumentou a produtividade agrícola. Ademais, ainda promoveu a colonização das fronteiras agrícolas. Assim, os mantém como classe social, continuando donos de terras e exportando. Isso porque a elite burguesa advinha da oligarquia rural e pela indústria ser dependente da produção agrícola, surgindo assim, a agroindústria e uma burguesia agrária (Stedile, 2012).

Em síntese, a burguesia estava no poder com determinada associação com os latifundiários, ao passo que o Estado também mantinha uma relação com a classe trabalhadora (Rosa, 2022).

Segundo Martins (2022), no pós-guerra foi consolidado o processo de industrialização brasileira e a urbanização foi ampliada. Nesse momento havia ainda uma pressão para o fim da ditadura. Dessa forma, entre as várias medidas constitucionais feitas no governo Vargas, uma delas foram as eleições presidenciais para 1945. Vargas estimulou o Queremismo¹, para que ele

¹ O Queremismo foi uma mobilização popular que pedia para que Vargas continuasse na presidência e que as eleições fossem para a formação de uma Assembleia constituinte

continuasse como presidente, com isso, os generais o depuseram, em outro golpe de Estado, e convocaram eleições gerais, na qual Eurico Gaspar Dutra foi eleito.

Apesar de nesse contexto ser debatido sobre a reforma agrária como uma alternativa para o desenvolvimento brasileiro, esse projeto não foi aprovado. Prevalecendo o acordo entre as oligarquias rurais e o setor industrial (Martins, 2022).

A industrialização prosseguiu com o processo de substituição de importações, iniciado em 1940, passando pelos governos de Dutra e o segundo governo de Vargas. Neste último, Martins (2022) aponta para o estabelecimento de uma política nacionalista e conquistas trabalhistas. Todavia, foi no governo de Juscelino Kubitschek (JK) que a industrialização alcançou seu auge, com o Plano de Metas, que continha mais de 30 metas setoriais.

Segundo Martins (2022) e Rosa (2022) apesar da indústria se expandir com base na exportação de produtos agrícolas, sua ampliação começou a se chocar com o setor agrário. Trégua alcançada no Governo de JK, que em seu governo adotou um plano de desenvolvimento econômico, no qual investiu em setores básicos e permitia o ingresso de capital estrangeiro no país (Rosa, 2022). Dessa forma, o setor industrial permitia que partes do seu lucro fossem transferidos para o setor agroexportador, visto que, havia investimentos de capital estrangeiro na indústria.

De acordo com Martins (2022), a base financeira deste ciclo industrializante no governo de JK foi o capital internacional e estatal. Uma vez que a economia mundial estava investindo em países em desenvolvimento gerando o desenvolvimentismo e a industrialização tardia e acelerada destes países como o Brasil (Martins, 2022).

A industrialização nesse momento foi voltada especialmente para a agricultura, que teve seus produtos valorizados no pós-guerra. Além do capital favorável, às políticas setoriais implementadas, fizeram com que as usinas e empresas agrícolas pudessem assalariar amplamente seus trabalhadores, fazendo com que uma massa de trabalhadores assalariados migrasse para as vilas e povoados, num processo de expulsão das fazendas.

Além disso, segundo Rosa (2022) o setor agrícola era a área que permitia ser implementada pela tecnologia desenvolvida para guerra, tanto avanços químicos quanto mecânicos. Esse processo foi chamado de revolução Verde, que se iniciou em 1950, mas ganhou maior destaque na ditadura militar, quando se intensificou a produção agroindustrial (Rosa, 2022; Martins, 2022).

Houve uma efervescência de conflitos políticos tanto no meio rural quanto no urbano, os debates propiciados resultaram nas eleições presidenciais de 1960, de acordo com Martins (2022). Contudo, a instabilidade política e a renúncia de Jânio Quadros estabeleceram o parlamentarismo no país. Com a renúncia do primeiro-ministro, um plebiscito sobre a forma de governo foi antecipada e se restabeleceu o presidencialismo, no qual João Goulart se tornou o presidente (Martins, 2022). Em seu governo avançaram as reformas de base, inclusive o projeto da Reforma Agrária. Contudo, conforme o autor citado, sofreu reações e em 1964 foi orquestrado outro golpe de estado, dando início a 21 anos de ditadura militar no Brasil.

Durante esse período, houve muita repressão, censura, tortura e cassação de direitos políticos, além da abolição das eleições presidenciais. Com isso, várias organizações e movimentos sociais sofreram represálias, dentre elas as Ligas Camponesas, especialmente no Nordeste. Ademais foram feitas várias reformas, essas alterações trouxeram benefícios para a classe burguesa, a qual passou a concentrar capitais bancários, enquanto a classe trabalhadora era manipulada.

O primeiro governante da ditadura militar brasileira foi Castelo Branco (1964-1967), eleito através de votação indireta do Congresso Nacional. Seu governo visava reformar o sistema econômico capitalista e conter a ameaça comunista. Portanto, era necessário promover uma reforma do aparelho do Estado com o intuito de resolver a situação econômica caótica e controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade (Fausto, 2006).

Para este fim, lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), com medidas para reduzir o déficit no setor público, contrair o crédito privado, comprimir os salários, controlar gastos dos estados, aumentar a arrecadação de impostos, dentre outros. Ademais, proibiu greves e facilitou a rotatividade de mão de obra, bem como, liquidou a estabilidade no emprego dos assalariados

urbanos, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Fausto, 2006). Para o espaço campesino foi aprovado o Estatuto da Terra, em 1964, em tese para a execução da reforma agrária, porém a medida não saiu do papel, servindo apenas uma estratégia do governo para apaziguar as lutas campesinas (Fausto, 2006). Assim, o PAEG alcançou seus resultados reduzindo o déficit público e o PIB voltou a crescer após 1966.

Segundo Fausto (2006) na área do comércio, lançaram uma campanha de exportação, explorando as reservas naturais do país, vendendo produtos agrícolas, além de promover os bens manufaturados. Visava com isso a entrada de capital estrangeiro. Enquanto na política, o AI-2 e AI-3 foram baixados, assim as eleições para presidente e vice deveriam ser por maioria do congresso nacional, em sessão pública e cotação nominal, enquanto que, para governadores as eleições passaram também a ser indiretas pelas Assembléias estaduais. Também extinguiu os partidos políticos existentes, para evitar crises políticas, com isso, forçou a organização de apenas dois partidos: a aliança renovadora nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição (Fausto, 2006). Com suas ações este governo estabeleceu a base jurídica e institucional para a consolidação do regime militar.

O segundo governo do Regime Militar foi por conta de Costa e Silva (1967-1969). Em seu Governo ele aumentou o número de militares em postos importantes. Era querido pelos linha dura e nacionalistas, por outro lado, a sociedade estava descontente e em 1968 as mobilizações ganharam ímpeto em vários lugares no mundo incluindo, no Brasil (Fausto, 2006). O catalisador das manifestações de rua no país foi a morte de um estudante secundarista, Edson Luís, morto pela polícia militar durante um protesto no Rio de Janeiro. Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, como a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro e duas greves operárias agressivas em Belo Horizonte e na grande São Paulo. Com isso, estudantes, de setores da igreja, além da classe média uniram forças.

A posição linha dura do Governo reforçaram suas ações para acabar com os subversivos, contudo as ações dependiam do Congresso, por isso, Costa e Silva baixou o AI-5 que fechava o

congresso (Fausto, 2006). Com o AI-5 o presidente, além de fechar o congresso, podia intervir nos estados e municípios, nomeando interventores, fazer expurgos no funcionalismo, bem como, cassar mandatos e suspender direitos políticos a bel-prazer, uma vez que ficou suspensa a garantia de *habeas corpus* aos acusados. Ademais, estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação e a tortura passou a fazer parte integrantes dos métodos do governo. Seguindo o curso de uma ditadura brutal.

Em 1969, Costa e Silva sofreu um derrame e em virtude disso os ministros militares os substituíram através de mais um ato institucional. Os ministros do Exército, Marinha e da Aeronáutica assumiram temporariamente o poder, formando a junta militar (Fausto, 2006). A junta militar respondeu com várias medidas formais de repreensão e tortura, principalmente contra a esquerda radical. Através do AI-13 a junta criou a pena de banimento do território nacional aos brasileiros que se mostrassem contra o regime. Os DOI-CODI foram os principais centros de tortura no regime militar se estendendo a vários estados.

De acordo com Fausto (2006) na área econômica o país cresceu no ritmo impressionante, além disso houve uma forte recuperação industrial, através da indústria automobilística, de produtos químicos e materiais elétricos; a construção civil também se expandiu. Esse período inicia o que ficou conhecido como “Milagre econômico”, uma vez que conseguiu reduzir a inflação e ampliar o PIB, porém, foi “às custas da repressão política, perda de direitos e do arrocho salarial” (Martins, 2022, p. 157).

Conforme Martins (2022), neste contexto as cidades são palco de uma explosão imobiliária, alterações na infraestrutura e alto consumo da população. Ademais, o autor pontua que a ditadura militar ficou conhecida por uma modernização conservadora da agricultura, caracterizada por manter a concentração de terras e renda nas mãos de poucas pessoas, além de conservar o prestígio e poder político dos latifundiários, ou seja, a reforma agrária é esquecida de vez.

O processo de modernização do campo e conseqüente urbanização continuou em voga durante os anos de ditadura militar brasileira. Em resumo, houve um extenso investimento na agroindústria,

resultando em um processo de migração campo-cidade, no qual os camponeses passaram a morar nas vilas e cidades, trabalhando de forma assalariada e sendo recrutados para trabalhos sazonais de acordo com os ciclos das atividades agropecuárias. Assim, conforme Martins (2022), a grande fazenda foi integrada às indústrias, com apoio do sistema público e privado.

Além disso, a modernização da agricultura iniciada no governo de JK, aqui alcança plenos pulmões através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (Martins, 2022). Foram investidos recursos subsidiados e incentivos fiscais para que as grandes fazendas incorporassem o pacote da Revolução Verde. Os camponeses por sua vez foram destinados aos projetos de colonização organizados, subordinando o campesinato aos mecanismos comerciais e bancários (Martins, 2022).

A junta militar marcou as eleições pelo congresso nacional, o escolhido para representar os militares na Presidência foi o general Emílio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha Augusto Rademaker, dando início a um dos períodos mais repressivos e autoritários do regime militar (1969-1974) (Fausto, 2006).

Médici dividiu o seu governo em três áreas: a militar, a econômica e a política, portanto foi um comando presidencial dividido, em um período mais rígido. O governo Médici atingia os adversários do regime através da repressão, enquanto a massa da população era neutralizada através das propagandas, uma vez que já estavam ludibriados com os anos de crescimento econômico e facilidades de crédito (Fausto, 2006).

O sucessor selecionado foi o general Ernesto Geisel (1974-1979). Segundo Fausto (2006), Geisel foi escolhido, através de colégio eleitoral, pela valorização da sua capacidade de comando e qualidade e administrativas, além disso não representava uma linha tão dura como a antecessora. Em seu governo dá início a abertura política marcada por ser lenta e gradual pois a linha dura ainda representava uma ameaça, porém era necessário controlar essa abertura para que a oposição não chegasse cedo ao poder. Geisel assim combinava medidas liberalizantes com as medidas repressivas de forma a acalmar a corporação militar.

Porém, ocorreram alguns confrontos importantes entre o governo e a linha dura em decorrência da morte do jornalista Vladimir Herzog e pouco tempo depois, também do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Com isso, o Presidente Geisel resolveu agir e em 1979 Geisel introduziu uma série de medidas que ficaram conhecidas como pacote de abril, entre várias de suas ações revogou o AI-5, com isso os cidadãos podiam voltar a se manifestar-se com mais Liberdade a oposição também tinha campo de manobra (Fausto, 2006).

O período de milagre brasileiro estendeu de 1969 a 1973, quando houve um crescimento econômico muito grande com taxas baixas de inflação. Contudo, a crise do petróleo em 1973 gerou uma crise econômica. O contexto exigiu mudanças, resultando, segundo Martins (2022), no II Plano Nacional de Desenvolvimento, pretendia-se continuar o crescimento econômico, mas voltaram à estratégia de substituição de importações. O capital estatal era investido em infraestrutura, o internacional na modernização tecnológica e o capital privado nacional atuava na indústria e agropecuária. Foram criados polos de investimento regionais, parte da política de integração nacional. Assim, segundo Martins (2022) dava-se início à financeirização da agricultura. Além disso, as terras passaram a ser vistas como um investimento para o grande capital (Martins, 2022).

Ademais, segundo Fausto (2006) o milagre econômico começava a mostrar sua conta, o aumento da dívida externa, uma vez que era necessário continuar crescendo e ampliando o investimento contando com novos recursos advindo destes empréstimos, além de que a taxa internacional de juros aumentou tornando mais pesada a dívida. Com isso surgiu outro agravante: a dívida interna, que comprometia o orçamento da União, e ainda a indexação anual dos salários descontentava os assalariados.

Apesar de o regime militar ter reprimido as direções sindicais, ela não impediu a formação de sindicatos, de forma que um novo sindicalismo surgiu, a partir do trabalho dos organizadores, principalmente lideranças operárias. Nesse momento são iniciados os grandes greves de reajuste salarial e outras reivindicações. Os metalúrgicos tiveram à frente dos movimentos que abrangeram

também outros setores, como de professores. A luta pela posse de terra se manteve e ampliou nesse período, tendo greves e também movimentos mais combativos, interessados também em direitos trabalhistas. A partir de 1970 também há uma retomada da luta no campo, principalmente apoiados pela igreja, de forma a lutarem pela reforma agrária e condições de trabalho mais justas aos trabalhadores rurais. Ademais, a luta popular teve uma reascensão em 1980, com o surgimento de diversas organizações classistas como a CUT² e o MST³.

Geisel fez um sucessor, o João Batista Figueiredo, tendo como vice Aureliano Chaves, demonstrando uma derrota para a linha dura das forças armadas. O período Figueiredo (1979-1985) combinou a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica, uma vez que as dificuldades econômicas levam a conflitos sociais, que pediam medidas autoritárias do governo. Porém, segundo Fausto (2006) a abertura segue o seu curso mesmo com a crise.

Figueiredo prosseguiu no caminho de abertura de Geisel. Em 1979 adotou como bandeira a luta pela anistia. Apesar de beneficiar opositores ao regime, a anistia também abrangia responsáveis pela prática de tortura. Contudo, possibilitou a volta dos exilados políticos e ampliou as liberdades públicas. Ademais, o congresso aprovou em 1979 a nova lei orgânica dos partidos que extinguiu o bipartidarismo. À medida que o regime autoritário foi se abrindo as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir dentro da oposição com isso surgem novos partidos.

Seu governo ainda sofria com o aumento da inflação, quando houve um segundo choque do petróleo, que elevou os preços e agravou o problema no balanço de pagamento, visto que, as taxas internacionais adicionais de juro continuaram subindo e a obtenção de novos empréstimos era cada vez mais difícil. A medida adotada foi uma recessão. De 1981 A 1983 houveram pesadas consequências na economia tendo atingido as indústrias de bens duráveis e também aumentado o desemprego, de forma que em 1983 o Brasil teve que recorrer ao FMI. A partir de 1984 a economia se reativou principalmente pelo crescimento das exportações de produtos industrializados. Mesmo

² A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical que defende os direitos dos trabalhadores brasileiros.

³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais do campo mais conhecidos da atualidade, em que se luta pela terra e pão, através da Reforma Agrária e projeto popular no país.

assim a inflação continuava subindo, uma vez que as receitas não superam as despesas. No final do governo de Figueiredo o país volta a crescer, embora a inflação tenha acelerado nos últimos anos e a dívida externa também tenha subido.

Figueiredo manteve o calendário eleitoral que previa em 1982 eleições para vereadores e governadores dos Estados sendo eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965. Já em 1983 houve uma extensa campanha conhecida como “Diretas Já!”⁴. Porém as eleições diretas dependiam de uma alteração constitucional do congresso. A rejeição às eleições diretas provocou grande frustração popular, tendo sido fixado o colégio eleitoral. Maluf representava a candidatura do governo, enquanto Tancredo Neves foi indicado para presidência e Sarney para vice-presidência pela Aliança Democrática, formada pela frente liberal e o PMDB.

Tancredo e Sarney saíram vitoriosos. Assim, apesar de caminhos indiretos a oposição chega ao poder. Todavia, Tancredo morreu em 21 de Abril, vítima de complicações na saúde, sua morte foi acompanhada por manifestações e comoção social popular. O cargo de presidência veio a ser ocupado por seu Vice José Sarney. Assim, dá-se início, à Nova República (Martins, 2022).

Contudo, de acordo com Martins (2022), a crise continuou. A dívida externa e interna ainda existia e a inflação continuava elevada. Além disso, havia muita disputa partidária e o governo era acusado de favoritismo nas nomeações. Em busca de um controle para a situação, Sarney anunciou o Plano Cruzado, criando a moeda “Cruzado”. Dessa forma a indexação foi abolida, os preços e taxas de câmeras foram congelados, reajustou o salário mínimo, dentre outras ações. Isso possibilitou um clima de otimismo no país e alívio às camadas pobres (Fausto, 2006).

Mas a crise econômica não foi solucionada o que gerou vários planos econômicos e sucessivas greves de trabalhadores (Martins, 2022).

No campo também vários fazendeiros estavam endividados e organizaram a União Democrática Ruralista (UDR), que realizava leilões angariavam fundos e financiava os seus

⁴Diretas já foram uma mobilização que contou com gigantescos atos de rua, promovidos pela força democrática, contavam com populares, religiosos e a organização da esquerda, esse movimento incitou o fim da ditadura militar. O congresso, contudo, não aceitou o pedido de eleições diretas, caminhando para um colégio eleitoral, que contou depois com o apoio da classe dominante, receosa sobre o fim do processo.

candidatos para participarem o Congresso Constituinte e, também, para financiar pistoleiros e jagunços para inibir ocupações de terra. Por outro lado, as forças populares organizaram abaixo-assinado para a emenda popular da reforma agrária. Foi promulgada uma nova Constituição em 1988. Nela foram incorporados alguns artigos do Estatuto da Terra. Além disso, garantiu vários direitos sociais para a população.

Os novos ares democráticos permitiram uma retomada de movimentos populares e de luta camponesa. Ademais, surgiram organizações políticas classistas, que concorreram a disputa eleitoral de 1989, além da classe dominante, que não encontrou uma coesão, tendo várias candidaturas. O segundo turno dessa eleição foi disputado por Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva. Collor, apoiado pela classe dominante, ganhou a disputa da primeira eleição direta à presidência após 29 anos (Martins, 2022). Segundo Martins (2022), isso representou a derrota do projeto popular e da classe trabalhadora no país.

Em meio a crise, que ainda se manifestava, Collor apresentou uma reforma monetária, conhecida como Plano Collor, uma estratégia para solucionar a crise. Segundo Martins (2022), a medida adotada fazia o sequestro bancário dos recursos da população, bem como substituiu a moeda vigente pelo Cruzeiro, entre outras medidas. Também implantou um ajuste fiscal, liberou as importações e privatizou várias estatais, além de extinguir outras como a Embrater, acabando com a assistência técnica e extensão rural aos agricultores. Collor ainda fez forte repressão contra o MST.

Martins (2022) defende que com Collor o Brasil começou a aderir ao neoliberalismo e ao rentismo, que permite a acumulação por meio do capital financeiro. Contudo, a população estava extremamente insatisfeita com seu governo. Não só por parte da camada popular, como também da classe dominante, o que foi endossado pela mídia. O grande movimento exigindo o “Fora Collor” e uma série de denúncias fez com que houvesse um processo de *impeachment* do presidente. Este por sua vez renunciou ao cargo, antes do processo de *impeachment*.

Itamar, que era mais ligado a setores democráticos, assume a presidência. Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava como ministro das relações exteriores, mas passou para o ministério da

Fazenda lançando o Plano Real (Martins, 2022; Rosa, 2022). Tal medida reduz a inflação enquanto aumenta o poder de consumo da sociedade.

Foi durante este governo que, pela primeira vez, o MST foi recebido por um presidente no país, durante uma audiência na qual Itamar prometeu regulamentar a reforma agrária na constituição de 1988 (Martins, 2022). Assim, em 1993 foi promulgada a Lei Agrária (nº 8629/93), bem como sua lei Complementar, o rito sumário (nº 76), dispondo assim dos dispositivos e processos para fins da reforma agrária.

O sucesso do Plano Real garantiu a eleição de FHC para presidente em 1994. Em seu governo, estabelece ações para combater a inflação, gerar crescimento econômico e aumento de empregos. Com isso, tem-se uma abertura econômica e a adoção de política de juros altos, para especulação financeira. Houve uma reforma liberal do Estado Brasileiro, implantando efetivamente uma política neoliberal no país. Outra característica de seu mandato são as inúmeras privatizações, que deram condições para que empresas estrangeiras se aproveitassem do Brasil.

No campo implantou a Lei Patentes (nº 9279/96) e Lei a Cultivares (nº 9456/97), trazendo a chegada de sementes transgênicas e a presença mais constante de agrotóxicos. As desregulamentações de seu governo também atingiram a política de garantia de preço mínimo que afetou os estoques reguladores de grãos, carne e leite.

Segundo Martins (2022), nesse governo a dívida pública teve um salto, houve crise no setor bancário e aumentou o número de desemprego. Ademais, ainda no primeiro mandato o plano real começou a dar sinais de insustentabilidade, quebrando “a agricultura empresarial, o latifúndio e os pequenos agricultores” (Martins, 2022, p. 268). Assim, as taxas de financiamento agrícolas subiram, e os custos das safras também, enquanto os preços dos produtos no mercado interno diminuíram, limitando a renda da agricultura ou mesmo causando o endividamento dos fazendeiros. Por outro lado, isso reduziu os preços das terras, que foram destinadas à reforma agrária. Portanto o primeiro mandato de FHC ficou conhecido pelo grande quantitativo de assentamentos entre 1995 e 1998. Contudo a truculência contra pequenos produtores e sem terras ainda era alarmante.

Em seu segundo mandato, FHC montou uma nova estratégia macroeconômica. As crises no modelo de industrialização foram dribladas, segundo Rosa (2022), por um processo de reprimarização econômica, com o país exportando os chamados *commodities*, minerais e agrícolas. Com isso ocorreu o aumento das exportações e promoção de uma reforma agrária de mercado. As alterações feitas em seu governo provocaram um superávit da balança comercial e aproximou a empresa rural das transnacionais. Com isso, surge uma nova força política no campo, o agronegócio (Martins, 2022). Segundo Rosa (2022), o agronegócio é fruto da aliança do capital industrial com a concentração fundiária, assim, o latifúndio não deixou de existir, apenas assumiu uma nova roupagem.

Segundo Martins (2022) nas eleições de 2002 uma parcela da burguesia se uniu ao projeto democrático popular, representado pelo PT. Essa união se deu através das lutas sociais, bem como contexto caracterizado pelo desgaste político e a crise econômica nos governos liberais de Collor e FHC. Com isso, Lula ganhou as eleições presidenciais, tendo José de Alencar como vice, e "foi neste ambiente que se compôs um governo de conciliação de classe" (Martins, 2022, p. 279).

O primeiro mandato (2003-2007) foi marcado por denúncias de corrupção e caixa dois, conhecido como mensalão em 2005, mas o governo sobreviveu à crise, muito em decorrência da política de conciliação de classe.

Desde o início de 2002 e nos anos seguintes a luta popular se tornou mais forte, especialmente aquelas ligadas ao campesinato através do MST e da Via Campesina. As ações se davam principalmente na defesa de um país sem sementes transgênicas e da agroecologia, bem como, contra as monoculturas e a concentração de terras, para isso, exigiam a aplicação da reforma agrária e, mais do que isso, pediam a aplicação de políticas públicas e crédito rural (Martins, 2022).

De acordo com Martins (2022) o discurso do governo Lula era de qualificar os assentamentos em detrimento da obtenção de terras para assentamentos. Também, afirmava-se que não havia contradição entre agronegócio e agricultura familiar

Já no segundo mandato de Lula-José de Alencar (2007-2011) articulou-se um programa para avançar no desenvolvimento econômico denominado Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) coordenado por Dilma Rousseff, isso reorganizou os recursos públicos e gerou um aquecimento econômico na sociedade brasileira. Assim, no final de seu segundo mandato a economia apresentou o crescimento, mesmo diante da crise financeira mundial de 2008. Isso porque as ações orientavam os investimentos públicos e privados, também promovia a valorização do salário mínimo e a geração de emprego com carteira assinada, entre outras ações. Esse crescimento econômico foi denominado de neodesenvolvimentismo.

Com relação ao campo, Martins (2022) aborda a consolidação do agronegócio, que contava com o apoio do governo, uma vez que esse modelo amparava as expansões governamentais. Ademais, houve um fortalecimento da agricultura familiar para a produção de commodities também, para isso foram criados o Programa Nacional do Crédito Fundiário, além da ampliação do Pronaf e instituído o plano safra da agricultura familiar. Enquanto isso, houve uma ausência de terras para assentamentos da reforma agrária, que geraram um esvaziamento nos acampamentos. Nesse período, a principal forma de arrecadação de terras para reforma agrária era através da compra, já que o governo não quis enfrentar o latifúndio improdutivo. Com isso, vários assentados venderam suas terras ou arrendaram para o cultivo de soja transgênica proveniente do agronegócio. A massa sobrando no campo não representava um problema, já que havia empregos nas cidades, que se tornaram convidativas para os trabalhadores sem terra (Martins, 2022).

Assim, percebe-se que de 2000 a 2010, tanto nos governos neoliberais, como os neodesenvolvimentistas, o avanço do agronegócio, o que significava grande concentração de terras, capital estrangeiro no controle das terras e concentração dos produtos nos commodities agrícolas no mercado externo. Ademais, também houve uma mudança na matriz tecnológica com o intenso uso de sementes transgênicas e uso de agrotóxicos, além de do uso de máquinas agrícolas e outros eletrônicos como drones e softwares com volume extenso de informações genéticas para cultivos e

criações. Tudo isso com o subsídio do Estado ao agronegócio e a não cobrança de suas dívidas (Martins, 2022).

Em 2011 toma posse a primeira mulher eleita presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff tendo como vice Michel Temer. Já no seu primeiro mandato enfrentou os efeitos da crise internacional que se manifestou no Brasil através do baixo crescimento da economia em 2013, houve queda na balança comercial, resultados negativos nas transações correntes, redução dos investimentos, entre outros indícios de crise (Martins, 2022). Para contornar a crise do governo Dilma-Temer reduziu-se as taxas de juros, efetuou um corte na tarifa de energia elétrica e a desoneração fiscal nos produtos da cesta básica e setor das telecomunicações, buscando a implantação da tecnologia 4G. Com isso buscava estimular o crescimento econômico atraindo o capital privado, este que por outro lado tramou sua derrubada (Martins, 2022).

Segundo Martins (2022) em 2013, a juventude brasileira foi às ruas reivindicando a redução das tarifas do transporte coletivo, além de investimentos em educação, saúde e infraestrutura, contudo, outros setores potencializaram as críticas ao governo Dilma, contando com a manipulação da mídia, tratando as temática a partir da corrupção e críticas à obra da copa do mundo.

Em 2014, era maior o desgaste político, além disso houve uma queda na avaliação do governo, que ainda enfrentava a crise econômica. Com isso começou uma grande campanha jurídica parlamentarista e midiática para desgaste do governo da Dilma que se articulou com os Estados Unidos e foi representado no país pelo juiz Sérgio Moro. Foi nesse contexto que se realizaram as eleições de 2014. Dilma se reelegeu no segundo turno com a votação apertada (Martins, 2022).

Diante do agravamento da crise e queda na popularidade da presidenta, foi promovido um golpe contra a mesma (Martins, 2022). A partir de 2016 foram efetuadas várias ações, inclusive de manifestações de rua convocados pela mídia que deram densidade ao movimento político de *impeachment* da presidenta Dilma. Alegava-se crime de responsabilidade fiscal, conhecido por pedaladas fiscais. O Congresso Nacional aprovou o afastamento da presidenta para investigação das

denúncias e em 31 de agosto de 2016 o senado chancelou seu *impeachment* e a presidenta foi deposta. No mesmo dia, Michel Temer, então vice, tomou posse como presidente do Brasil.

Temer (2014-2016) anunciou seu programa de governo prevendo privatizações, reforma no estado, redução dos gastos públicos, entre outras ações (Martins, 2022). Em seu governo, aprovou a “PEC da morte”, que congelou os gastos públicos em educação em saúde por 20 anos, além da reforma do ensino médio e aprovou a reforma trabalhista retirando diversos direitos dos trabalhadores, precarizando ainda mais as condições de trabalho. Nas políticas públicas não eliminou os programas, mas houve sucessivos cortes de recursos.

De acordo com Martins (2022) esse movimento não foi passivo, houveram manifestações de setores populares e da esquerda em defesa da democracia e contra o golpe, uma dessas ações foi uma greve geral em 2017 que reuniu vários trabalhadores brasileiros em defesa dos direitos trabalhistas e sociais e da democracia. Contudo, apesar das intensas manifestações não foi possível depor o governo golpista. Foram vários os pedidos de *impeachment*, sendo eles engavetados ou não aprovados, estima-se que para isso tenham sido investidos bilhões em emendas parlamentares (Martins, 2022).

Para o campo, Martins (2022) aborda que o governo Temer anistiou dívidas de fazendeiros, aprovou agências de mineração para o avanço do capital estrangeiro e emitiu uma medida provisória conhecida como “MP da grilagem” que propõe legalizar terras devolutas à fazendas privadas. Enquanto isso, retirou o acampamento como um critério para os beneficiários da reforma agrária e delegou aos municípios a seleção dos beneficiários, além de colocar milhares de famílias assentadas na irregularidade e proporcionou um ambiente favorável à violência no campo. Isso refletiu em um aumento no número de imóveis rurais cadastrados entre 2016 e 2018, contando em sua maioria com um aumento da área dos imóveis também, portanto, favoreceu a concentração de terras (Martins, 2022).

Para além de derrubar a presidenta Dilma e manchar a imagem do PT, era preciso inabilitar o presidente Lula, principal imagem política do país, para as eleições presidenciais. Para isso foram

feitas denúncias da operação Lava Jato e a manipulação de delações premiadas, que fizeram com que o Lula fosse denunciado e em 2017 Sérgio Moro publicou a sentença condenando Lula à prisão (Martins, 2022).

Martins (2022) aponta que houveram grandes manifestações por “Lula livre”, chegaram inclusive a defender o direito de Lula ser candidato, porém o STF negou seu registro com base na lei ficha limpa. Com isso registraram a candidatura de Fernando Haddad e Manuela d'Ávila para concorrerem às eleições presidenciais de 2018, na qual eles foram ao segundo turno contra Jair Bolsonaro representando a ala conservadora. Com grande apoio das igrejas e um forte esquema de fake News a candidatura de Bolsonaro saiu vencedora.

Em seus discursos, durante a campanha e depois de assumir a presidência, Bolsonaro elencou à esquerda como seu maior inimigo e o MST como principal inimigo do campo, indicando que iria destruí-los (Martins, 2022). Além disso, foi manifestada raiva e preconceito, dentre outras medidas descabidas, incluindo afrontas ao regime democrático.

Durante seu governo a crise econômica avançou e o PIB foi sucessivamente reduzido e o desemprego aumentou. Em meio a crise, muitas políticas foram atacadas, como a previdência social, ademais, também foi anunciada a privatização de 17 empresas estatais, como Correios e Eletrobras.

Confirmou-se no mandato de Bolsonaro um alinhamento incondicional aos Estados Unidos como política externa, além de ser conhecido como ultra-liberal na economia e ultra conservador nos costumes. Em 2020 colocou em movimento o seu campo político da extrema-direita.

Foi durante este ano que, segundo Martins (2022), o pior do governo Bolsonaro se manifestou, durante a pandemia. Além do negacionismo, manifestava também indiferença à morte do povo brasileiro, ignorando o distanciamento e isolamento social e combatendo a compra de vacinas. A crise econômica nesse momento se ampliou, mas o Congresso Nacional aprovou um auxílio emergencial de R\$600, que trouxe uma ajuda social aos brasileiros mais pobres. Com isso, a pandemia evidenciou as mazelas sociais do povo brasileiro durante o governo Bolsonaro.

Conforme Martins (2022), Bolsonaro e sua família foram cada vez mais vinculados às milícias e esquemas de “rachadinhas”, inclusive com denúncias de interferência no comando da polícia federal para favorecer seus aliados. Os militares adentravam cada vez mais em seu governo, sendo este grupo e as igrejas os maiores apoiadores e fiadores deste governo.

No campo aumentou o desmatamento e as queimadas, tanto na floresta amazônica, quanto no Pantanal e no cerrado. As terras indígenas voltaram a ser atacadas. Além disso, publicou um novo decreto que extinguiu as atribuições relativas à promoção da reforma agrária, o que prejudicou a obtenção de terras para assentamentos e a mediação dos conflitos no campo, realizando uma contra-reforma agrária, transformando o Incra em um balcão de negócios de terras para o agronegócio, segundo Martins (2022).

Já o agronegócio avançou durante este governo, além das liberações de agrotóxicos, ampliou a anistia das dívidas dos ruralistas no tocante à previdência e também as multas ambientais. Por outro lado, várias políticas públicas importantes para a agricultura familiar foram afetadas.

Não pretende-se com este trabalho esgotar a análise histórica da questão agrária brasileira a partir de cada governo, especialmente o atual e o governo Bolsonaro, em virtude de serem ainda muito recentes e carecem de mais investigações para posterior verticalização. Contudo, através do que foi esboçado até aqui, percebe-se que em todo o processo histórico, a questão agrária é central no desenvolvimento da sociedade brasileira, para a qual, deu alicerce e fundou sua estrutura, que ressoa ainda hoje.

Atualmente, o agronegócio assume destaque, se não por sua eficácia, pelo seu imaginário, e os camponeses pobres continuam subjugados e invisibilizados no campo, enquanto uma grande massa de proletários se concentra nas cidades em condições precarizadas. Tal processo se iniciou com o êxodo rural, durante a modernização do campo, mas continua até hoje através do investimento no agronegócio, em detrimento da reforma agrária popular e agricultura familiar.

Com isso pode-se notar a centralidade da questão agrária nas bases para a constituição da sociedade brasileira, tanto pelo modelo que se consolidou no campo, como por ter sido em decorrência dela que foi alicerçado o desenvolvimento das cidades.

1.3. Povoação Brasileira

Schwarcz e Starling (2015) abordam que a gênese do Brasil tal qual se conhece atualmente, se dá com a colonização europeia e escravização de negros e indígenas. Assim, toda a organização política e econômica, que ocupou e se interiorizou nas terras brasileiras, contribuiu para a formação de um novo povo.

Segundo Darcy Ribeiro (1995), os brasileiros se distinguem dos portugueses por suas matrizes indígenas e africanas, além disso, o autor cita três forças diversificadoras, 1) ecológica, através do meio ambiente surgiram adaptações regionais; 2) econômica, que criaram diferentes especializações funcionais e 3) a imigração, que trouxe ainda mais diversidade, abasileirando os formatos estrangeiros ou estrangeirizando formatos brasileiros. Isso, segundo o autor, gestou uma etnia nova, o brasileiro, que se unificou na linguagem e costumes (Ribeiro, 1995).

Surgiram, dessa forma, os brasilíndios ou mamelucos, filhos de brancos com indígenas, e os afro-brasileiros, esses povos não se identificavam com nenhuma de suas matrizes ou foram aculturados, fazendo com que não se sentissem pertencentes à sua cultura original. Essas heranças africanas e indígenas deram a fisionomia cultural ao perfil brasileiro. Além disso, Ribeiro (1995) aborda que, a história de formação do país deixou marcas profundas em todo povo, tanto pela dor sentida, quanto pela malignidade, o que leva a estar “sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista” (p. 120).

Os neobrasileiros, que a princípio tinham mais contornos e costumes que remetessem aos indígenas do que aos negros e portugueses, vão tomando contornos cada vez mais europeus (Ribeiro, 1995), inclusive as estruturas da sociedade vão se diferenciando em urbanas ou rurais.

Desse processo, Ribeiro (1995) aponta um subproduto de caráter agrário-mercantil, pois resultou na fusão de diferentes matrizes, com um estrutura de dependência colonial escravista, o povo-nação. O gentílico “brasileiro” só aparece com a diferenciação de suas matrizes, com o povo elaborando sua própria imagem e consciência.

Conforme Holanda (1995) a sociedade brasileira se estrutura fora do meio urbano, desde o período colonial, seguindo assim após a Proclamação da República e sendo expressão dessa forma de organização e governo até hoje. O autor defende que, o que os portugueses instauraram no país foi uma civilização de raízes rurais, mesmo que não agrícola.

A princípio exploraram o pau-Brasil e, posteriormente, descobriram a potencialidade da cana de açúcar, constituindo desde o início uma sociedade marcadamente rural. No final do século XVII foi a vez do ciclo do ouro, que deu abertura a interiorização no país e expansão de uma sociedade urbana. Contudo, Holanda (1995) aponta que a vida colonial se dá apenas virtualmente nas cidades, as quais dependem totalmente das organizações agrárias. Por fim, esse processo foi decisivo para o desenvolvimento de atividades pecuárias e agrícolas no sertão brasileiro.

Com o interesse em ocupar o interior do país dá-se início à campanha que prometia aos homens sem terras, terras sem homens. Esse processo corroborou com a dizimação dos indígenas, uma vez que a colonização das terras se deu através de expropriação e violências. Assim, o governo se aproveitou dos trabalhadores rurais para ocupar mata adentro e sertão afora no Brasil. Esse processo, de genocídio e reprimarização, iniciado no período colonial persiste até hoje no país, é a lógica do capital no campo.

Além disso, a colonização ocorrida no Brasil fundou, segundo Schwarcz e Starling (2015), um processo de miscigenação forçada, uma vez que, assim que aportaram no país escravizaram os indígenas, que foram substituídos pela mão de obra de negros escravizados em outros ciclos econômicos. Assim, essas diferentes matrizes étnicas e raciais, de brancos, indígenas e negros se cruzaram, principalmente através de estupros. Dessa forma, Ribeiro (1995, p. 120) destaca que

“Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou”.

Tanto os indígenas quanto os negros escravizados no país demonstraram grande resistência frente ao sofrimento imposto. Segundo o Martins (2022), os quilombos juntamente com a luta indígena foram os maiores símbolos de resistência deste período. Apesar de não contar com o arsenal dos portugueses, os indígenas tinham a vantagem de conhecer o território e toda a mata. Os africanos por sua vez, além da organização nos quilombos, ainda participaram de insurreições armadas, como a Balaiada e a Revolta dos Malês⁵.

Durante a Monarquia, Holanda (1995) sinaliza que eram os fazendeiros e seus filhos que monopolizavam a política. A vida urbana, segundo Holanda (1995), iniciada efetivamente com a vinda da família real, ganha forças com a Independência. Grande parte devido ao ciclo de imigrações para o Brasil, que se inicia após 1808, com a permissão para colonos não portugueses, desde que católicos. Assim, o primeiro ciclo de imigrações era majoritariamente de suíços e alemães, que se distribuíram pelo sul e sudeste. Apesar de no período de Regência as intensas migrações terem sido interrompidas, após 1850 começa um novo ciclo de imigrações patrocinadas pelos governos provinciais, com isso são formadas várias colônias, com famílias de alemães, holandeses, suíços, noruegueses, italianos, tirolezes e luxemburgueses. Já o terceiro ciclo acontece depois de 1870, com novos projetos de colonização, sobretudo de italianos sem terras e poloneses. Em decorrência dessas imigrações, além do aumento demográfico, houve uma valorização das terras e passaram a formar pequenas parcelas de terras privadas.

Nesse sentido, como abordado, há um predomínio do rural na história da constituição identitária brasileira, mas não só por as classes hegemônicas desenvolverem atividades agrícolas e dominarem o campo político. Surge na sociedade uma importante classe de camponeses.

⁵ A Revolta dos Malês, ocorrida em 1817 em Pernambuco, foi um levante popular, formado por camponeses e o Clero local, contra a opressão social e a exploração econômica durante o domínio português. Enquanto a Balaiada (1838-1841) foi uma insurreição armada no Maranhão, envolvendo camponeses, negros e índios contra a exploração social e as políticas do governo imperial durante o período regencial.

As imigrações patrocinadas pelo governo, dão origem ao camponês sertanejo, que ao contrário das comunidades caboclas e quilombolas, se localizam mais próximos dos centros urbanos em razão da comercialização de seus produtos. Forneciam leite, ovos, hortaliças, frutas, cereais, entre outros para as cidades, além de desenvolverem o artesanato rural e a manufatura.

Segundo Stedile (2012), o campesinato tem origem no país através das populações mestiças e de outros camponeses estrangeiros, que não eram escravizados, mas também não detinham terras, eram apenas trabalhadores. Foram esses camponeses que, de acordo com a expansão das grandes propriedades rurais, foram ocupando os interiores do país em atividades agrícolas para próprio sustento. Surgem, assim, de acordo com Ribeiro (1995) diferentes culturas brasileiras, sobretudo camponesas.

A cultura crioula no Nordeste, tendo como principal atividade o engenho açucareiro. A cultura caipira, com os mamelucos paulistas, que capturavam indígenas, também viviam de mineração e dos cafezais. A cultura sertaneja, difundida nos currais de gado do semiárido até o cerrado do Centro Oeste. Cabocla com as populações amazonenses, que vivem principalmente pelas matas, e a Gaúcha das campinas do Sul.

Mesmo após a Proclamação da República, as reformas efetuadas proviam das riquezas das atividades agrícolas. Conforme Martins (2022), a população brasileira era marcadamente rural e a economia era baseada na agricultura, dessa forma, os grandes fazendeiros, que detinham o controle da terra, tinham, por consequência, o controle sobre a sociedade e vida das pessoas. Assim, segundo Holanda (1995), a mudança territorial foi a mais importante, visto que a mentalidade e cultura continua a mesma, os senhores levam os costumes da casa-grande para as cidades também.

Nesse sentido, como afirma Holanda (1995) não foi possível grandes transformações sociais, visto que, não foram ofertados algum tipo de indenização ou política compensatória pelos anos de colonização e escravização. Por consequência, a realidade material não possibilitou alternativas para que emergissem novas formas de existência e sociabilidades.

De acordo com Martins (2022), com o fim do trabalho escravizado, surge uma nova organização social, baseada em trabalhadores livres submetidos aos senhores de terras. Ademais, segundo Stedile (2012).

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão de obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa (p. 25).

Segundo Martins (2022), além do assalariamento, que consistia em pagar um certo “salário” para o colono ou condiceiro, existiam outras relações de trabalho, como a parceria, peonagem e o barracão. A parceria muito desenvolvida no Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, nesse modelo o trabalhador recebia uma faixa de terra para produzir para sua subsistência e dividia a colheita ou os produtos resultante desta com o proprietário das terras, como uma taxa pela renda da terra. A peonagem, desenvolvida no Sul, tem por base o “peão”, sujeito sem terras que trabalha em troca do uso de um lote de terras, casa e comida, eventualmente também podia receber em forma monetária, com a introdução das cercas de arame esse formato foi desaparecendo. Já o sistema de barracão na região amazônica, se unia a agricultura de subsistência e o extrativismo, dessa forma o camponês seringueiro retirava sua subsistência através da venda dos barracões da propriedade, contudo os altos preços fazem com que ele sempre estivesse endividado e preso à propriedade; esse modelo também funcionou na região nordestina após 1945.

Segundo Porto-Gonçalves e Da Rocha Leão (2020), as populações rurais só conseguiram se desenvolver através de muita resistência, peregrinação e criatividade. De acordo com Ross e Fabrini (2009, p. 3)

A luta dos indígenas que vêm sendo expulsos de suas terras desde o período colonial, as lutas quilombolas durante a escravidão são exemplos da resistência camponesa.

Fernandes (2000) aponta que somente no século XIX a classe camponesa começa a se delinear, porém por representar interesses antagônicos aos dos latifundiários, foram alvo de diversos

conflitos. Para Martins (2022), o movimento camponês surge com a exclusão do acesso à terra, assim, passam a lutar por ela.

Martins (2022) destaca como movimentos expressivos dessa classe foram as lutas de Canudos, na Bahia, e do Contestado, em Santa Catarina, além de outros pequenos levantes⁶. De forma semelhante, Ross e Fabrini (2009) também ressalta a importância que os “movimentos messiânicos”, como a revolta do Contestado e de Canudos, teve como uma forma de resistência no campo.

Em meados do século XX, especialmente após 1940, vão se manifestando outras formas de organização camponesa, como as Ligas Camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais e associações, motivados a resistirem frente a expropriação causada pelo capitalismo no campo (Fernandes, 2000; Ross & Fabrini, 2009).

Ross e Fabrini (2009) citam a influência das Ligas Camponesas no Nordeste em especial, tanto por sua espacialização, quanto por resultarem em propostas relacionadas à questão agrária, solucionando problemas imediatos também. Os autores destacam os protestos relacionados ao não pagamento de rendas no campo, como ocorridos na revolta dos colonos de Trombas e Formoso no Estado de Goiás, bem como, na revolta dos posseiros de Porecatu no Norte do Paraná e o Levante dos posseiros de Francisco Beltrão, que ocorreram com participação das Ligas Camponesas em 1950.

Ainda é abordado os movimentos em decorrência da modernização que afeta os camponeses, como a construção de barragens e hidrelétricas, por exemplo em Itaipu, que expropriou as terras dos

⁶ A Revolta de Canudos (1896-1897) foi um conflito armado entre o exército brasileiro e moradores de Canudos, um vilarejo no sertão da Bahia, acusados de serem monarquistas. O movimento foi liderado por Antônio Conselheiro, um líder religioso, o qual era temido pelo governo devido sua crescente influência na comunidade. Após vários confrontos, o exército brasileiro, em uma operação brutal, destruiu Canudos, matando grande parte da população. Já Contestado (1912-1916), liderado pelo messiânico João Maria, foi um confronto popular que teve como estopim a construção de uma estrada de ferro por uma empresa norte-americana, de forma que a população local, composta principalmente por trabalhadores rurais e caboclos, se rebelou contra a perda de suas terras, desmatamento das matas e a opressão das autoridades. O movimento foi destruído por meio da repressão do governo, e seus líderes foram presos, além de ter sido assinado o tratado de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina.

povos do campo que ali viviam. A organização e luta destes camponeses resultaram na organização do Movimento Justiça e Terra (Ross & Fabrini, 2009).

A organização de movimentos sociais foi a principal ferramenta de luta camponesas no final dos anos 70 e início de 1980 (Ross & Fabrini, 2009). Foi nesse contexto, que a participação de agricultores sem terras nos movimentos camponeses culminou no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, em 1984, na cidade de Cascavel (PR) (Domingues, 2007; Fernandes, 2000; Ross & Fabrini, 2009). O MST se tornou um dos maiores movimentos sociais do país, o qual tem por objetivo a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil.

Dessa forma, as populações rurais, foram se mobilizando e lutando em busca de condições mais dignas de existência. Com o tempo, o processo de urbanização viria a expulsar vários camponeses e uniformizar seus modos de vida na cidade, pois se vêem obrigados pelo seu contexto a buscar uma saída nos centros urbanos.

Contudo, como aborda Holanda (1995) e Ribeiro (1995), tantos séculos vivenciados deixam marcas, portanto, restam heranças desses modos de vida. Ainda mais, como visto, ainda há discussões sobre os limites entre rural e urbano. Para entender o funcionamento e desenvolvimento humano ou a gênese de problemas sociais, é preciso fazer a análise histórica e contextual. Através dela se desenha, a compreensão da sociedade brasileira.

Neste sentido, convém reforçar a importância do rural na constituição da população brasileira. Esta sociedade possui raízes rurais, meio através do qual a sociedade se estruturou, foi por meio dela que diferentes povos foram forjados. Foi através da concentração de terras e do trabalho escravizado que a sociedade brasileira foi esboçada, por meio de estupro, povos miscigenados nasceram, mas, principalmente, pela resistência indígena, negra e camponesa que as populações rurais e tradicionais sobreviveram. Foram essas matrizes que delinearão o povo brasileiro. Portanto, são delas que advém grande parte de nossa herança biológica e cultural, por meio da qual o desenvolvimento toma seu curso.

1.4. O Rural e o Urbano na Atualidade

Com base no exposto até o momento, constata-se que os camponeses foram historicamente submetidos a um intenso processo de êxodo rural, uma vez que, segundo Albuquerque (2002), o modelo de desenvolvimento agrário privilegiou o financiamento e incentivo do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Assim, a presença dos camponeses na área rural foi dificultada pela modernização agrária, expansão das grandes propriedades e dispensa da mão de obra em função da mecanização agrícola. Já os centros urbanos se tornaram um grande receptáculo desses contingentes populacionais que migraram, se tornando mão de obra barata nas indústrias em expansão. Em função da larga produção industrial, Albuquerque (2002) aponta que a atenção se voltou para os centros urbanos, de forma que as cidades passaram a ser valorizadas e associadas à evolução (Silva & Macedo, 2017).

De acordo com Wanderley e Favareto (2013), até o final do século XX é feita a ocupação dos interiores do país. Tal processo, segundo os autores, foi reprodutor da relação inicial entre o campo e a cidade, dentro da qual, a cidade se torna o centro de poder e o campo, especialmente nas regiões mais interiorizadas, é visto como local de produção.

A interiorização e o investimento de empresas na compra de propriedades, reforça a associação inicial entre campo-cidade, segundo Wanderley e Favareto (2013), uma vez que o incremento de uma favorece o crescimento da outra, para o capital. Assim, o investimento em propriedade e atividades rurais, por empresas do setor industrial urbano, termina por beneficiar a criação de mais núcleos urbanos. Além disso, há a introdução da venda de lotes e loteamentos para a lógica urbana, compactuando para a expansão da cidade (Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014).

Dessa forma, mesmo nas antigas áreas de povoamento, o avanço da ocupação brasileira tomou por movimento a dominação da cidade sobre o campo, assumindo novos valores e associando o urbano como progresso, ao passo que o rural foi atrelado ao atraso (Wanderley & Favareto, 2013). Zimmermann, Medeiros e Quintans (2014) sinalizam que, nesse momento histórico, as cidades são

vistas como uma saída do modelo agrário arcaico para a modernidade, cuja representante eram as cidades.

A transformação é feita de forma progressiva, com a população que era esmagadoramente rural, convertida em urbana, de maneira significativa, com as estatísticas oficiais constatando que a superioridade populacional rural foi perdida (Wanderley & Favareto, 2013). Há cidades bem localizadas e que tiveram um crescimento acelerado, que estendem sua influência para ao redor, conhecidas como cidades regionais. Como exemplo de cidades que enfrentam um alto desenvolvimento temos o Rio de Janeiro e São Paulo (Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014; Wanderley & Favareto, 2013).

Contudo, cabe ressaltar que, esse processo não foi uniforme e homogêneo em todo o vasto território brasileiro, ocorrendo em regiões, tempos, ritmos e formas diferentes (Zimmermann, Medeiros & Quintans; 2014; Wanderley & Favareto, 2013). Houve alguns aglomerados urbanos que foram descontinuados pela expansão das monoculturas. Outros pequenos centros que não se expandiram tanto, vivem de maneira relativamente isolada e centrada na economia local.

Em resumo, Zimmermann, Medeiros e Quintans (2014) abordam que o crescimento da área de influência das cidades decorre da transformação gradual de áreas antes rurais em urbanas. Tendo sido essa mudança complexa, repleta de tensões e conflitos. Uma das mais expressivas marcas foram as formações de subúrbios e áreas de transição, com moradias duvidosas, delimitação e registros precários.

Apesar das condições de vida muitas vezes insalubres nesses novos arranjos, foi criado um imaginário, fruto da ideologia presente, que toma as cidades como mais desenvolvidas, modernas e progressista, enquanto o rural é concebido como espaço meramente produtivo e atrasado, de modelo arcaico e relações precárias, devendo este ser superado e eliminado pelo desenvolvimento urbano. Dentro desse pensamento o país para se desenvolver plenamente deveria prezar pela urbanização e industrialização.

Em meio a isso, tem-se as populações do campo sobrevivendo em condições desfavoráveis no meio rural ou as que migraram para as cidades e continuam em condições indignas, mais precarizadas a cada dia. Uma vez que o desenvolvimento do capitalismo é favorável apenas para camadas dominantes, seja no campo ou nas cidades.

Ademais, por mais que campo e cidade sempre tiveram algum nível de interação e dependência, durante o curso de desenvolvimento, os dois conceitos passaram a ser vistos como polos opostos. Alguns autores versam sobre as diferentes perspectivas sobre essa classificação, diante da delimitação conceitual e das diferentes concepções adotadas para designar o rural brasileiro, principalmente contrastando com o urbano e o reduzindo a noções paisagísticas e produtivistas, convém abordar como o rural e o urbano é visto atualmente dentro de marcos legais e pesquisas sobre o tema.

Wanderley e Favareto (2013) versa que se atentar aos marcos legais, serve para compreender um projeto. Assim, pela noção que urbano e rural legalizada dá-se a entender que ao dar uma maior dimensão para o urbano, as políticas públicas se voltam para essa área, deixando o rural à margem, o que contribui para a perspectiva de que o rural é atraso e portanto deva ser superado (Marcuzzo & Ramos, 2005; Veiga, 2002).

Wanderley e Favareto (2013) ainda sinalizam que a urbanização ocorrida no país gerou diversos municípios de pequeno porte. Estes, são considerados urbanos, pela definição dada as cidades, que segundo Veiga (2002), é meramente administrativa. Assim, como aponta o autor, toda sede de município é considerada cidade, independente de suas características.

Outrossim, apesar de serem considerados cidades, são nesses municípios que vivem a maior parte da população rural (Wanderley & Favareto, 2013).

Dessa forma, para os levantamentos oficiais o rural é considerado como sendo aquilo excluído do perímetro urbano e o grau de urbanização é classificado pela porcentagem de população na sede do município (Marcuzzo & Ramos, 2005). Essa definição adotada pelo IBGE, desconsidera o número de habitantes e as funções atribuídas na definição de cidades, sendo considerada urbana

toda sede municipal. Enquanto o rural é classificado pela negativa, pela exclusão, aquilo que não é urbano, é rural.

Segundo essa definição, há uma super dimensão do que é urbano, enquanto desqualifica o rural (Wanderley, 2003). Uma vez que, por essa visão, o rural quando melhora, torna-se urbano. O rural é incluído como o entorno disperso do núcleo urbano, com ausência de poder e da maioria de bens e serviços básicos, que se concentram nas cidades.

Além disso, o esvaziamento do campo em termos populacionais e ausência de bens e serviços que auxiliem na manutenção das pessoas no campo é acompanhada de políticas voltadas para a produção. Em decorrência disso, temos que o rural é atrelado apenas em seu aspecto produtivo, reforçando o implemento de recursos humanos as cidades, deixando o campo e sua população à mercê. Dessa forma, são reafirmadas determinadas relações de força e concepções de mundo (Zimmermann, Medeiros & Quintans, 2014).

Além das regras adotadas na definição de rural e urbano, que acabam por ampliar áreas urbanas, segundo Veiga (2002), considerar apenas características geográficas e estruturais ou funcionais, bem como, as políticas públicas setoriais acabam por reforçam o desenvolvimento das cidades e enfocam o rural apenas por sua contribuição agropecuária.

Apesar das questões citadas que favorecem a concepção de que o Brasil é majoritariamente urbanizado, há análises que postulam justamente o contrário, que o Brasil seria essencialmente rural (Veiga, 2004).

Veiga (2004) alega que, levando as características dos municípios em consideração, haveria uma predominância de traços rurais em muitas cidades. Silva e Macedo (2019) também destacam que 80% dos municípios seriam rurais se analisadas as características dos municípios, já para Lopes, Ferreira e Friedrich (2018), 74,2% dos municípios, que no censo do IBGE de 2000 tinham menos de vinte mil habitantes, podem ser considerados rurais.

Marcuzzo e Ramos (2005) argumentam que com a modernização associou-se o desenvolvimento à urbanização, enquanto o rural passou a ser entendido como atraso. Em meio a

isso existem estudos que apontam para o fim do rural, em que a alternativa para sua evolução seria através da urbanização. Contudo, há ainda quem defenda a importância do rural, inclusive para o próprio desenvolvimento das cidades, bem como, trazem as cidades como propulsoras do progresso no campo (Marcuzzo & Ramos, 2005). Essa relação foi percebida na história da formação brasileira.

Segundo Wanderley (2003, p. 2)

É inegável que houve no Brasil um processo muito intenso de esvaziamento do meio rural e de redução de sua população. Resultado sobretudo da expulsão em massa dos tradicionais habitantes do campo: trabalhadores assalariados, que residiam nas fazendas ou pequenos agricultores-não proprietários ou com acesso precário à terra. Como este processo acontece mais frequentemente nas áreas consideradas mais modernas – onde predominam as grandes culturas de cana e soja, por exemplo – este modelo de modernização termina por banalizar o esvaziamento e a desvalorização do espaço rural como espaço de vida, como se fossem decorrência do progresso.

Apesar das mudanças com relação às compreensões sobre o rural, ainda se percebe uma inferiorização deste em comparação ao urbano: subsiste um estigma sobre essas populações, como atrasados, rudes, sem conhecimento etc.

Uma lógica contrária tem sido desenvolvida, na qual atrela-se ao campo como um motor de desenvolvimento do Brasil e, portanto, merece ser valorizada. Contudo, uma série de autores questionam a disputa por esse conceito totalizante, uma vez que o agronegócio não representa as diversidades rurais, ao passo que tenta apagá-las.

O termo “agronegócio”, segundo Severo (2023), representa um setor da economia, um modo de produção e de gestão, gerado pela associação entre o capital agroindustrial e os latifúndios. Esse movimento se deu após a crise nos anos 1970 que, conforme sinaliza Barros (2018), criou um novo ciclo de acumulação de capital, integrando indústria e agricultura, dessa forma, para a autora, houve a modernização agrícola brasileira sem alteração em sua estrutura fundiária.

O agronegócio participa de uma defesa ativa de seus interesses com base em associações, mobilizações e na construção de imaginários sociais como músicas e lobbies (Barros, 2018). Segundo Severo (2023, p. 127) há um discurso totalizante, o consagrando como “legítimo representante da agricultura brasileira”, através da criação de mitos e *insights* difundidos em variados meios e mídias. Contudo, Severo (2023) pontua as limitações conceituais, uma vez que, o agronegócio apresenta-se como universalizante, mas não contempla toda diversidade do campo. Segundo o autor:

a definição legal de agricultor familiar é por vezes recusada por integrantes do MST e MPA⁷; a categoria camponês, utilizada por estes últimos (e também por alguns intelectuais urbanos, já que é também uma categoria sociológica), é por sua vez recusada pelos agricultores familiares; já a categoria produtor rural, sem dúvida a mais usual e difundida no meio rural brasileiro, é utilizada tanto pelo Estado como pelo agronegócio (p. 131).

Embora esse movimento de valorização do agro e do homem do campo esteja em voga, cabe ressaltar que ele defende apenas a lógica dominante, enquanto os agricultores familiares e demais “minorias” do campo permanecem estigmatizadas, vistas como atraso, uma vez que, não se enquadram nos padrões agro por não terem os mesmos recursos e não conseguem competir no mercado, nem sobreviver segundo seus costumes por não atender a imagística cultural veiculada sobre o campo.

Em síntese, autores como Marcuzzo & Ramos (2005) e Veiga (2002) sinalizam que há uma tendência urbanista nos critérios oficiais, em que o grau de urbanização é feito levando em conta apenas a porcentagem de residentes nos municípios sede ou seus recursos. Da mesma forma, os autores ainda salientam que o rural não pode ser entendido somente por aquilo fora das cidades ou por suas atividades agropecuárias. Existem vidas e formas de existência fora dos padrões oficiais e

⁷ MPA é um movimento social do campo que defende os interesses dos trabalhadores rurais, busca resgatar a identidade e a cultura camponesa, bem como, mobilizar os pequenos produtores pela melhoria da vida no campo e enfrentamento político das demandas dos mesmos.

veiculados na mídia, que devem ser respeitados e valorizados, não apenas por seu valor de produção.

O rural deu as bases para a sociedade brasileira se organizar, em critérios econômicos e políticos, muito da forma como o Brasil é organizado ainda hoje provém das heranças desse período. Contudo, com a modernização rural e industrialização nas cidades, os povos do campo ficaram à margem das políticas públicas e sociais, uma vez que os olhares se voltaram para o desenvolvimento urbano, e o rural passou a ser valorizado apenas por sua produção que abastece os núcleos urbanos.

Há o predomínio de um olhar dicotômico para as duas dimensões sendo que possuem uma relação dialética, visto que muito do que há nas cidades, o campo é que fornece, mas não só, muitos dos costumes e saberes presentes são advindos dos conhecimentos tradicionais originados no campo. As cidades de menor porte e as comunidades mesmo dentro de grandes cidades têm modos de vida e comunhão similares aos povos do campo, em decorrência de uma herança cultural. O campo por sua vez, também vive em dependência das cidades, já que seu desenvolvimento não privilegiou centros de tomadas de decisão ou recursos básicos para o bem viver de suas populações. Nesse sentido, uma realidade depende da outra, sem necessidade de hierarquizar. O desenvolvimento de ambas ao longo da história sempre caminhou lado a lado.

Todavia, no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, foi criada uma ideologia que representa o urbano como superior e com isso muitas ferramentas se concentram nesses espaços, enquanto no campo são ausentes. O que favorece essa lógica de atrelar ao rural a ideia de atraso, se trata de um posicionamento político, que a ausência de investimento reforça. Dessa forma, o êxodo rural é favorecido, há mais espaço para monoculturas em áreas cada vez mais extensas, enquanto não falta mão de obra para as cidades.

Assim, a engrenagem do capitalismo continua a girar e o campesinato luta para sobreviver no campo, da mesma forma que o proletariado luta para sobreviver nas cidades. Trata-se, portanto, de duas dimensões que têm suas semelhanças e diferenças, mas acima de tudo que são moldadas pelo

contexto histórico e sistema vigentes. Assim, como as cidades enfrentam suas adversidades, no campo também há. Talvez a maior delas seja o trabalhador rural se reconhecer enquanto tal e não ser dominado pela hegemonia do agronegócio, para assim se organizarem enquanto categoria em busca de investimentos em recursos humanos e políticas públicas para o campo. Dando espaço para o desenvolvimento voltados às populações do campo, e não só para suas produções, das quais se destacam a cana-de-açúcar, soja e milho, além da carne bovina.

Capítulo 2

A Psicologia Brasileira Entre o Rural e o Urbano

Este capítulo tem como intuito apresentar a história da psicologia, abordando seu desenvolvimento no Brasil, em específico, trazendo seu contexto de institucionalização e atuação psicológica. Destaca-se como esse processo foi acompanhando um outro maior, a questão da sociedade brasileira, em particular a urbanização e as questões decorrentes dela, uma delas, a própria psicologia no país.

A discussão inicial sobre o histórico da psicologia brasileira, toma como referenciais os textos de Antunes, Massimi, Soares, Pessotti, Gondra, Schwarcz e Rodrigues, entre outros. Estes autores tratam a historiografia da ciência psicológica no país através de um viés crítico e não romantizado, evidenciando o *status quo* ao qual a psicologia servia. Entretanto, como o processo não ocorre sem contradições, também abordam profissionais e movimentos contra hegemônicos que auxiliaram a psicologia a se atentar para seu compromisso social.

Para além disso, se tenciona, a problemática de uma psicologia urbanocêntrica, enquanto a gênese social brasileira é marcadamente rural. Nesse sentido, questiona-se a correspondência de teorias, em sua maioria, importadas de outros países, que tiveram um desenvolvimento diferente do Brasil, bem como, sua adequação e generalização através dos centros urbanos, no território brasileiro, que tem uma diversidade de povos, entre eles, comunidades tradicionais e do campo, além de municípios marcadamente rurais e com povos que carrega uma herança das ruralidades.

Buscou-se, então, traçar o estado da arte dos estudos sobre a psicologia no campo, de forma a apontar o que tem sido pensado e feito dentro deste novo campo, que tem emergido para dar conta dos povos rurais, deixado às margens pela psicologia tradicional, a saber a “Psicologia Rural”, bem como entender esta área emergente.

Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados Pepsic, Lilacs e Scielo, buscando evidenciar o estado da arte em psicologia e as populações do campo. Para isso

foram utilizadas os descritores “rural”, “ruralidade”, “agrário”, “camponês” ou “campesino”, bem como suas variações em número e gênero. Dentre os artigos encontrados foram selecionados aqueles que versassem sobre as experiências da psicologia no campo, exclusivamente, realizadas em solo brasileiro ou publicado no país. Os artigos que compõem a pesquisa não foram filtrados por ano ou idioma.

Foram encontrados mais de cem artigos, 91 daqueles selecionados contemplavam as pesquisas e práticas realizadas no meio rural, evidenciando o que tem sido feito, como, por quem e com quem, buscando um panorama da atuação da psicologia no campo. Estes compuseram a análise do estado da arte em psicologia rural. Além disso, houveram outros 12 artigos que focaram no debate epistemológico, discutindo o rural e a psicologia do campo, de forma a apresentar ao leitor este campo da psicologia, bem como apontar suas problemáticas. Os 103 trabalhos selecionados nesta análise se encontram no Apêndice A.

2.1. Psicologia no Brasil e sua Lógica Urbanocêntrica

Segundo Soares (2010), apesar de antes da autonomização da Psicologia não podermos falar propriamente em conhecimentos da área de Psicologia, pode-se versar sobre “saberes psicológicos”. Para Massimi, Campos e Brosek (2008) os saberes psicológicos representam visões de mundo de determinado contexto sociocultural. Esses saberes podem ser agrupados em diferentes categorias relacionados estritamente a psique, quanto à estrutura e funcionalidade da mente ou ainda aos comportamentos humanos e animais, podendo ser também categorias antropológicas mais globais (Massimi, 2008).

No Brasil, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, foi regulamentada em 1962, através da Lei 4119/62, contudo, sua história começa antes disso, junto a história desta nação.

No país, o desenvolvimento da psicologia seguiu a tendência de obedecer às necessidades socio-históricas, principalmente no que diz respeito à atender as demandas criadas pelo capitalismo

e consequente industrialização. Assim, seu aprimoramento está atrelado às necessidades de um projeto político, econômico e social (Antunes, 2012). Esta ciência desenvolve-se para responder às demandas criadas pela globalização e modernização dos países.

Segundo Massimi (1998), os saberes psicológicos já estavam presentes no Brasil colonial, através de conhecimentos e manifestações dos indígenas e negros escravizados, porém, estes se diluíram às crenças impostas pelos colonizadores. Segundo Pessotti (2004) no período colonial os saberes psicológicos se destacam em áreas como a pedagogia e psiquiatria, versando sobre a aprendizagem, controle de emoções, diferenças raciais e entre sexos, além do controle político. São temáticas voltadas ao conteúdo religioso e político, com teor europeu, pensados para a organização da sociedade segundo os colonizadores.

De acordo com Pessotti (2004), nesse momento se destacam a catequização e aculturação dos nativos e negros escravizados. Da mesma forma, Vilela (2012) também sinaliza a presença de jesuítas e o ensino religioso, pensando a educação e uma possível psicologia infantil, incluindo também a trama familiar. Antunes (2012) ainda cita a preocupação com o trabalho, cura de problemas “morais”, bem como, a inibição da morte voluntária, uma forma de resistência usada contra a colonização, através da imposição do pecado e punição eterna. Para a autora esses conhecimentos serviam de aparato ideológico, uma vez que tinham como função “organizar e manter a empresa colonial” (p. 47).

A partir do início do século XIX, o Brasil deixa sua condição de colônia através da Proclamação da Independência, com isso há intensas mudanças sociais, políticas e econômicas (Pessotti, 2004; Antunes, 2012). De acordo com Vilela (2012) defende que há um esforço na criação de uma identidade e memória nacional, através de imagens e pinturas sobre a família real e outras representações de grandes feitos do governo brasileiro, para que a experiência da sociedade fosse moldada por elas, conforme o desejo dos governantes. Segundo Antunes (2012), as questões sociais ganharam foco, contudo ao invés de suscitar o compromisso social para com a maioria da

população, é formado um aparato repressivo e administrativo por parte do Governo, no sentido de controlar as massas.

Os conhecimentos psicológicos estavam presentes principalmente na Medicina e Educação, com estudos voltados à higienização e normalização da sociedade brasileira (Rodrigues, 2010; Antunes, 2012; Bock, Furtado & Teixeira, 1999; Gondra, 2000; Schwarcz, 1993). A Medicina e Educação foram grandes pilares para essas mudanças, se valendo da aplicação do saber psicológico, que no momento estava sendo institucionalizado em moldes acadêmicos dentro dessas áreas de saber. Houve uma preocupação maior com o ensino e a educação, ocasionando a “criação de cursos superiores, a impressão de livros e a instalação de várias instituições” (Antunes, 2012, p. 49).

Dentre essas instituições surgem as primeiras Faculdades de Medicina (Pessotti, 2004) no Rio de Janeiro, com seus estudos voltados à Psiquiatria e na Bahia, com interesse em criminologia e higienismo social. A produção de saberes psicológicos foi muito difundida através das teses defendidas ao final dos cursos de Medicina (Antunes, 2012). Vale destacar também, a ocorrência de intercâmbios intelectuais com outros países (Antunes, 2012), principalmente da Europa, visto que os profissionais ou professores no Brasil, filhos da elite, haviam se formado em países estrangeiros e retornavam para atuar no país.

Assim, segundo Antunes (2012) a Medicina nesse contexto assumiu um papel de controle social, visando a normalização e higienismo da sociedade.

Já Vilela (2012) destaca que o método das ciências sociais começou a ser empregado nos estudos psicológicos, assim, o cientificismo e positivismo ganham destaque e iniciam-se pesquisas sobre a mensuração da fisiologia. Contexto em que várias ideias racistas são propagadas, através da frenologia e criminologia de Lombroso, entre tantas teorias de degenerescência do período. É nesse momento que são criados também os hospícios, bem como as Ligas de Higiene Mental, que serão ampliadas no século XX, com importante participação da Psicologia, ainda que não autônoma, formando laboratórios que irão ter grande peso para sua consolidação.

No século XX o propósito de higienização da população ganha mais força, cabendo destaque à Educação, cuja missão era forjar o novo homem adequado ao século. Segundo Antunes (2012) a Psicologia foi forte base científica para a educação e as reformas de ensino a partir dos anos 1920.

Vilela (2012) e Pessotti (2004) versam que o ensino de Psicologia, inicialmente, ocorre em grande parte nas Escolas Normais, com a inclusão de noções de psicologia nos currículos. Estas escolas para Antunes (2012) foram muito importantes para o desenvolvimento da Psicologia. Além disso, a instituição pedagógica pioneira na Psicologia foi o Pedagogium (Pessotti, 2004), segundo o autor, nela são desenvolvidas várias pesquisas e projetos, voltadas aos problemas da psicologia em específico.

Pessotti (2004) afirma que a Psicopedagogia e a Psicologia Experimental se sobressaíram nesse contexto, de igual maneira, Vilela (2012) também destaca a atuação no Laboratório de Psicologia Experimental, cujos conhecimentos influenciaram na Educação. Segundo os autores citados, os estudiosos de Psicopedagogia, muitos envolvidos no Pedagogium, se associaram aos pesquisadores de Psicologia Experimental, dando início a uma psicologia realmente voltada à aprendizagem e descomprometida com a psiquiatria ou a lógica assistencial. Essa tornou-se a nova visão oficial compartilhada com as Escolas Normais do país (Pessotti, 2004; Vilela, 2012).

Além disso, é nesse momento que começam a ser gestados e intensificados o uso dos Testes Psicológicos. Embora utilizados primordialmente para a prática educativa, sua aplicação se ampliou para outras situações da vida social, principalmente a indústria e comércio, que despontavam com o desenvolvimento industrial (Antunes, 2012).

Antunes (2012) aborda que, do final do século XIX ao início dos anos 1930, a Psicologia foi gradativamente conquistando sua autonomização, como área do conhecimento e, também, aplicação prática. Para a autora, foram várias ações no interior da Medicina e da Educação que deram bases para esse processo. Tanto a necessidade de ampliar o saber psicológico nessas outras áreas, como o fato de na Europa e Estados Unidos terem conquistado a autonomização da Psicologia, contribuíram para esse estatuto.

Além disso, o século XX marcado por revoltas e ditaduras e as profundas transformações da sociedade brasileira nos anos posteriores, demandavam novos conhecimentos e técnicas que colaborassem para a manutenção do status quo, o que foi possibilitado pela Psicologia (Antunes, 2012).

Segundo Pessotti (2004), a partir de 1934 são criadas universidades no país, dando início ao período universitário. Neste contexto a Psicologia se torna disciplina obrigatória em cursos como Filosofia e Ciências Sociais, em todos os cursos de licenciatura e deixa de ser meramente acessória para Neurologia e Psiquiatria. As cátedras de Psicologia também passam a ganhar maior notoriedade.

Segundo Vilela (2012), com a criação de cursos de psicologia pelo país e profissionais intitulados psicólogos atuando na área, além das associações de psicologia que foram criadas e o movimentando o mercado editorial, é formado o terreno perfeito para a regulamentação da profissão.

Em 1954, de acordo com Pessotti (2004), surge a Associação Brasileira de Psicologia e o Arquivo Brasileiro de Psicologia publica o anteprojeto da lei que versava sobre a formação de Psicólogo. Com a aprovação legal pôde ser outorgado grau de psicólogo através do diploma. O documento previa os “cursos de bacharelado e licenciatura em Psicologia Educacional, Clínica e do Trabalho” (Pessotti, 2004, p. 221).

As discussões surgidas nesse período propiciaram a aprovação do projeto em 27 de agosto de 1962, através da Lei nº4.119. Dá-se início ao momento histórico profissional da Psicologia (Pessotti, 2004).

Durante o período da ditadura militar no país, Correia e Dantas (2017) sinalizam que a Psicologia sofreu as consequências. Segundo as autoras foram desenvolvidas práticas antiéticas, que estimulavam o silenciamento dos oprimidos e restringiam a liberdade de expressão. Nesse momento histórico persiste o caráter elitista, cientificista e positivista na Psicologia, com modelos importados, sem preocupação com a realidade brasileira. Com isso, pretendia-se a normalização e adaptação da

população segundo as normas do sistema, especialmente aqueles da oposição, rotulados como desajustados (Correia & Dantas, 2017).

Foi durante o “Milagre Econômico” que a Psicologia experimentou uma ampliação de seus serviços. Tanto a Psicologia Escolar quanto a Organizacional cresceram, mas o destaque foi dado a Psicologia Clínica que passou a ser procurado pela classe média (Correia & Dantas, 2017).

Conforme Correia e Dantas (2017) o contexto político e econômico, marcado pelo liberalismo, impactou no desenvolvimento da psicologia, nesse sentido, a Psicologia foi fortemente influenciada pelo caráter individualista, além do profissional ser geralmente liberal e trabalhar sem vínculos hierárquicos (Correia & Dantas, 2017).

Vale ressaltar ainda que, foi durante a ditadura militar que foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. De acordo com Soares (2010), em 1971 são criados os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, com direitos privativos à categoria e formulação de leis fundamentais. Correia e Dantas (2017) abordam que a lei de criação deles é considerada autoritária, pois, não possibilita o diálogo da classe, bem como precisou ser acordada com o governo, conseqüentemente, essa organização não possuía caráter de movimento social ou reivindicador.

Contudo, as autoras também destacam que houve posições contrárias ao governo ditatorial dentro da categoria de psicólogos. Destacam-se pequenos movimentos que buscavam romper com a lógica alienante, como evidencia os registros de psicólogos e estudantes de psicologia perseguidos e/ou mortos pela ditadura, bem como a revista “Rádice”, que posteriormente se tornou jornal, a qual divulgava um outro olhar da psicologia, a qual divulgava entre as discussões do currículo de psicologia e regulamentações, as denúncias de torturas e desaparecimentos efetuadas pela ditadura (Correia & Dantas, 2017).

Ademais, Vilela (2012) também sinaliza que o período foi marcado pela absorção de saberes já existentes na psicologia, se incorporando do que já era conhecimento da área, contando com a importação de livros e as traduções de manuais feitas pelos próprios professores ou por editoras que despertaram o interesse pela Psicologia. A publicação brasileira só se ampliou na década de 1970 e

foi incorporada ao ensino em 1980. Ainda neste contexto, há a criação de cursos de pós-graduação no país, permitindo à especialização na área, melhorando a qualidade de atuação.

Outrossim, a psicologização de questões sociais, presente na sociedade, aumentou a procura de psicólogos (os), que se valeu do momento cultural para se consolidar. Segundo Yamamoto (2003) a “Questão Social” seria um conjunto de problemas sociais e políticos surgidos com o advento da sociedade capitalista, é, pois, a manifestação expressa das contradições entre classes. Para Patto (1997) é através da crença de que os direitos são iguais e as oportunidades são as mesmas para todos, que se estabelece a visão de que quem não cresce na vida possui limitações, impossibilitando, assim, que os oprimidos tomem consciência da realidade, uma vez que, essa lógica é mantida através dos aparelhos ideológicos do Estado.

Com isso, são dadas as bases para que a Psicologia se estruture como área independente e alcance sua institucionalização como ciência e profissão, colaborando para o contexto de modernização e êxodo rural. A Psicologia se consolidou como ciência e profissão por conseguir responder às “demandas impostas pelo modelo desenvolvimentista de economia e de uma política de intervenção do Estado no processo produtivo” (Antunes, 2012, p. 57).

Nesse sentido, para Antunes (2012), a consolidação da psicologia se deu com o processo de industrialização da sociedade brasileira, visto que no momento havia críticas profundas ao mundo agrário, ao qual foi atribuída a culpa pelo atraso econômico e social do país. A industrialização era uma meta para um novo país, novos tempos e para a construção de um novo homem (Antunes, 2012).

Por sua vez, Vilela (2012) defende que o processo de industrialização e urbanização da população acentuou as desigualdades entre rural e urbano. Nesse momento o foco era o desenvolvimento urbano e o apaziguamento das questões sociais surgidas no contexto. Segundo Antunes (2012) “a Psicologia que aqui se desenvolveu esteve articulada a esses interesses e a um projeto específico de modernização do País” (p. 54).

Portanto, a psicologia em seu surgimento no país esteve alinhada ao ideário hegemônico, para designar o excedente populacional para determinadas funções dentro do sistema, como peças, enquanto outras, compactuando com o discurso higienista, eram excluídas e ainda culpabiliza o indivíduo por seu suposto fracasso em virtude da medição de suas capacidades.

Cabe ainda ressaltar que, segundo Antunes (2012), a princípio as ideias psicológicas estavam muito voltadas para a catequização e aculturação indígena, o que foi dando lugar a uma preocupação com os afrodescendentes de negros escravizados trazidos ao país para a escravização, com isso surgem ideias racistas que visavam eliminar a presença de outras etnias e raças no Brasil.

Coube ao pensamento científico, influenciado por esses ideais higienistas, sustentar tais discursos, muitos deles relacionados ao fenômeno psicológico (Antunes, 2012, p. 50).

Além disso, as transformações da sociedade brasileira, deixando o mundo rural e se urbanizando de maneira tão acelerada, trouxe como consequência a precariedade nas condições de vida (Antunes, 2012), principalmente para os indígenas expulsos de suas terras e negros que foram escravizados e, posteriormente, libertos sem nenhuma indenização ou reparação, bem como os imigrantes pobres que vieram ao país vender sua força de trabalho. Assim, os ideais higienistas previam acabar com a desordem e desvio, o que para Vilela (2012) significava afastar as heranças africanas e indígenas. Nesse sentido, os saberes psicológicos desenvolvidos nesse contexto eram sobretudo racistas e elitizados, bem como preocupados apenas com o desenvolvimento urbano (Antunes, 2012; Vasquez, 2009).

Sendo assim, percebe-se que o desenvolvimento da Psicologia esteve alinhado com o projeto político que a classe dominante tinha para o país, contudo esse movimento não foi sem contradições, houve ainda pensamentos contra hegemônicos, engendrado por nomes como Ulysses Pernambucano, Helena Antipoff e Manoel Bomfim (Antunes, 2012).

De acordo com Antunes (2012) Helena Antipoff defendia a ideia de que os testes não mediam apenas o critério avaliado, mas também refletia o contexto social e as condições sociais dos avaliados, sendo assim, deveriam ser empregados com o intuito de conhecer a realidade da criança

avaliada para então poder intervir de maneira eficaz. Antipoff atuou também junto à educação de crianças com deficiência intelectual, na educação dos ditos superdotados e com a educação rural, sendo pioneira nessa área junto a Ulysses Pernambucano (Antunes, 2012). Este, por sua vez, também apresentava caráter subversivo.

Ulysses Pernambucano, segundo Antunes (2012) possuía uma visão progressista de saúde mental. Aboliu as camisas de forças e os calabouços em um Hospital de “doenças mentais” da época, também implantou ambulatorios e o conceito de hospital aberto, além de ter fundado a Liga de Higiene Mental de Recife e a primeira Escola para Anormais no Brasil, em uma perspectiva inclusiva.

Já Manoel Bonfim, foi criador e diretor do primeiro laboratório de Psicologia no País, dentro do Pedagogium, ademais foi professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal do Rio de Janeiro (Antunes, 2012). Bonfim enxergava os problemas da sociedade brasileira a partir de sua gênese na exploração colonial, bem como, para ele, o psiquismo deveria ser analisado de acordo com sua natureza histórico-social. Ademais, combatia o racismo científico e posicionava-se politicamente contra o pensamento liberal da época (Antunes, 2012).

Nesse sentido, cabe ressaltar, conforme Antunes (2012) que foram feitas críticas ao caráter elitista da Psicologia, clamando por uma Psicologia que fosse comprometida com a realidade social do país.

Com isso, segundo Antunes (2012) a categoria de psicólogos se organizou com as entidades representativas fazendo a crítica da atuação psicológica e visando a transformação social. Ampliaram-se a produção científica da área, principalmente em decorrência dos cursos de pós-graduação, articulando debates articulados aos problemas sociais, tendo um salto de qualidade nessas produções. Assim, para a autora:

Foi nessa condição que a Psicologia logrou, nesse período, um desenvolvimento sem precedentes, ampliando gradativamente seu espectro de atuação e buscando respostas para os problemas sociais, inicialmente no interior dos campos tradicionais [...], e, posteriormente,

ensaando e implantando novas modalidades de intervenção [...]. Em outras palavras, a Psicologia passou a se preocupar com a maioria da população e seus problemas, com um claro compromisso social, tendo em vista a transformação da sociedade (Antunes, 2012, p. 61).

Nesse sentido, cabe expressar que o contexto de surgimento da Psicologia no país acompanhou o desenvolvimento social da sociedade brasileira. Foi em uma conjuntura em que o país se industrializava e se modernizava, como consequência havia um contingente de pessoas migrando forçadamente do campo para as cidades, que não tinha estruturas adequadas para recebê-los.

Para o campo foram destinadas máquinas, insumos agrícolas e recursos voltados à produção. As cidades, por outro lado, precisavam de profissionais que auxiliassem na educação das crianças, que não estavam adaptadas ao modelo de educação vigente, e nas indústrias, destinando cada trabalhador para os cargos correspondentes às suas capacidades. Além disso, todo o processo precisava ser reforçado, por isso, em um sistema que prega o individualismo, o fracasso necessitava ser reforçado como advindo do próprio sujeito. Nesse cenário, a psicologia cumpriu essa função de atribuir ao indivíduo o que era de ordem social.

Portanto, a história da psicologia caminha em paralelo com a modernização do país, por conseguinte, com as problemáticas enfrentadas nos campos brasileiros. Apesar de seu passado demonstrar ser marcado pelo elitismo e higienismo, houve posições contrárias. Mesmo a atenção da Psicologia se voltando às urbanidades, alguns profissionais fizeram diferente e se preocuparam com o rural, como Helena Antipoff. Foi seguindo os passos destes que a psicologia começou um movimento de aproximação ao seu compromisso social. Através dele, novas formas de se fazer psicologia têm sido desenhadas, uma atuação mais condizente com a realidade brasileira tem se esboçado e uma Psicologia voltada aos povos brasileiros têm sido escrita

2.2. O Estado da Arte em Psicologia Rural

Apesar de suas teorias importadas de outros países marcadamente urbanos e ter colaborado para a modernização e ampliação das cidades no Brasil, a Psicologia tradicionalmente dominante foi concebida com o intuito de ajustamento e, portanto, ainda caminha na construção de uma prática psicológica que consiga de fato atender às realidades brasileiras em sua complexidade.

Nota-se que a psicologia tradicional, tal como foi constituída, não está preparada para lidar com a diversidade de povos e modos de vida presentes na realidade brasileira. De forma que se constata a existência de uma psicologia tradicional essencialmente urbana - apesar de não englobar toda a diversidade existente nas cidades.

Partindo das bases de seu surgimento até a atualidade, na qual se despontam temas emergentes, nota-se o clamor por um novo olhar da psicologia, para além de seu viés tradicional. Um dos campos que suscitam tal compromisso é a atuação junto às populações rurais. Portanto, este tópico do trabalho pretende abordar as contribuições da área, no que diz respeito à prática e a pesquisa que tem sido realizada na área rural.

De início, cabe ressaltar que a “Psicologia Rural” tem sido pensada visando preencher a lacuna que a psicologia apresenta por não ter subsídios necessários para uma atuação comprometida com as realidades rurais. Conti et al. (2020) e Landini (2015) apontam que a Psicologia Rural foi alçada para dar conta de um objeto que historicamente tem sido deixado à margem na psicologia, permitindo a discussão e compreensão de suas especificidades. Apesar da iniciativa, essa área apresenta alguns problemas conceituais e epistemológicos.

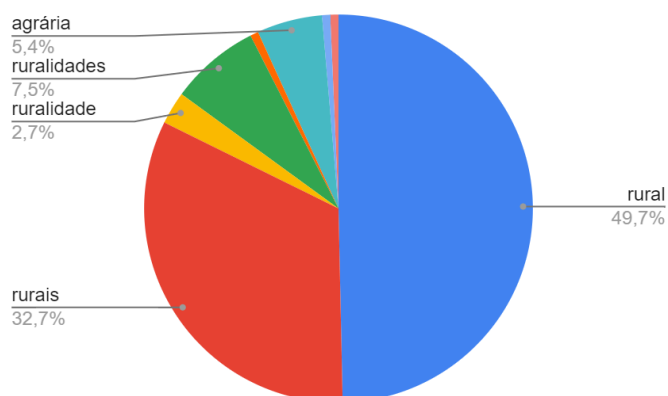
A psicologia em interface com as temáticas rurais tem sido enfocada a partir de três nomenclaturas: Psicologia Rural, a partir da obra “Hacia una Psicología rural latinoamericana” de Fernando Landini em 2015, Psicologia e contextos rurais através do livro homônimo de Leite & Dimenstein (2013) e do “Condições de vida e saúde mental em contextos rurais”, de Dimenstein, Leite, Macedo e Dantas (2016), além da terminologia Psicologia em Ambientes Rurais com obra de Quintanar (2009).

Conti et al. (2020) sinaliza que a terminologia “Psicologia Rural” tem se sobressaído a partir dos congressos Latinoamericanos que começaram em 2013. Santos e Calegare (2022) observaram que, diferentemente de outras ciências sociais que optam por terminologias ligadas ao campesinato, demarcando a classe social, essa área na psicologia está mais ligada ao léxico “rural”, estando vinculada a outros vieses.

Os achados do trabalho coaduna com estes dados, uma vez que dentre os descritores utilizados aqueles que mais filtraram artigos para a pesquisa foram “rural” e “rurais”, somando mais de 80% dos artigos selecionados, na sequência de “ruralidades” e “ruralidade” que juntos quase somam 10%. Somente cerca de 10 artigos utilizaram os descritores “agrário” ou “agrário”, enquanto que apenas 1 artigo foi filtrado com as palavras “campesino” ou “camponês” e outro artigo com a palavra “camponesa”, nenhum através de “campesina”.

■ ■ ■
Figura 1

Porcentagem por descritores



Quanto à tendência ao longo dos anos, Silva e Macedo (2017) abordam que os estudos sobre o rural na psicologia aumentaram após os anos 2000, sendo que em 2006 esse número atingiu seu auge. De forma semelhante, Ronzani et al. (2021) traz esse crescimento principalmente a partir de 2003, com um pico também em 2006. Segundo os autores, nesse ano houve um número exponencial de famílias assentadas, isso poderia ser explicado em virtude de a maior parte dos trabalhos de

psicologia envolvendo a temática rural, abordarem os acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

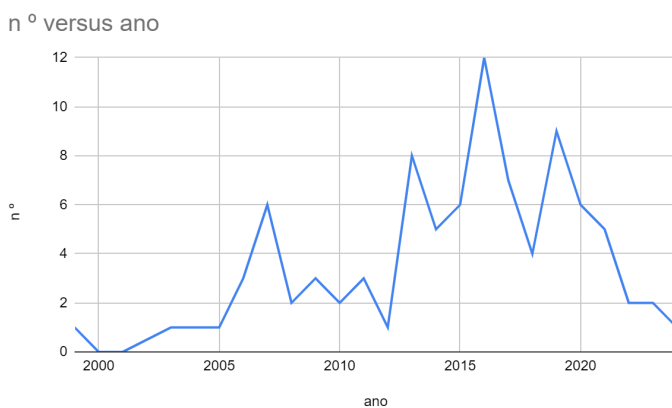
Neste trabalho também podemos constatar o aumento após 2000, principalmente em 2007 com 6 artigos encontrados, tendo aumentado novamente após 2012, reforçando os achados de Ronzani et al. (2021) que ressaltam um novo aumento em 2012, sendo o ano de 2017 com maior número de artigos publicados sobre a temática. Segundo Conti et al. (2020) esse novo aumento pode ser justificado pelos congressos Latinoamericanos sobre ruralidades que começaram em 2013. Silva e Macedo (2017) sinalizam que a tendência se manteve de 2010 a 2015 com mudanças sutis com relação às temáticas e posicionamentos sobre os desafios metodológicos.

Em síntese, neste levantamento, os anos de maiores publicações foram 2016 e 2019, com 12 e 9 artigos, respectivamente. O menor número de publicações desde então se deu em 2024, ano da pesquisa, o que pode ter influenciado por ter contemplado apenas o primeiro semestre do ano. Além disso, a Covid-19 pode ter colaborado com essa queda, visto que, as pesquisas em ambientes rurais reduziram após 2020, ano de agravamento da pandemia, este contexto exige mais a presença física em virtude dos obstáculos tecnológicos no campo, com isso, a investigação pode ter sido prejudicada pelas medidas de segurança.

Assim, as mesmas tendências apontadas por Conti et al. (2020) e Ronzani et al. (2021) foram confirmadas na pesquisa, havendo uma baixa nesses números recentemente, gerando o gráfico abaixo.

Figura 2

Tendência anual de estudos rurais na psicologia

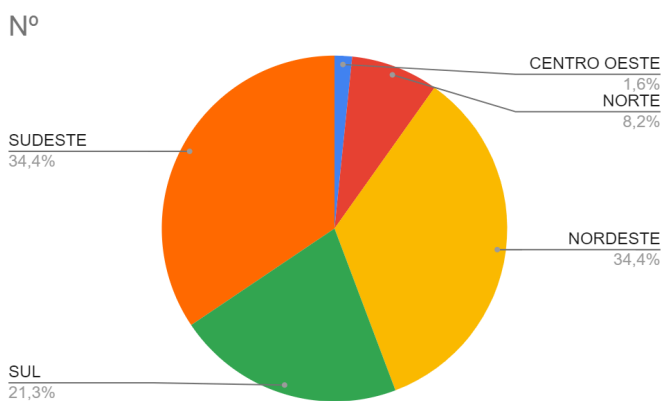


A pesquisa foi filtrada por publicações em revistas brasileiras que tratassem sobre o Brasil. Nesse sentido o idioma predominante é o português, ainda que tenham sido encontrados alguns artigos em espanhol e dois em inglês. Ademais, foram filtrados artigos realizados em outras localidades como Argentina, Perú, Uruguay, Venezuela e México. Porém não em quantidade significativa. Segundo Ronzani et al. (2021) apesar de o Brasil ser país com maior frequência de publicações, o idioma de prevalência foi o espanhol em sua pesquisa, além disso, ainda constaram o México, Chile, Colômbia e Argentina com trabalhos publicados.

Com relação às localidades brasileiras, o sudeste e o nordeste representam 34,4%, cada, sobre a totalidade de trabalhos encontrados. A região Centro Oeste foi a menos representada, tendo apenas 1 artigo, de Goiás. Minas Gerais e São Paulo foram os estados brasileiros que mais apareceram nas pesquisas, sendo abordados em 9 artigos, em seguida do Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com 6 artigos cada.

Figura 3

Distribuição de Artigos por Regiões Brasileiras



Dentre as formas de investigação do rural, assim como ressaltado por Ronzani et al. (2021) as abordagens qualitativas se sobressaem. Apenas dois artigos se definiram como estritamente quantitativos, cerca de cinco trabalhos foram quali-quantitativos e mais de 10 explicitaram na metodologia se tratar de estudos qualitativos. Boa parte dos artigos eram revisões bibliográficas, por volta de 12 trabalhos, mas também se destacaram estudos que se utilizaram a metodologia etnográfica (8), estudos transversais (4) e também algumas pesquisas documentais (5).

Quanto às ferramentas de coleta de dados, as principais foram as entrevistas, livres e semi estruturadas, principalmente, somando mais de 40 estudos com este método. As observações estiveram bastante presentes nos estudos como método de coleta, assim como os questionários e testes psicológicos, cerca de 15 estudos utilizaram essa forma de avaliação e registro de dados. Os grupos focais figuram em cerca de 10 artigos. Além disso, chama atenção aqueles que se utilizaram da narrativa (7) e recursos artísticos como fotografias e produções audiovisuais para instigar e coletar informações. Os diários de campo também estiveram presentes, com cerca de 6 estudos se valendo dele como meio de registro.

De acordo com Ronzani et al. (2021) a preferência por abordagens qualitativas, bem como o emprego de entrevistas não estruturadas, se deve às características do grupo pesquisado, que podem não estar acostumados com roteiros e questionários padronizados ou autoaplicáveis.

Grande parte dos trabalhos não citam a forma de análise dos dados coletados. A análise de conteúdo foi a forma mais citada (12), seguida da análise de discurso e análise fatorial, cada uma

com três artigos as utilizando. Vale ressaltar que alguns trabalhos se valeram de aplicativos externos para esta análise como o Alceste, que faz a análise quantitativa de dados textuais, e o IBM SPSS, um programa de análises estatísticas para as ciências sociais.

Com relação às principais revistas, Ronzani et al. (2021) aborda que o tema foi abordado primordialmente por revistas de Psicologia, com destaque para as revistas *Universitas Psychologica*, *Psicoperspectivas*, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *Psicologia: Ciência e Profissão* e a *Psico-USF*. Com relação às publicações em outras áreas, há um predomínio naquelas categorizadas dentro das “Ciências da Saúde”.

Na atual pesquisa de igual maneira se percebeu um predomínio de publicações da temática em revistas de psicologia, como era de se esperar, as raras exceções se tratam de revistas que também abordam questões acerca do desenvolvimento psicossocial. A principal revista que recebeu esses periódicos foi a revista “*Psicologia e Sociedade*” com cerca de 24 artigos. Na sequência temos a “*Estudos de psicologia*” (8) e “*Psicologia em estudo*” (6), bem como a “*Psicologia: Ciência e Profissão*” com seis trabalhos. A revista “*Psicologia Escolar e Educacional*” também publicou seis artigos e na “*Pesquisa e práticas psicossociais*”, foram quatro. As demais revistas que publicaram artigos sobre a temática rural em psicologia receberam três ou menos pesquisas.

Segundo Silva e Macedo (2017) recentemente tem sido notada uma maior presença da psicologia no campo, principalmente através das equipes de Atenção Primária e Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como, por meio Educação no Campo e, também, das atividades de extensão rural. Contudo, apesar da presença ter se ampliado, os debates e conhecimentos epistemológicos ainda são incipientes, o que resulta em práticas desqualificadas para uma atuação condizente à realidade desses povos (Silva & Macedo, 2017). Além disso, com relação às pesquisas, os autores citados ainda afirmam que persiste um olhar urbano nos estudos que a psicologia realiza no meio rural.

Silva e Macedo (2019b) sinaliza que o movimento de aproximação da psicologia com os povos rurais, deve ser acompanhado de discussões críticas a respeito da formação profissional para atuar no campo. Dessa forma, Santos e Calegare (2022) constataram que há uma preocupação em criar novas epistemologias e uma instrumentalização adequada para atender as populações rurais. Pois, conforme Albuquerque (2002, p. 41) “ao analisarmos o rural, devemos ter o cuidado de despojarmo-nos dos nossos olhos urbanos”.

Santos e Calegare (2022) sinalizam que a Psicologia Social é utilizada na maioria das pesquisas sobre psicologia rural. Conti et al. (2020) também ressalta que a maioria dos profissionais de psicologia que atuam com populações rurais, o fazem adotam pressupostos da psicologia social latino americana. Moura Jr et al. (2019) ainda pontuam a psicologia comunitária, psicologia política e psicologia ambiental como os âmbitos que mais se aproximaram de uma psicologia rural. Silva e Macedo (2019b) também destacam a Psicologia Social e a Psicologia Social Crítica/Psicologia Comunitária, principalmente por trabalharem com a noção de território.

Silva e Macedo (2019b) ainda pontuam a necessidade de a Psicologia fazer interlocuções com outras áreas de conhecimento como, a geografia, sociologia e antropologia, que tem debates mais aprofundados sobre os estudos rurais no Brasil.

Ronzani et al. (2021) também salientam maior concentração de pesquisas nas áreas de Psicologia Social, Psicologia Escolar/Educacional e da Psicologia da Saúde. Além da psicologia social e ambiental. Os autores ainda sinalizam que os estudos rurais através da Psicologia Social e Comunitária tiveram um aumento entre os artigos mais recentes.

Dentre os artigos abordados no trabalho foi constatada a presença preponderante da Psicologia Social, tendo sido encontrados mais de 10 artigos com essa fundamentação. Houve uma significativa surpresa ao encontrar certa de 7 trabalhos abordados pela ótica da Psicologia Histórico-Cultural ou suas variações no país. A psicologia Comunitária também figurou como uma das principais tendo cerca de 4 trabalhos que a nomearam, na mesma quantidade estão os trabalhos em Psicologia do Trabalho ou Clínica do trabalho que somaram 4 estudos que as contemplavam. A

Psicologia Ambiental e as denominadas Psicologia Cultural ou da Cultura ainda contaram com 3 artigos cada que as utilizaram como referencial. Houveram ainda um número expressivo de trabalhos que abordaram a educação e sua relação com o meio rural, mesmo que não definindo expressamente que pertenciam à Psicologia Escolar ou Psicologia da Educação.

Portanto, assim como os estudos anteriores mencionados, a Psicologia Social se sobressai como epistemologia aplicada às áreas rurais, muito devido ao seu histórico de atuação junto às comunidades e povos mais vulnerabilizados, como é o caso dos povos rurais, que vivem em sua maioria em situações de pobreza ou invisibilidade social, tanto por parte da sociedade civil quanto do poder público. Além disso, destaca outros referenciais marcados por sua preocupação com as questões sociais, bem como com o ambiente ou a cultura no desenvolvimento psicossocial dos sujeitos e grupos.

Com relação aos setores de abrangência, houve uma superioridade de artigos que tratam sobre educação, sendo cerca de 15 trabalhos, que envolvem a abordagem da escola, a pedagogia adotada, sobre a educação do campo e as perspectivas de futuro dos estudantes.

Os trabalhos partem muito da área educacional, que se preocupam com a formação desses jovens e com uma educação do campo, para que permaneça no campo e consiga viver dele. Um dos primeiros trabalhos da psicologia no campo foi sobre a educação com Helena Antipoff, o trabalho de Martins, Augusto e Antunes-Rocha (2011) se volta às contribuições Antipoff na educação no campo, a qual buscava contribuir com a população rural brasileira, trabalhando especialmente com crianças com deficiências físicas e déficits cognitivos.

A perspectiva de educação no campo, segundo Bezerra e Silva (2018), pretende o desenvolvimento de uma educação que considere as especificidades culturais e identitárias, bem como, respeite os modos de vida rurais e seja ofertado no lugar que se vive. Inclusive as autoras abordam a instituição como política pública de formação de professores para atuar com a educação do campo, porém essa estratégia enfrenta entraves para efetivação devido à modelos arcaicos e hegemônicos ainda impregnados no processo de ensinar (Bezerra & Silva, 2018).

Pensar uma educação do campo é fundamental para que a população rural possa acessar esse direito, principalmente os jovens, que muitas vezes migram para as cidades em busca de seus sonhos. Foi o que constatou Pizzinato, Petracco, Hamann, Cé, e Rosa (2017) em seus estudos com jovens mulheres do campo. Os resultados apontaram que nas perspectivas das participantes o rural não oferece estrutura para efetivação de seus direitos, como saúde, lazer e educação, por isso, optam pela urbanidade e o trabalho autônomo, na busca de uma remuneração para viver.

Em continuação, nove artigos abordaram sobre a saúde da população do campo e apenas três sobre a assistência social no meio rural.

Fontoura-Junior e Guimarães (2019) defendem que, apesar de a saúde e segurança no trabalho ser direito de todos, no meio rural ela é invisibilizada, tanto pelas políticas quanto pelo distanciamento, sendo que nessa área o cuidado em saúde deveria ser mais presente em decorrência dos fatores de risco de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica no trabalho das pessoas do campo, da floresta e das águas. Costa, Dimenstein e Leite (2014) ainda assinalam a prevalência de doenças infectocontagiosas, como ocorrência de diarreias, gripes e verminoses, em decorrência das condições sanitárias precárias e má qualidade da água, também evidenciam desnutrição e hipertensão como associada à hábitos alimentares. Nesse público é frequente a utilização de saberes tradicionais na confecção de remédios para suas enfermidades, como chás e garrafadas (Costa et al., 2014). Na presente pesquisa foi evidenciado um artigo que tratou sobre plantas medicinais, o saber tradicional das comunidades rurais.

Ronzani et al. (2021) trouxe em sua pesquisa a falta de estudos sobre a saúde mental no âmbito rural, diante de tantas iniquidades nessa área. Na presente pesquisa foram encontrados dois estudos tratando sobre habilidades mentais e seis relacionados às pesquisas sobre a prevalência de transtornos mentais no campo. Além disso, houveram alguns estudos de validação de escalas e testes para esta população. Ainda sobre o tema, um artigo tratou sobre o uso álcool por populações do campo. Outro sobre os impactos na saúde sobre o uso de agrotóxicos.

Costa et al. (2014) evidenciam a falta de serviços especializados de saúde mental, como ambulatórios e leitos psiquiátricos. Além disso assinalam a alta prevalência de transtornos mentais comuns da população rural assentada pesquisada. Para os autores os danos psíquicos estão associados às condições socioeconômicas e ambientais, além disso, para as mulheres a situação é agravada em decorrência da sobrecarga laboral e violência de gênero (Costa et al., 2017). Landini, Benitez e Murtagh (2010) destacam em seu estudo a prevalência do estresse, suicídio e depressão nos trabalhos de psicologia no campo.

Dentre os serviços de assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem se destacado por aproximar a psicologia do campo, principalmente através das equipes volantes. Contudo, Oliveira, Belo, Amorim e Oliveira (2017) abordam a precária gestão de benefícios, particularmente , devido a dificuldade de acesso, pela cobertura deficitária das equipes e a pouca articulação com outros setores para efetivação dos direitos sociais.

As políticas públicas que ganharam evidência nas últimas décadas, foram salientadas em quase dez trabalhos, sendo o PRONAF e o BOLSA FAMÍLIA as políticas citadas, em dois trabalhos, cada. As políticas públicas ganham destaque no meio rural uma vez que essas populações muitas vezes são marcadas pela pobreza multidimensional dadas suas condições históricas e invisibilidade sofrida, além disso, boa parte das pesquisas abordaram assentamentos e acampamentos, onde a presença de políticas públicas se faz primordial.

Já em relação ao público ou tipo de povoamento contemplado nas pesquisas constatou-se uma prevalência de artigos que generalizou o “rural” não especificando que tipo de povo a pesquisa trata, cerca de 50 artigos neste formato. Daqueles que diferenciam a comunidade atendida, tem-se um predomínio de trabalhos que versam sobre assentamentos ou acampamentos de reforma agrária, ou mencionam o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST), principal movimento social de luta pela terra e reforma agrária do país. Totalizaram mais de 20 artigos com esta temática.

Outro público abordado nas pesquisas foram os pequenos agricultores, havendo cerca de sete trabalhos e aqueles mais específicos que trabalharam com agricultores agroecológicos, pantaneiros, canavieiros, além dos que lidam com a fumiicultura e a suinocultura.

Silva e Macedo (2021) em seu estudo sobre a questão agrária abordam que, apesar de várias problemáticas que poderiam ser elaboradas nas pesquisas sobre isso, a maioria dos estudos se voltam para os assentados, acampados e pequenos produtores rurais, principalmente no que diz respeito à produção. Sendo válido ressaltar que o rural não se resume ao agrícola e seus povos não devem ser reduzidos a instrumentos de produção agrária (Silva e Macedo, 2021).

Em menor quantidade, houveram três artigos sobre atingidos por barragens, dois abordando sobre Quilombos, um sobre os indígenas e outro a respeito de comunidades rurais e ciganas.

Com relação aos atingidos por barragens, Giongo e Mendes (2021) apontam que a experiência dessas pessoas é marcada por violência, desinformação e desassistência política e social, enquanto se sentem impotentes e inseguros com a decisão de desterritorialização que sofreram. Cruz, Giongo, Marque e Mendes (2020) ainda sinalizam a precarização dos serviços para aqueles que ficam na comunidade afetada, como escolas, serviços de saúde e transporte, todos prejudicados. Ademais, todo esse processo representa um conflito identitário e rompimento de laços sociais, os quais estão atrelados com o território, isso gera sofrimento e adoecimento psíquico, pois vivenciam a ruptura psíquica, territorial social, política e econômica, além da desproteção social (Giongo & Mendes, 2021; Cruz et al., 2020).

Pertinente aos quilombos, Silva e Felipe (2024) sinalizam a importância de considerar o racismo no adoecimento das comunidades negras, uma vez que o negro no Brasil foi historicamente relegado, excluído, marginalizado e violentado, bem como seus fazeres e saberes foram perdidos e apagados ao longo do tempo, portanto, seus processos de subjetivação se encontram fragilizados. Pensar a clínica psicológica para comunidades rurais e tradicionais, especialmente, quilombos, envolve considerar as características do território e ampliar o diálogo para além do atendimento individualizado. Principalmente, engloba fortalecer as redes comunitárias, construir práticas

emancipadoras e políticas públicas para enfrentar as iniquidades de forma abrangente, podendo se estender para além da saúde, para a assistência e educação também (Silva & Felipe, 2024).

Ainda nesse sentido, Costa e Scarcelli (2016) ao investigar a relação entre políticas públicas de titulação de terras e o fortalecimento da identidade negra de um quilombo, evidenciou que, são várias as iniquidade enfrentadas por esse povo, e apesar de estarem cientes da situação vivenciada e das estratégias possíveis, precisam de apoio político, por meio das políticas públicas, para enfrentar as marcas das desigualdades. Nesse sentido, para as autoras, as políticas públicas teriam para além de efeitos materiais, também marcas simbólicas e terapêuticas. Possibilita dar visibilidade as dificuldades enfrentadas nos quilombos, organizar a vida e historicizar o negro e sua luta (Costa & Scarcelli, 2016).

O artigo que evidenciou os indígenas na pesquisa pretendia analisar a contribuição de um periódico para o estudo da temática desses povos. Como resultados, constataram que a psicotécnica de meados do século XX, tinham os indígenas como trabalhadores rurais, ademais, não havia uma preocupação crítica, visavam integrá-los à sociedade e criar uma identidade nacional, adequando-os aos objetivos políticos e econômicos do Estado brasileiro (Sant'Anna, Castro & Jacó-Vilela, 2019).

Segundo os autores, Sant'Anna et al. (2019), os indígenas foram importantes atores no tecido social brasileira e sua história é contada de forma oral ainda hoje. Dentro da psicologia, passaram a ser foco de interesse maior a partir de 2004, ano em que dois eventos foram marcantes desse encontro, a procura pelo Conselho Federal de Psicologia por parte de caciques para lidarem com o adoecimento psíquico e o seminário "Subjetividade e Povos Indígenas", além disso, tem sido firmadas parcerias desses povos com a categoria de psicólogos, principalmente através do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Estima-se cerca de 500 mil ciganos atualmente no Brasil, contudo, não existem dados oficiais sobre esses povos ou políticas específicas para eles (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008). Os autores do artigo, Bonomo et al. (2008), procuraram analisar a relação entre as duas comunidades, conhecendo os significados e práticas desses grupos. Foram evidenciados que há

conflitos entre os dois, principalmente, entre as mulheres, visto que o contato se dá através delas, mas apesar disso encontram consonância na vivência de gênero.

Com relação às temáticas, segundo Moura Jr. et al. (2019) e Ronzani et al. (2021). Foram constatados predomínio das temáticas em saúde mental, trabalho, gênero, subjetividade, geração, direitos humanos, raça e sobre a epistemologia (Moura Jr et al., 2019; Ronzani et al., 2021).

Observa-se uma grande variação em relação a tais dados, de forma que as mais frequentes são Saúde (18,3%), Identidade (16,1%) e Relações de Gênero (12,9%). Houve uma variação também em relação à população estudada, com maior frequência entre Mulheres (20,4%), Trabalhadores (14,0%), Crianças (12,9%) e Adolescentes (10,8%) (Ronzani et al., 2021, p. 6).

Segundo Silva e Macedo (2017) as pesquisas sobre o rural na década de 90 eram mais escassas, embora apresentassem diversidade temática, contudo não discutiam modelos teóricos em termos do entendimento sobre o rural. Basicamente tratavam sobre o cooperativismo agrário, o trabalho no campo, adaptação com a mudança para os centros urbanos, bem como sobre papéis sociais. Já na década de 2000 aumentaram a pesquisas e os focos de interesse passaram a ser os assentamentos, trabalhadores rurais, políticas públicas, extensão e cooperativas agrárias, além de aspectos psicossociais como o desenvolvimento e educação no meio rural, bem estar e saúde mental, gênero, produção cultural e transformações no mundo do trabalho. A partir de 2010 os estudos passam a englobar ainda populações quilombolas, comunidades ribeirinhas e a identidade cabocla, a preservação ambiental e uso de agrotóxicos, bem como, maior presença de discussões teóricas e metodológicas acerca de investigações no meio rural (Silva e Macedo, 2017).

Na presente pesquisa, cerca de dez artigos versaram sobre a subjetividade e identidade, cada. Esses foram um dos temas que mais apareceram nos trabalhos, o que ressalta o interesse crescente nesse tema, a partir de 2010, principalmente. Houve ainda dois que englobam a postura de fatalismo de alguns sujeitos do campo. Outrossim, três trabalhos versaram sobre as representações sociais, seja sobre os povos do campo ou as representações que eles fazem sobre suas vidas.

Segundo Lopes e Carvalho (2017) o espaço rural é um fator importante na constituição da identidade campesina, visto que a terra é central para a reprodução social e trabalho. De acordo com a interação do indivíduo e o meio significados compartilhados entre a comunidade rural são internalizados e passam a fazer parte da identidade social e individual. O meio rural, para os povos do campo, está intimamente ligado a quem são, faz parte da vida de cada um (Lopes & Carvalho, 2017).

Massola e Silva (2019) ainda exploram a questão do lugar e trabalho como indissociáveis para alguns produtores rurais, sendo que a identidade de lugar e de trabalho está associada à própria identidade psicossocial. Ademais, muitos dos vínculos criados são associações lógicas, que levam em consideração a localidade e o trabalho, formando uma comunidade e familiares e amigos (Massola & Silva, 2019).

Lopes e Carvalho (2017) mencionam as relações comunitárias e de vizinhança como forte fator identitário com o território, promovendo bem estar e proteção social, o que relata ser mais difícil nas cidades, pela violência e o ritmo e modos de vidas diferentes. Para Lopes e Carvalho (2017, p. 9) a “qualidade de vida no campo, a possibilidade de produção e o consumo de alimentos mais saudáveis, a vida comunitária, entre outros aspectos, são decisivos na construção dessa identidade”.

Espinosa, Ferrándiz, Cueto e Pain (2013) também sinalizam para o clima emocional partilhado pelo grupo, que funciona como um precedente da identidade social, de forma que as ações coletivas são fomentadas a partir do sentimento de pertença à comunidade. A luta pela terra, nesse sentido, passa a representar autonomia política e econômica, mas também o desejo de pertencimento e enraizamento (Lopes & Carvalho, 2017).

A luta política foi um tema de destaque, com mais de 15 periódicos o abordando, muitos dos quais evidenciando o MST. A resistência e resiliência dos povos do campo foi ressaltada em três trabalhos. Além disso, a coletividade rural foi elaborada por cerca de sete trabalhos.

É importante ressaltar ainda o tema da violência, violação de direitos e a desterritorialização, tendo sido destacado em dois artigos, cada. Evidenciando o contexto de violação que vivem os

povos rurais. Outros dois artigos salientaram a necessidade da vida livre de violência. Este cenário merece um olhar mais cuidadoso e políticas específicas.

Ronzani et al. (2021) sinaliza o aumento das temáticas em identidade e políticas públicas, além da fragmentação em públicos específicos com mulheres, crianças e adolescentes. Por outro lado, como a categoria classe apareceu subalternizada nas pesquisas. Neste contexto é de suma importância debater sobre classe e questões identitárias que perpassam o cotidiano, pois esses atravessamentos definem as condições de vida dessas pessoas (Ronzani et al., 2021).

Nesse sentido, a pesquisa destacou 17 estudos que contemplaram as discussões de gênero, ou mais especificamente sobre mulheres, além de um tratando sobre a maternidade. Com relação às mulheres, cabe destacar o trabalho de Vasquez (2009) no qual a autora destaca que, apesar da expressiva presença de mulheres no campo, muitas delas não recebem nenhum rendimento por seu trabalho, bem como, as mulheres rurais estão mais sujeitas à violência doméstica do que as da zona urbana. Nesse sentido, as mulheres camponesas vivem em constante desigualdades no campo, sofrendo invisibilidade social, exclusão econômica e violências de gênero (Vasquez, 2009).

Carvalho (2019) sinaliza que a violência contra mulheres é muito presente nos campos brasileiros, e que apenas recentemente tem sido abordada. Segundo a autora, no meio rural a violência contra mulher assume contornos preocupantes, visto que, muitas vezes as mulheres não reconhecem determinadas atitudes como violentas por já terem sido naturalizadas em virtude da construção sociocultural presente, que define papéis de gênero mais rígidos nesse contexto. Ademais, as políticas e serviços de combate a violência contra mulher são em suma urbano cêntricos, além de não contemplar as diversidade de diferentes grupos étnicos e de camponesas (Carvalho, 2019).

Os jovens foram outro público bastante contemplado, com cerca de dez estudos sobre, enquanto que sobre a infância houve cinco e apenas um abordaram os idosos. Além disso, quatro artigos tratavam de alguma forma sobre as famílias do campo.

As pesquisas que envolviam crianças estavam preocupadas principalmente com o desenvolvimento infantil. Ruela e Moura (2007) pontuam que o modo de vida familiar no ambiente rural tende a ser mais compartilhado e abrangente, formando uma rede de apoio para os pais, na medida em que, também, oferece ao bebê ricas interações socioculturais que permitem a inclusão cultural, através da qual serão apropriados signos, por meio de falas e brincadeiras, para que o desenvolvimento siga seu caminho. Já Flores-Mendoza e Nascimento (2007) sinalizam para a diferença de QI entre crianças urbanas e rurais, o que provavelmente se dá em decorrência da precariedade do ambiente social. Nesse sentido, ambos estudos evidenciam a importância do meio social e ambiental no desenvolvimento infantil, contudo sinalizando para fatores diferentes, enquanto um privilegia a análise da inteligência com base em normas validadas sem análise do contexto, o outro enaltece o vínculo e afetividade presente nas criações das crianças na zona rural e como isso é promotora do desenvolvimento.

Com relação aos idosos, Albuquerque, Lôbo e Raymundo (1999), abordam que a população brasileira tem aumentado a expectativa de vida, no meio rural também, este meio confere características particulares aos idosos e aposentados. Segundo Albuquerque et al. (1999), os idosos no meio rural continuam participando do mercado de trabalho, visto que os jovens tendem a migrar para as cidades, além disso, as circunstâncias de aposentadoria rural favorece que o idoso do campo permaneça mais tempo na ativa. Consonante a outros estudos sobre a aposentadoria, Albuquerque et al. (1999) defendem que o comportamento do idoso aposentado irá depender de sua adaptação ao espaço, papel e lugar determinado a ele socialmente, podendo ser uma reação de sofrimento, pela perda de produtividade, ou de bem-estar, caso ele participe de movimento e atividades voltadas para a terceira idade. Por isso, para os autores, é imprescindível que sejam pensadas políticas previdenciárias específicas para os idosos do campo e principalmente, trabalhem para informação dos mesmo, para que não fiquem desamparados na velhice.

A despeito da diversidade temática, nota-se no entanto, uma ausência de se trabalhar as questões etno-raciais, como já sinalizado no trabalho, houveram trabalhos que apesar de poucos,

abordaram quilombos, comunidades indígenas e tradicionais rurais. Contudo, apenas dois trabalhos ressaltaram o debate sobre raça, sendo devido a pesquisa se tratar de comunidades negras. O debate etnico-racial é basilar para compreensão da sociedade, na área rural, tem contornos particulares. Pensar no campo envolve pensar nos agrupamentos indígenas, nos quilombos e demais comunidades tradicionais, visto que eles constituem esse espaço. Ademais, os camponeses vieram a se formar através das matrizes negras, indígenas e imigrantes pobres. Muitos dos saberes camponeses provieram do contato com as comunidades tradicionais negras e indígenas. Portanto, o campo é permeado de questões étnicas raciais, mas o olhar para o campo nas pesquisas é predominantemente homogêneo, o que não permite captar essas problemáticas.

O viés de raça, etnia, gênero e classe faz parte da constituição objetiva e simbólica, essas particularidades norteiam os modos de vida, especialmente, no campo. Assim, como visto, o rural é tratado de forma homogênea, pouco distinguindo o tipo de comunidade rural analisada ou as particularidades de seus moradores.

Outro ponto de destaque, é com relação a predominância da temática trabalho produção agropecuária, fato destacado em pesquisas anteriores. Na atual pesquisa, cerca de seis estudos trouxeram debates mais específicos sobre o trabalho, os artigos sobre extensão rural quase se igualam a este número, além de terem outros dois artigos que tratam sobre associações e cooperativas rurais, cada. Landini et al. (2010) ressaltam que para pensar o desenvolvimento rural é necessário pesquisas sobre cooperativas e associações, uma vez que esses estudos dão aporte para soluções práticas da realidade para o desenvolvimento, ao invés de sugerir concepções psicológicas que explicam a falta dele.

Em uma quantidade quase irrisória, houveram dois artigos que tratavam sobre a água, e um artigo sobre sustentabilidade, outro de agroecologia e mais um sobre a visão do meio ambiente. A temática ambiental deveria ser mais presente nas pesquisas sobre o meio rural, uma vez que a qualidade de vida está atrelada à preservação. Além disso, o agronegócio segue destruindo o meio

ambiente, e as formas alternativas de vida no campo representam uma oposição a este modelo hegemônico e portanto, deveria ser mais abordado e evidenciado.

A tradição, os costumes, memórias e o cotidiano contemplados nas pesquisas podem ser agrupados em uma categoria com seis artigos somente. Ademais, outro evidenciou os festejos, celebração importante para a coletividade do campo. Segundo Araújo e Calegare (2018) a organização e participação nos festejos permite aos moradores contribuir com a comunidade. As celebrações permitem o fortalecimento do grupo, conscientização política e abandono da desesperança, além de diversão e trocas culturais.

A diversidade e a cultura foram apontadas em cerca de três artigos, a expressão artística em um e outro tratou sobre a mídia. Isso revela como a arte, cultura e lazer são pouco explorados quando se trata de comunidade rurais, no qual o foco está geralmente na produtividade e pobreza.

Cabe ainda ressaltar que, por mais que não fosse o foco principal, vários artigos sinalizaram para a importância das políticas públicas para o desenvolvimento rural e de suas populações, bem como para a necessidade de introduzir debates sobre a psicologia rural na formação em Psicologia.

Nota-se, portanto, uma diversidade temática nas pesquisas realizadas no campo e com as populações rurais. Há discussões que se sobressaem, como as que dizem respeito à educação, e outras que têm sido ampliadas recentemente como as questões de gênero e a preocupação com a juventude do campo, ademais, os estudos têm evidenciado bastante a luta pela terra e o processo de acampamento e assentamento, deixando outras formas de vida rural de lado. Percebe-se também um predomínio da psicologia social na abordagem do campo na psicologia, mas as análises entendem que falta um corpo mais organizado no tocante à epistemologia em psicologia rural.

2.3. A Crise na Psicologia Brasileira

Como abordado anteriormente, a psicologia tradicional desenvolvida no país, tem forte presença de teorias e técnicas importadas de outros países, com uma história e contexto diferente do

Brasil. Ademais, sua validação no país levou em consideração o ambiente citadino, uma vez que a solidificação da Psicologia, enquanto ciência e profissão, foi voltada às problemáticas urbanas.

Ainda assim, possui fragilidades mesmo em ambientes urbanos, uma vez que, o desenvolvimento da psicologia no país, caminhou por um lado com o higienismo social, o elitismo e o individualismo. Portanto, as populações menos abastadas eram objeto de estudo e de ajustamento da ciência psicológica, de forma que a psicologia ainda caminha no sentido de se constituir uma teoria e prática que atenda a complexidade dos povos brasileiros, considerando seu contexto social. Ademais, o Brasil que é um país continental, possui uma diversidade populacional, com variadas formas de vida, além de conviver com uma enorme desigualdade social. Nesse sentido, a teoria psicológica precisa contemplar toda essa complexidade, o que dificilmente consegue com uma psicologia pensada apenas para as camadas mais elevadas socialmente dos grandes centros, enquanto para as populações pobres e rurais resta serem moldadas ao sistema.

Isto posto, há críticas sobre a psicologia tradicional, por não condizer com a realidade do país. Uma justificativa para isso, é não ter considerado o contexto histórico e social na sua constituição, pelo contrário, buscava por diversas vezes o higienismo e o ajustamento da população. Para se pensar uma psicologia de fato brasileira, é necessário ir em sua gênese, considerando que o ambiente e todos os fatores do meio influenciam no desenvolvimento pessoal de cada brasileiro.

As discussões sobre a psicologia no Brasil evidenciam que ela foi pensada com o intuito de mascarar e apaziguar as iniquidades resultantes das questões sociais, suscitadas pelo desenvolvimento do capitalismo no país, este que promoveu a industrialização das cidades e o êxodo rural, contudo, sem o intuito de verdadeiramente se preocupar e resolver, mas sim como uma forma de controlar. Com isso, a profissão foi marcada historicamente por um caráter elitista, higienista e urbanocêntrico.

Existiu e existe, movimento contrários que clamam pelo compromisso social da psicologia. Costa e Mendes (2022) aborda que foi a partir de 1970, tomados pela corrente de lutas sociais que

emergiram da classe trabalhadora, que a psicologia também começa um movimento maior contra a lógica hegemônica na psicologia, questionando o saber e o fazer psicológico.

Os autores citam a efervescência de debates sobre a questão racial nesse momento, desencadeadas pelas lutas do Movimento Negro, que culminaram em reflexões dentro da psicologia também, especialmente na psicologia social. Da mesma forma aconteceu com as discussões sobre as questões identitárias e de sexualidade na psicologia (Costa & Mendes, 2022). Contudo, apesar dessas disputas existirem, o movimento contra hegemônico, mesmo após 60 anos de Psicologia no Brasil, ainda precisa ganhar força (Costa & Mendes, 2022).

De acordo com Costa e Mendes (2022) a abordagem da saúde mental e da subjetividade se dá de forma descolada da realidade brasileira, bem como, não atende às necessidades da maioria da população. Ademais, há críticas quanto ao atendimento clínico tradicional, que concebe o ser de maneira individualizada, corroborando para a manutenção da ordem (Costa & Mendes, 2022).

Com isso, percebe-se que há críticas quanto ao modelo hegemônico da psicologia, que não atende a realidade e demandas da população brasileira, necessitando que diálogos sejam construídos e práticas repensadas, ampliando os olhares para além da clínica tradicional individualizada, bem como, discutam temáticas variadas para a formulação de um arcabouço teórico prático da psicologia condizente com a sociedade brasileira.

Para isso, o presente trabalho buscou-se analisar a psicologia rural, uma vez que a origem brasileira é agrária, evidenciando em seu arcabouço teórico-prático, como tem se estruturado e aplicado, pretende-se com isso, evidenciar padrões que corroborem para pensar a psicologia brasileira, especialmente, voltada às populações rurais e tradicionais que não têm sido contemplados em vertentes hegemônicas da psicologia.

Para Vigotski a Psicologia estava em crise, pois diferentemente de outras ciências não possuía um objeto de estudo. Enquanto uma corrente negava o subjetivo, outra não lidava com os fatos objetivos através dos métodos das ciências empíricas (Lordelo, 2011; Vigotski, 2004). De forma semelhante, na presente pesquisa se trabalha com a hipótese de que a psicologia tradicional

hegemônica não contempla a diversidade das populações rurais, considerando que se estruturou como ciência e profissão em virtude da modernização e ampliação dos centros urbanos. Portanto, foi desenvolvida pensando nas problemáticas urbanas, que decorreram do êxodo rural.

Contudo, os trabalhos que dão atenção ao rural dentro da psicologia o fazem sem considerar um arcabouço teórico e prático que abarque a múltipla população brasileira, ou seja, a desenvolve no contexto rural de maneira acrítica ou a faz de forma condizente com as demandas mas sem uma metodologia consolidada.

Pensando nessa contradição tem surgido debates sobre a abordagem do campo dentro da psicologia, pois se a psicologia é marcadamente urbanocêntrica, é necessário uma atenção específica no cuidado para com as ruralidades. Contudo, considerando a atuação e pesquisa sobre a psicologia no campo, ela é ainda suplementar, as discussões têm se ampliado recentemente, mas precisa se organizar enquanto corpo teórico-prático.

De acordo com Landini (2015) a Psicologia Rural é, assim, não uma disciplina específica, mas um campo de reflexões, de contribuições para se pensar uma psicologia voltada às populações rurais em toda sua complexidade. Portanto, quais são as reflexões que têm sido geradas dentro deste campo? no que isso contribui para pensar a sociedade brasileira?

Os estudos advogam que falta um corpo organizado dentro da psicologia rural, mas não só isso, sustenta-se aqui, há a ausência do rural na formulação de uma teoria psicológica brasileira, de fato. Uma psicologia brasileira que abarque todos os povos, necessita que o contexto histórico, social e cultural, seja contemplado, para isso é preciso considerar o rural.

Isso em virtude da defesa de Vigotski em que, é através dos outros que nos tornamos nós mesmos, tanto em relação à personalidade, quanto às funções psicológicas isoladamente. O reconhecimento do “eu” acontece após o domínio de instrumentos e signos, e estes são possíveis no contato com o outro. Portanto, a cultura, ou seja, o meio em que se está inserido influencia no desenvolvimento humano, em questões cognitivas e subjetivas.

Para Vigotski (2021) os aspectos biológicos estão na base, mas a cultura é quem dá os contornos. O desenvolvimento da linguagem e do pensamento, permite que o ser humano se desenvolva cada vez mais, através da transformação da natureza ou sociedade, e com isso a transformação do próprio ser humano, uma vez que a relação é dialética.

Nesse sentido, o autor citado sinaliza para a microgênese, que seria o psiquismo individual, resultante dos fatores biológico, histórico e cultural (Moura et al., 2016). Seria portanto, a forma particular de vivenciar as situações e que permite o desenvolvimento do ser. Dessa forma, desde os níveis genéticos tem-se marcas rurais, por muitos dos antepassados terem suas origens agrárias, ademais, os costumes e crenças foram repassados, apesar de terem se adaptado e atualizado, muito ainda restou. Assim, a microgênese de cada brasileiro é marcada por heranças rurais.

Outrossim, a vivência determina a influência do meio no desenvolvimento psicológico e na personalidade (Vigotski & Vinha, 2010). É uma tradução feita para o termo “pereživánie”, citado por Vigotski, na “Quarta aula: a questão do meio na pedologia” e traduzido por Márcia Pileggi. Este conceito envolve um trabalho mental para a análise de uma situação e tomada de decisão, que irão resultar nas qualidades e propriedades humanas selecionadas do meio (Vigotski & Vinha, 2010). No meio existem esses elementos e eles são também inerentes aos humanos, que são unidade da história, de uma determinada época e contexto histórico (Vigotski & Vinha, 2010). Portanto, cada contexto de desenvolvimento influencia na forma de vivência dos seres humanos, eles são, dessa forma, produto das vivências que o meio forneceu em dado momento cultural.

Em um dos trabalhos pioneiros sobre a psicologia rural, quando esta ainda nem era assim chamada, se trata de “Our rural heritage”, escrita por James Williams em 1925. Na obra o autor analisa as atitudes e crenças do povo norte americano herdadas de suas bases agrárias e consequentes adaptações às novas condições de vida e industrialização. Williams aborda que grande parte da população de todas as nações ainda vive em condições rurais, mesmo com o desenvolvimento urbano, uma vez que geralmente foram nas comunidades rurais que surgiram os primeiros agrupamentos populacionais, dos quais os costumes e manifestações culturais surgiram e,

posteriormente, migraram para as cidades, levando consigo esse patrimônio rural. Assim, para o autor, embora as pessoas adquiram modos mais urbanizados, as atitudes e crenças rurais herdadas são pronunciadas na vida urbana, impactando em vários aspectos, como no comportamento profissional.

James Williams (1925) aponta para uma teoria da herança rural, um campo de pesquisa em psicologia para determinar até que ponto os princípios da vida das pessoas foram determinados por costumes antepassados de origem rural. Não que esses valores ou costumes permaneçam intactos, assim como toda a sociedade, eles sofreram adaptações, mas é inegável suas marcas na sociedade.

De forma semelhante a sociedade brasileira carrega consigo muita influência de velhos costumes e significados compartilhados de origem rural, em virtude de suas raízes agrárias. Para compreender o comportamento social e pensar uma psicologia mais brasileira é necessário refletir o quanto se tem de “herança rural”. Ademais, refletir como uma psicologia majoritariamente importada ou urbanizada consegue abordar essas questões internalizadas.

Prado, Carpeta e Tapia (2015) trazem em seu trabalho a questão da territorialidade, a qual é definida como a relação entre o sujeito e o território que se vive e se constitui como ser no mundo. Em consonância a isto, as autoras abordam que a desterritorialização seria uma ruptura com o território apropriado subjetivamente, por meio da violência, assim, impedem a relação das pessoas com o local desenvolvimento cultural ou natural.

Em suma, o entorno físico e social que o sujeito vivencia, ou sua territorialidade, é um componente importante da constituição da identidade (Mourão & Cavalcante, 2006). Segundo as autoras citadas acima, quando as populações rurais foram/são obrigadas a migrar para os centros urbanos passam a significar esses aspectos da territorialidade rural evocando modos e costumes relacionados à ela, mesmo que em meio à cidade, assim, apesar do novo território ser urbano as práticas rurais sobrevivem (Prado, Carpeta & Tapia, 2015). Nesse sentido, as populações que migraram para os centros urbanos em virtude do êxodo rural, ocasionado pela modernização da sociedade brasileira, possuem uma territorialidade rural, conforme Prado, Carpeta e Tapia (2015).

Em decorrência disso, a presente pesquisa se propôs a investigar como a Psicologia Rural pode auxiliar a pensar uma psicologia brasileira mais comprometida com a realidade de seu povo, especialmente com as populações rurais. Através das discussões suscitadas é notável a presença das raízes rurais na sociedade brasileira, estas que podem se manifestar no desenvolvimento e comportamentos sociais.

Como defendido aqui, a sociedade brasileira teve origens agrárias. A concentração fundiária, a forma de organização do sistema social privilegiando as produções agropecuárias, além do aparato político que sustentava essa formulação, as manifestações culturais que foram surgindo a partir dessa forma de vida. Tudo girava em torno do campo, até o advento da modernização da sociedade que desencadeou o êxodo rural.

Com isso, parcelas enormes de pessoas habituadas no campo foram forçadas a migrar para as cidades, que estavam se desenvolvendo, levando consigo suas bagagens culturais, saberes e costumes, que vieram de sua história de vida rural. Apesar de, obviamente, terem sido feitas adaptações para a vivência nos centros urbanos, muito do campo ainda restou em cada ser, e foram repassadas às novas gerações. Principalmente, por um contingente de pessoas viverem em cidades marcadamente rurais, em virtude da problemática com os critérios de classificação urbanos e rurais.

Por outro lado, a psicologia desenvolvida no país teve por base epistemológicas importadas, bem como, as ferramentas geralmente são aplicadas apenas em grandes centros e para toda sociedade generalizada. Ao pesquisar sobre a psicologia no campo, pensa-se não só nas populações rurais, mas na herança rural que cada brasileiro carrega consigo, e como analisar isso torna a psicologia desenvolvida no país cada vez mais brasileira e condizente com as realidades aqui vivenciadas.

Pensando nas populações rurais, de maneira mais específica, o meio em que se desenvolvem é deveras diferente do contexto no qual a psicologia se estruturou, a saber, o contexto urbano. Dessa forma, questiona-se se a psicologia tradicional hegemônica consegue com seu arcabouço teórico e prático dar conta das individualidades desses povos. Ademais, tendo isso em vista, indaga-se como

o contexto rural influenciou na sociedade brasileira e, conseqüentemente, em cada comportamento que os indivíduos possuem fruto do meio que os rodeia, com fortes raízes agrárias.

Portanto, é válido investigar quais aspectos se destacam dentro da psicologia rural que refletem os contornos de toda a sociedade brasileira, fruto de suas raízes rurais. Bem como, a forma com que esse ambiente influencia nas populações rurais, em específico, e como a psicologia tem se preparado para lidar com as demandas próprias dessas populações e se seu arsenal teórico-prático está condizente com a realidade.

Por fim, o que os achados da pesquisa revelam sobre a sociedade brasileira? Haveria uma herança rural no país? Nesse sentido, a psicologia poderia auxiliar a traçar características determinadas pela origem rural que foram repassadas entre gerações? A pesquisa sobre a psicologia no campo poderia elucidar alguns deles? Com base nessas questões, o trabalho analisa algumas categorias, suscitadas pelos materiais advindos do levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, esboçando alguns possíveis desdobramentos das raízes agrárias brasileiras na sociedade e principalmente, elementos constitutivos quando se pensa em psicologia rural.

Capítulo 3

Um Caminho Para a Síntese

O trabalho pretende pensar na formulação de uma psicologia unificada que seja capaz da complexidade brasileira, especialmente no tocante às populações rurais, que não estão sendo contempladas com a epistemologia adotada pela psicologia tradicional hegemônica. Para isso, é de fundamental importância um diálogo com Vigotski que aponta para a necessidade da análise histórica na construção teórica, uma vez que a teoria e a concretude tem uma relação dialética.

No decorrer do trabalho foi sinalizado a importância do rural ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e, conseqüentemente, como as ruralidades deixam marcas na constituição individual e grupal da população do país. Contudo, a análise da história da psicologia no Brasil evidencia sua lógica urbanocêntrica, e para compreender essa iniquidade no atendimento à população rural, tem sido pensado uma psicologia rural.

Esse movimento, no entanto, sinaliza uma dicotomia na psicologia brasileira que ora se atenta para o urbano, ora tem que se reformular para atender às populações do campo. Isso porque, segundo Santos e Callegare (2022) o ambiente contextual não tem sido abordado na constituição psicológica dentro das teorias e na prática psicológica.

Buscando reflexões para pensar uma psicologia brasileira mais condizente com a concretude, aponta-se para as contribuições da psicologia rural nesta missão. Tendo em vista a origem agrária do país, é necessário que haja uma incorporação dessa noção territorial e da cultura envolvida na concepção de subjetividade da população.

Para tanto, foram selecionados 12 artigos, dentre o levantamento feito anteriormente, que contemplassem a realidade do campo, com as questões sociais implicadas e expressões destas na vida dos camponeses, bem como, a constituição subjetiva em meio à cultura e as particularidades do meio rural e, por fim, como os modos de vida influenciam na organização psíquica e no adoecimento mental no campo.

Assim, o trabalho abarca algumas categorias que mais chamaram a atenção nos estudos sobre a psicologia rural, no sentido de que para um aprofundamento no tema e melhor atendimento e entendimentos desses povos é de suma importância que se debruçem sobre elas. Ademais, essas categorias trazem reflexões acerca da sociedade brasileira como um todo. Trazendo, dessa forma, algumas contribuições da psicologia rural para pensar uma psicologia brasileira. Portanto, o último tópico a ser discutido, versa sobre a formulação de uma teoria e método em psicologia que considere as ruralidades em sua constituição.

3.1. A Questão Agrária e Expressões da Questão Social

Uma das questões centrais do trabalho e que esteve presente em algumas obras escolhidas diz respeito à Questão Social. A Questão social é, para Yamamoto (2003), fruto da sociedade capitalista e das desigualdades de classes, que geram diversos problemas sociais e políticos. Segundo Yazbek (2021) a Questão Social na América Latina tem características similares em virtude de compartilharem um contexto histórico de dependência semelhante. Estes países foram submetidos a colonização, escravismo e exploração econômica e social, resultando na questão indígena, racismo, opressão às mulheres, luta pela terra, falta de direito aos trabalhadores e diversas outras injustiças. Esse processo histórico impacta o contexto cultural e a vida social no Brasil.

Vale destacar, que a Questão social no país é atravessada pelo debate da questão agrária, uma vez que foi a partir desta que o país se formou originalmente. Essa discussão também traz contornos no que diz respeito à constituição subjetiva e social da população brasileira, visto que as marcas de um passado colonial, patriarcal e escravocrata estrutura uma sociedade conservadora ainda bem atual (Yazbek, 2021).

Compreender a subjetividade é uma tarefa importante para a psicologia, porém ela mantém uma relação dialética com a materialidade, portanto, antes de entrar nessa questão faz-se necessário, anteriormente, resgatar aspectos da objetividade. Tendo isso em vista, é primordial discutir o

processo de formação no país para entender as manifestações culturais históricas que se fazem presentes na população brasileira e povos rurais. Como o Brasil tem uma origem agrária e a terra é uma unidade importante para pensar as ruralidades, parte-se, portanto, das discussões sobre a questão agrária no país e como isso delineou a sociedade brasileira e visão de urbanidade e campesinato.

A terra é um viés central para pensar os povos rurais. Nesse sentido, é preciso compreender a problemática da questão agrária, uma vez que ela atravessa toda a história do país. O Brasil, tal como o conhecemos hoje, se desenvolveu a partir da invasão do território indígena, da escravatura e concentração de terras. Esse formato, que se iniciou com a distribuição de *sesmos*, perdura até hoje, através de atualizações, como a grilagem de terras e o favorecimento do agronegócio.

Segundo Ronzani et al. (2021) o Brasil possui uma enorme concentração de terra e, conseqüentemente, um dos maiores índices de desigualdade social. Essa estrutura se inicia com a colonização. Após a invasão portuguesa as terras brasileiras passaram a ser monopolizadas pela Coroa portuguesa, que concedia o uso aos colonizadores através das Capitânicas Hereditárias, divididas em sesmarias. Coube aos colonos em contrapartida explorar economicamente sua região e manter o controle político. Para os autores citados o latifúndio agiu, portanto, como um sistema de dominação e controle social.

Com relação ao uso das terras, havia a exploração dos bens naturais visando o lucro e acumulação de capital. Foram adotados vários ciclos econômicos ao longo da história brasileira, se beneficiando do ouro e outros minérios, da cana de açúcar, café, criação de gado, entre outras. Esse sistema era caracterizado por ser monocultor e cultivar em grandes faixas territoriais, organização conhecida como plantation, que tinha por pretensão o abastecimento do mercado externo, se caracterizando como modelo agroexportador (Ronzani et al., 2021).

Outro ponto característico da produção em terras brasileiras durante a colonização foi a utilização de mão-de-obra escrava. A princípio os povos originários foram explorados para o trabalho no campo, mas com as constantes fugas e dizimação dos indígenas, foi adotada

mão-de-obra de negros traficados e escravizados.

Foi somente após a Independência Brasileira que a terra passou a ser cativa, com a Lei de Terras de 1850, na qual a terra se tornou mercadoria para a propriedade privada, regularizando os latifúndios. Segundo Ronzani et al. (2021) essa mudança traz também profundas alterações nas relações sociais. Uma vez que, isso dificulta o acesso a terras para camponeses pobres, indígenas e negros, que seriam posteriormente libertos. O Brasil foi o última país a abolir a escravidão, em 1888, com a Lei Áurea. Com isso, os negros libertos passaram a vender sua força de trabalho em trabalhos precários nos latifúndios, disputar terras improdutivas ou migraram para as cidades, fundando as favelas (Ronzani et al., 2021).

Segundo Albuquerque (2002) o país optou por um modelo de desenvolvimento agrário que incentiva a agricultura em larga escala, enquanto a agricultura familiar fica à mercê. Portanto, era do campo que adivinha as principais atividades econômicas e para isso eram necessários trabalhadores, além de, o campo também concentrarem alguns camponeses pobres que sobreviviam do trabalho familiar, em pequenas faixas de terras e o excedente abastecia o mercado interno. Por isso, ao longo da história brasileira, tem-se o predomínio da vida agrária.

A vida urbana era apenas um anexo da vida rural. Lopes, Ferreira e Friedrich (2018) apontam que a população era predominantemente agrária durante a maior parte da história da civilização, sendo que esse panorama se inverteu atualmente. Com a modernização do campo e a industrialização das cidades, as atividades urbanas passam a requerer um maior contingente de trabalhadores, enquanto no campo os camponeses são substituídos por máquinas e poucos conseguem resistir à nova dinâmica capitalista do campo, concorrendo com grandes produtores, sem os mesmos benefícios.

No complexo contexto histórico da segunda metade do século XX, o crescimento da urbanização e da industrialização se superpôs a uma estrutura agrária essencialmente concentrada e desigual. Foi sobre esse quadro que também se implantou uma rápida dinâmica de transformação da economia rural, expressa no desenvolvimento de complexos agroindustriais fundados na

motomecanização, na irrigação e no uso crescente de insumos químicos. Essa dinâmica de crescimento da grande propriedade capitalista e empresarial gerou uma série de problemas socioambientais para as populações que vivem nos espaços rurais e florestais, especialmente nas fronteiras de expansão do agronegócio (Pádua, 2003, p. 51 apud Silva & Barros, 2014).

Segundo Ronzani (2021), a modernização do campo privilegiou a elite agrária, trazendo como consequência mais concentração de terra e a invisibilização dos trabalhadores rurais. Isso foi precedente para o chamado agronegócio, que abriu portas para uma maior industrialização na agricultura, produção de *commodities* para exportação e investimento de transnacionais. Vale ressaltar ainda que, apesar da agricultura ter perdido sua centralidade, a elite burguesa advinha da oligarquia rural e as indústrias ainda mantêm certa dependência da produção agrária.

Lopes et al. (2018) postulam que a globalização alterou a economia e vida social das comunidades rurais, pois estas perderam espaço para o agronegócio. Assim, para Albuquerque (2002), houve uma migração elevada de camponeses para as cidades, em um curto espaço de tempo, resultando em bolsões populacionais em condições precárias na zona urbana, enquanto que no campo sobrevivem em condições desleais.

Camponeses e camponesas tentam sobreviver no campo através de muita luta. Se destaca ao longo da história a resistência dos indígenas nas matas e de negros nos quilombos, mas também de agrupamentos de camponeses que muitas vezes participaram de lutas armadas na defesa de seus territórios, contra os grandes latifúndios.

Essa luta persiste, através da resistência e luta das Ligas Camponesas e outros movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaque atual, que denunciam a concentração fundiária e defendem uma reforma agrária popular e soberania alimentar e os direitos dos trabalhadores rurais, mas mais do que conquistar a terra é necessário políticas públicas para nela sobreviverem e competirem com os benefícios que o agronegócio tem (Albuquerque, 2002; Ronzani et al., 2021).

O alto índice de pobreza no campo, em virtude da falta de investimento público, escassez de

terras produtivas e as condições de empregos rurais faz com que o êxodo rural aumente cada vez mais (Lopes et al., 2018). Albuquerque (2002) advoga que a ausência de programas de saúde, educação e justiça, além de moradia e acesso a cultura, prejudicam o modo de vida rural, além de perpetuar um ciclo de pobreza no campo.

Diante disso, Ronzani et al. (2021) defende que é através do entendimento das raízes históricas da desigualdade e conflitos no campo é que se pode potencializar políticas públicas e movimentos sociais em prol da autonomia e consciência desses povos. É nesse sentido que se posiciona este trabalho, uma vez que a psicologia deve se colocar a serviço da desnaturalização da violência e se envolver nas questões sociais em defesa de seres oprimidos e explorados. Com isso, através da análise histórica da sociedade brasileira se pretende traçar indicativos na formulação de uma psicologia brasileira que de fato atenda às reais necessidades da população, uma vez que ela possui origens agrárias e ainda há povos rurais que não têm sido atendidos pela psicologia tradicional.

Para isso, Ronzani et al. (2021) postula a importância de abordar a relação entre classe e questões identitárias, como gênero e raça. Contudo, os mesmos autores notam que o debate relativo à classe fica relegado a um segundo plano.

Apesar de não ter uma denominação específica, conforme apontado por Santos e Calegare (2022) a psicologia tem adotado o léxico “rural” para se referir a esta área, o que também foi percebido nesta pesquisa. Denota-se com isso o afastamento da psicologia em debates vinculados à classe social, e ao seu posicionamento político.

Categorias mais ligadas ao campesinato demarcaram a classe e o compromisso social da psicologia, para com aqueles historicamente subalternizados. Assim, evidencia uma postura da psicologia em se manter neutra ou aliada a posições hegemônicas, as quais esteve atrelada no curso de seu desenvolvimento.

Ademais, os estudos pouco abordam discussões críticas sobre o rural, com raras exceções. Através do filtro adotado nesta pesquisa não foram evidenciados artigos suficientes que questionem os conflitos no campo, a opressão do agronegócio sobre os pequenos produtores e a subserviência

do Estado. Com isso, temos a postura ainda conservadora da Psicologia nos debates políticos, principalmente com relação ao campo. O que também reflete a falta de conhecimento sobre as questões agrárias do país pela sociedade como um todo, mas, principalmente, por parte dos psicólogos

Segundo dados de estrutura fundiária do Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE, 2017) as regiões Nordeste e Sudeste são áreas onde se encontram as menores concentrações de terras, portanto, constituída majoritariamente por agricultores familiares, centro Oeste por outro lado registra as maiores concentrações de terra, é uma região marcada pela presença do agronegócio. Percebe-se com isso que a psicologia não tem investigado as áreas onde o agronegócio predomina, bem como regiões onde há mais conflitos por terra, que segundo Girardi (2008) sinaliza que a violência no campo coincide com as regiões mais ativas em ocupações de terra.

A lógica meritocrática, empregada ainda hoje, ao afirmar que as camadas abastadas da população possuem o que lutaram para conquistar, tem início no país com a colonização e concentração de terras. Enquanto um grupo de pessoas eram favorecidas com propriedade e títulos, outro grupo era escravizado ou empregado como mão de obra barata nas terras e, posteriormente, enxotados para as cidades sem direitos ou reparação histórica.

A maior herança do passado agrário do país é a desigualdade social, no campo e nas cidades. Essa, por um lado, é expressa através do individualismo, por outro, entre os mais desfavorecidos, pela colaboração, pois, somente com a união é possível enfrentar tamanha iniquidade.

Ainda ressaltando os direitos da população do campo, é interessante observar que a psicologia tem pesquisado acerca das extensões rurais, os papéis das cooperativas e associações nesses espaços. Demonstra que a área está cada vez mais atrelada à causa. Contudo, se percebe um foco maior sobre essas questões, novamente ressaltando apenas o viés produtivo do campo e as relações de trabalho.

Segundo Backes, Giongo e Cúnico (2023) para a compreensão de aspectos subjetivos dos povos brasileiros, aqui especialmente, os camponeses, implica compreender, também, as bases sociais e históricas de constituição do país, ou seja, colonial, escravocrata e patriarcal.

Os invasores ocuparam as terras do país e dizimaram os povos originários, escravizaram povos trazidos de outros continentes e daqui exploraram bens e pessoas com a finalidade de sanar suas necessidades mercantis e econômicas, através de processos conflituos que seguem acontecendo até os dias atuais (Backes, Giongo & Cúnico, 2023, p. 2).

Contudo, a Psicologia tradicional hegemônica não tem dado a devida importância para este fator social. De acordo com Pasquali e Martins (2015) a Psicologia sem o viés crítico tem naturalizado a particularidade, de forma a padronizar valores e comportamentos de uma determinada classe e contexto de existência, tomando-os universais e como critério de normalidade.

Leite et al. (2017) defende a postura de considerar os determinantes sociais na saúde mental dos povos rurais, como a questão do trabalho, educação, moradia, além da discriminação social, como a violência de gênero e o racismo. Segundo os autores, os transtornos mentais comuns (TMC) estão relacionados às condições socioeconômicas e muito presentes no campo.

Alguns trabalhos analisados ressaltaram a incidência de transtornos psicológicos na população do campo, bem como, a prevalência de consumo de álcool e drogas nesse público. Portanto, tem sido questionada sobre a saúde mental no contexto rural, apesar de persistir uma visão idealizada sobre o campo, como um lugar tranquilo, é necessário destacar as iniquidades nesse meio e quanto afeta na qualidade de vida dessas pessoas.

O modo de sofrimento é uma seqüela da Questão Social, nesse sentido tanto as questões de gênero, quanto as dimensões étnico raciais são expressões do escravismo e do patriarcado que marcou a sociedade brasileira e ainda deixa suas marcas cotidianamente (Yazbek, 2021).

Percebe-se, que o gênero molda as formas de viver e as de adoecer no campo também. Segundo Leite et al. (2017), As mulheres são socializadas de maneira a internalizar suas aflições, seu cuidado se estende somente aos outros, e não a si mesma, sendo comum o surgimento de depressão e

ansiedade, estes vinculados a estressores cotidianos como, migração dos filhos para as cidades, problemas de saúde, vulnerabilidade social e violência. Já os homens são ensinados a colocar vazão em seus sentimentos através de ações, por vezes perigosos, e não por meio da palavra, assim estão associados a comportamentos agressivos, uso de substâncias e suicídio.

Houveram muitos artigos que discutiram a questão de gênero, evidenciando as mulheres do campo. Isto porque, historicamente as mulheres foram invisibilizadas, mais ainda no campo, onde são vistas como frágeis para os trabalhos, em sua maioria braçais, ou incompetentes para a gestão. Até mesmo dentro das políticas públicas se observa um posicionamento machista, ao analisar quais são as políticas sociais e de produção destinadas às mulheres.

Segundo Backes e Giongo (2023, p. 12)

Para além das situações de conflitos e falta de recursos que marcam a transição para o meio rural, avistam-se questões próprias de gênero, como a invisibilidade feminina e a desigualdade no acesso à terra por mulheres agricultoras rurais.

Os autores também destacam o alto índice de violência doméstica na área rural. A sociedade brasileira é fruto de incontáveis estupros às mulheres, principalmente negras e indígenas. Segundo Davis (2016), aos homens escravizados era imposto o castigo físico, enquanto às mulheres, por uma questão de gênero, além da violência física, eram condicionadas a elas a violência contra a dignidade, através dos abusos sexuais. O que reflete ainda hoje em números alarmantes sobre essa violência com as mulheres.

A estruturação agrária e o cristianismo, muito presente no campo desde a colonização, tornaram rígidos os papéis de gênero também. A submissão da mulher e a visão do homem como provedor está impregnada no imaginário social, reforçando atitudes machistas, mesmo que grande parte dos lares brasileiros sejam chefiados por mulheres. A centralidade na figura do homem e de seu trabalho faz que as mulheres sejam vistas como secundárias ou como se o trabalho que fazem fosse menos importante. Bem como, tem-se a crença de que as mulheres devem submissão aos homens. Isso atrelado ao isolamento territorial e a falta de políticas no meio rural faz com que a mulher não tenha

acesso a meios de denúncia ou defesa e vivam a mercê de companheiros ou familiares agressivos em diferentes níveis, muitas vezes, sem sequer reconhecer isto como uma violência, pela ausência de informações, capacitações e rede de fortalecimento.

Com relação ao racismo, este é, segundo Costa e Scarcelli (2016), um mecanismo de dominação baseado na hierarquia de atributos entre diferentes grupos raciais, de forma a proporcionar privilégios para aqueles considerados superiores, enquanto subjagam tidos como inferiores com base na ideologia dominante.

Os negros no Brasil eram vistos como força de trabalho durante o escravismo, com a abolição passaram a ser, embora passassem a ser livre, os grandes fazendeiros não queriam pagar por seus serviços, preferindo contratar imigrantes europeus, pois eram considerados pessoas inferiores (Costa & Scarcelli, 2016). Mas foi somente com as teorias raciais durante o século XIX que passaram a ser considerados racialmente inferiores e com o tempo pesquisas empíricas enviesadas passaram a ser feitas para legitimar essa ideia. Como forma de combate e enfrentamento, às comunidades negras formaram agrupamentos, como os quilombos, e faziam reivindicações e manifestações, que com muita luta resultaram em marcos legais de combate ao racismo e igualdade jurídica, principalmente, por meio da Constituição de 1988 (Costa & Scarcelli, 2016).

De forma semelhante, o país viveu a dizimação de seus povos originários, restando poucos povos indígenas atualmente, esses que sobrevivem precariamente, em virtude do cerceamento que o latifúndio faz sobre outras propriedades e formas de vida, bem como, o esvaziamento institucional de recursos voltados a defesa indígena. Ademais, sofrem com o preconceito social pois não há compreensão sobre suas crenças e modos de viver.

No levantamento da presente pesquisa, apenas dois artigos abordaram sobre a temática racial e outro sobre indígenas. O que é inconcebível tendo em vista que a formação do Brasil se deu através do cruzamento forçado entre várias raças e etnias, além do país ter sido o último a abolir a escravatura, esta que possui íntima relação com a estrutura fundiária e organização política, econômica e social adotada no país. Os indígenas foram praticamente dizimados, outros

encurralados em pequenas faixas de terras onde não conseguem reproduzir suas formas de vida com qualidade. Os negros, após a abolição, foram um dos povos a formarem os camponeses pobres que cultivavam terras devolutas, e foram eles a serem expulsos para as favelas urbanas com o êxodo rural, decorrido da modernização do campo.

Em sua pesquisa Sant'anna, Castro e Jacó-Vilela (2019) analisam a contribuição de uma revista de Psicologia para o estudo da temática dos povos indígenas. Na investigação foi possível perceber que os trabalhos com indígenas eram norteados por estereótipos. Segundo os autores

A análise aqui empreendida, portanto, constatou que a psicotécnica de meados do século XX estava eivada de preconceitos que atribuíam aos índios, visto como trabalhadores rurais pelo SPI, uma condição de subalternidade social. Consistiam, enfim, em um grupo que ainda precisava ser integrado ao tecido social (Sant'anna et al., 2019, p. 45).

Assim, constata-se que embora o viés étnico-racial pudesse estar presente, esse dado não demonstra a preocupação em estabelecer relações com condicionantes sociais, pelo contrário, muitas vezes os resultados eram usados para defender práticas normalizadas e higienistas.

Já o trabalho de Costa e Scarelli (2016) foi realizado em uma das primeiras comunidades negras rurais do estado de São Paulo a conquistar título de terras quilombolas, buscando compreender se e como essa política pública de titulação de terras opera como dispositivo contra o racismo. Segundo as autoras

a política pública pode ter efeitos não apenas materiais como também simbólicos, de ressubjetivação, ou seja, pode desempenhar uma função terapêutica. Pode colaborar com o processo de elaboração das marcas subjetivas relativas ao racismo, as quais reforçam e atualizam as heranças psíquicas atinentes ao escravismo (Costa & Scarelli, 2016, p. 364).

Nesse sentido, vale destacar que os negros escravizados ao serem libertos não tiveram acesso uma indenização pelos anos de escravatura e tráfico, nem qualquer tentativa de sanar as desigualdade geradas, foram deixados a mercê. Mesmo após anos, segundo Costa e Scarcelli (2016) é inexpressiva a quantidade de políticas públicas que levam em consideração o recorte racial. Isso

se reflete nos quilombos, embora estes sejam espaços de existência é pouco expressivo os recursos governamentais de amparo. De acordo com as autoras citadas, políticas ambientalistas e de infraestrutura não consideram as necessidades materiais e simbólicas desses povos.

O escravismo deixa marcas psíquicas, que podem ser revividas pelo racismo. Costa e Scarcelli (2016) sinalizam o medo constante que persegue famílias negras das escravizadas e o acorrentamento. Isso faz com que o psiquismo se organize de uma forma adoecedora. Assim, falar da cor e seu modo de vida funciona como uma ferramenta de enfrentamento a violência imposta no passado e no agora.

Além disso, nesses agrupamentos são criadas redes de acolhimento e confiança. As autoras também ressaltam que essa organização permite o roçado, que mais do que uma atividade laboral, que alimenta o povoado, está ligada a autonomia e resgata a ancestralidade negra pelo elo filiativo (Costa & Scarcelli, 2016). Ademais, o quilombo representa um livramento, antes dos jagunços, e hoje da expropriação do governo, que tanto temem.

Costa e Scarcelli ainda sinalizam que não apenas os quilombos sofrem com a opressão, pela desigualdade social e política, mas também os indígenas, pequenos agricultores, entre outros. De forma coaduna a isso, neste trabalho, notou-se a escassa exploração sobre demais tipos de povoação, como comunidades indígenas e comunidades tradicionais, sendo que estas foram imprescindíveis na constituição do país e seguem à margem.

Por outro lado, as pesquisas evidenciaram bastante os assentamentos e acampamentos da reforma agrária, abordando também a luta pela terra. Parafraseando Marx, para o qual a história da humanidade é a história das lutas de classes, a história do Brasil é perpassada pela história da luta pela terra. A concentração agrária sempre foi uma característica marcante no país e, conseqüentemente, o desejo das massas de possuir e cultivar suas terras também. Para os camponeses que estão inseridos nesses movimentos sociais em busca de um pedaço de chão, as políticas sociais são de suma importância, para conquistar e se firmar na terra, portanto é relevante

que a psicologia esteja ao lado dessas pessoas, investigando e colaborando para que os direitos desses povos sejam garantidos.

Diante desses pontos, ao pensar sobre a saúde mental no campo, a classe, raça e gênero deve ser um fator primordial, pois dá contornos ao sofrimento vivenciado pelos sujeitos e grupos. Não é possível entender e intervir no sofrimento mental, sem entender a história de adoecimento, sendo que este está atrelado aos condicionantes de raça e gênero, vividos de formas particulares no campo.

Ademais, esse sofrimento poderia ser sanado ou minimizado com políticas públicas que respeitassem os modos de vida no campo, bem como profissionais com viés crítico. Contudo, não parece ser de interesse do governo e da sociedade, uma vez que, sem condições de vida digna no campo, promove-se o êxodo rural e com ele há mais terras para a lógica capitalista e hegemônica, representada atualmente pelo agronegócio.

Outro ponto que chama a atenção no trabalho é a presença de trabalhos evidenciando os jovens e a juventude no campo. A juventude rural é fundamental para a reprodução social no campo e a produção, uma vez que a mão de obra é familiar. Contudo, esta categoria enfrenta problemas, uma vez que muitas vezes é invisibilizada em detrimentos de outros assuntos ou públicos, nos estudos rurais, ou pelo êxodo rural, que atinge de maneira particular os jovens do campo, seduzidos pelas melhores condições de vida nas cidades (Lopes & Carvalho, 2017). As difíceis condições de vida no campo, atrelada ao aumento da empregabilidade nas cidades, fazem com que muitos camponeses saiam do campo para trabalhar nas fábricas, em busca de uma educação superior ou condições básicas melhores (Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski, 2007).

Com isso, surgem preocupações com a identidade rural e reprodução desse modo de vida, o que foi percebido também na atual pesquisa, em que há um número considerável de pesquisas que se concentram nessa temática. Segundo Lopes e Carvalho (2017) a identidade dos jovens com o campo está relacionada com o próprio processo de luta pela terra, representando autonomia e pertencimento. Além disso, a inserção dos jovens na cultura campesina e a educação contextualizada a este modo de vida produz maior ligação com o ambiente. Para que os jovens

tenham interesse em continuar com a resistência no campo é preciso que haja investimento público em educação e possibilidades de futuro.

Em contraponto, não tiveram muitos artigos que versassem sobre o envelhecimento no campo. Nota-se uma tendência de aumento nas faixas etárias da população em geral. O trabalho é uma característica da população camponesa, ao envelhecer se sentem incapacitados, gerando dados preocupantes sobre a depressão em idosos do campo. A ausência de pesquisa sobre esse público no meio rural indica que não é permitido envelhecer no campo. Reforçando o ideal produtivista agrário.

Ademais, tem sido abordado, de forma embrionária, a respeito do meio ambiente e sustentabilidade. Indaga-se o quanto as mudanças ambientais têm impactado no cotidiano dos camponeses, que não tem tantos recursos para driblar crises climáticas, por exemplo, e essas questões podem influenciar no êxodo rural. Bem como, sabe-se que os povos do campo, principalmente, comunidades mais tradicionais, possuem uma relação muito próxima com a natureza, nesse sentido, a degradação ambiental constante poderia afetar no bem-estar dessas pessoas e desorganizar profundamente seus modos de vida.

Nota-se, com isso, a urgência de se compreender mais as relações e modos de vida no campo e seus atravessamentos, buscando reparar iniquidades que prejudicam o desenvolvimentos desses povos e promovem o êxodo rural, bem como, auxiliar a constituir uma ciência psicológica mais crítica e condizente com a população brasileira. Longe de esgotar o assunto, o presente trabalho se coloca a serviço lançar reflexões sobre o tema.

3.2. Constituição Psíquica e Subjetiva no Campo

Para Vigotski é através da mediação que o ser humano abandona uma existência meramente biológica e nasce culturalmente (Rossetto & Brabo, 2009). Segundo Silva (2009), a partir de pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural (PHC), todo ser humano nasce com uma

individualidade, que seria sua herança biológica e esta é a base do desenvolvimento, porém é a cultura quem define os contornos ou tecidos.

Esse processo de inserção do humano na cultura, ou seja, que o funda como ser social, é a subjetivação. A subjetividade faz parte do movimento de constituição do psiquismo, ela possibilita que o ser humano se aproprie da universalidade por meio da particularidade, ou seja, das condições de vida, constituindo um ser humano singular, único, portanto se refere ao processo de apropriação da objetividade (Silva, 2009).

A identidade, por sua vez, é uma categoria elaborada por Ciampa, para se referir a personalidade, ou seja, a constituição do “eu”, em uma visão mais crítica que as vertentes tradicionais (Silva, 2009). Para a PHC, esta personalidade seria a complexificação da individualidade, incorporada a aspectos histórico-culturais. Assim, a personalidade ou a identidade é aqui entendida como resultado entre as condições objetivas e subjetivas, que torna o indivíduo alguém único ou singular (Silva, 2009).

Assim, apesar de singular, o indivíduo está condicionado a expressar também a universalidade, uma vez que a particularidade concretiza, por meio de um processo não passivo, aspectos da materialidade no sujeito (Pasqualini & Martins, 2015).

Conforme Pasqualini e Martins (2015) para conhecer a singularidade dos sujeitos é requisito compreender as mediações impostas pela universalidade. O presente trabalho caminha nessa linha ao tentar captar a história de desenvolvimento no espaço rural, que está intimamente ligada ao processo de urbanização e desenvolvimento do país, bem como, apreendendo os modos de vida da população rural, para lançar notas sobre esse processo de subjetivação. A partir disso, é que se postula ser possível pensar uma psicologia mais crítica e abrangente sobre esses povos e da sociedade brasileira, tendo em vista sua origem rural.

O campesinato vem por vezes acompanhado de estereótipos, que caberia à psicologia ajudar a romper, bem como, exercitar a autonomia desses povos, mas observa-se que ela também prefere se afastar.

Com a modernidade e o destaque econômico das cidades, o centro de vida social também se deslocou para os centros urbanos, fazendo com que o campo passasse a ser visto apenas como um lugar de produção agropecuária, ignorando as formas de vida que ali viviam. Além disso, passaram a atribuir ao campo e a seus povos a concepção de atraso ou resquício, que seria logo apagado ou ter um porvir, que seria a sua urbanização.

Rozani et al. (2021) sinaliza que a modernização capitalista tardia no país, para além de desigualdades e maior concentração de terras, gerou a imagem estereotipada do “caipira”, que seria preguiçoso, simplista e fatalista. Silva e Macedo (2017) aponta ainda que o campesinato foi visto como uma economia e o camponês visto apenas como um pequeno produtor. Ademais, Lopes et al. (2018), destaca que o imaginário urbano enxerga o campo como um lugar idílico e bucólico, restringindo o rural a paisagens graciosas, harmonia vicinal e a inexistência de sofrimento, além disso, trazem o rural por uma óptica homogênea, desconsiderando os diferentes modos de vida e condições sociais. Percebe-se pela análise dos autores citados uma dicotomia com que se trata o urbano e o rural, como se não fosse possível estabelecer relações entre eles, ou ainda, como se o rural só se limitasse a atividades agropecuárias (Lopes et al., 2018).

Silva e Macedo (2017) abordam que com a agricultura capitalista novos debates sobre o rural e sua relação com as cidades surgiram. Lopes et al. (2018) cita estudos que definem diferentes tipos de ruralidades, um a partir da pobreza rural, outro relacionado à riqueza do agronegócio e um terceiro, que diz respeito à diversidade cultural do campo, de comunidades tradicionais, indígenas e quilombos.

Assim, o campesinato passou a ser estudado a partir de seus modos de vida e subjetividades. Com isso, surgiu a possibilidade de um novo nominalismo, em virtude da ampliação do conceito de rural e das populações rurais. O camponês, enfim, é visto como ser de cultura. Portanto, surge a necessidade de avançar na concepção sobre o campo e seus povos, visto para além da agricultura, o rural enquanto lugar de trabalho mas também de vida, abraçando a coletividade, as diferentes

vivências, níveis de condições sociais e diversidade de saberes (Lopes et al., 2018; Silva & Macedo, 2017).

Uma das categorias que mais se destacaram nas pesquisas sobre a psicologia rural, diz respeito, justamente à subjetividade e a identidade, relacionadas ao meio rural e suas particularidades. Entende-se que estes artigos buscam entender o processo de constituição dos sujeitos do campo e suas diferenciações com os sujeitos urbanos, visto que, historicamente, a psicologia tradicional hegemônica só se preocupou com os processos citadinos.

De acordo com Lopes e Carvalho (2017) a identidade, ou a constituição do “eu”, depende do lugar de desenvolvimento e das relações estabelecidas nele. Dessa forma, para os autores citados o espaço é decisório para a formação da identidade no campesinato, sendo a relação com a terra fundamental para a reprodução social dos camponeses.

Nesse sentido, Silva e Macedo (2017) aborda que a identidade dos sujeitos do campo está associada ao território rural, conseqüentemente, sua ligação com a natureza e seus modos de vida, ademais, deve-se levar em consideração as disputas sociais, políticas e territoriais, nesse sentido, os interesses urbanos e da lógica do agronegócio, não apenas local.

Segundo Lopes e Carvalho (2017) a terra possui um significado existencial para os povos do campo. É a partir da terra que os indivíduos constituem sua identidade, uma vez que, é nela que esses povos, produzem, trabalham, vivem, reproduzem seus modos de vida e morrem.

Prado, Carpeta e Tapia (2015) aponta para uma territorialidade rural, na qual haveria uma maior interação entre a natureza, as formas de trabalho e uma sociabilidade própria, portanto, corresponde a um modo de vida em que as populações se organizam em torno do trabalho da terra. Segundo os autores, apesar de não ser homogênea as vivências entre os diferentes grupos de populações rurais, é possível algumas generalizações que referenciam a territorialidade rural.

A vivência por meio do trabalho no campo é, segundo Prado, Carpeta e Tapia (2015), a principal característica desses povos. Os autores citam também a natureza como centro da relação entre os agricultores e o mundo, bem como, a importância da família, sendo esta estruturada para o

trabalho no campo, que conta com mão de obra familiar, primordialmente, e através dela são passados os valores do trabalho e a relação com a natureza. A autonomia, principalmente alimentar, é outro aspecto central nessas comunidades rurais.

A fim de compreender o desenvolvimento, socialização e modos de vida dos povos rurais, foram selecionados artigos que versem sobre as principais características que regem as vivências rurais e constituem essa identidade rural. Não se pretende aqui homogeneizar a população rural, mas traçar reflexões sobre planos compartilhados.

Ruela e Moura (2007) defendem que desde o nascimento os seres humanos são imersos em uma cultura organizada, com normas e costumes, recebidos com crenças e expectativas formuladas, que são paulatinamente internalizadas através de instrumentos de mediação. Assim, o desenvolvimento humano se dá pelas mediações com o ambiente e parceiros. Sendo que este processo não é passivo, como já visto anteriormente através da dialética singular-particular-universal.

O ponto que aqui se coloca é o enfoque sobre o desenvolvimento no meio rural, tendo em vista que, a maioria dos estudos tratam sobre ambientes ocidentais e urbanos, que são posteriormente universalizados. Segundo Ruela e Moura (2007), isso cria padrões de normalidade, diante dos quais os povos rurais são vistos como inadequados sobre como são e vivem. Para analisar o desenvolvimento rural, Ruela e Moura (2007) postulam ser necessário avaliar o ambiente físico e social, além dos costumes e práticas compartilhadas e as crenças do meio, estando estes componentes em profunda relação.

De início, o desenvolvimento está atrelado à dinâmica familiar, especialmente ao cuidado e relação com os cuidadores, além do meio que o circunda, sendo a moradia da família e a natureza. Vale destacar também o trabalho, visto que a população campestre é caracterizada pela agricultura familiar, portanto, por a mão de obra ser familiar, o trabalho é um viés importante dentro da família. Com o tempo a vivência passa a englobar a comunidade e as crenças compartilhadas pelo grupo.

Assim, para Ruela e Moura (2007) vai sendo construída a personalidade a partir da interação com a cultura.

Em seu trabalho Ruela e Moura (2007) abordam que as práticas parentais não urbanas incluem mais tempo de amamentação e contato corporal com os pais, pois há uma tendência em carregar o bebê nos primeiros anos de vida, além de compartilharem o período de sono a noite. Para além do contato físico e necessidades biológicas, há um prolongamento do cuidado emocional e comunicação entre mãe e filhos. As autoras sinalizam a diferença nessas práticas parentais, de um contexto ocidental e urbano, em que o contato físico se restringe a amamentação, que se dá em período menor também, além de promover a independência dos cuidadores mais cedo.

Assim, de acordo com Ruela e Moura (2007, p. 316)

No primeiro, caracteristicamente não ocidental e não urbano, o cuidado físico inclui a amamentação durante dois a quatro anos, o bebê é carregado durante seus primeiros anos mais do que 50% do tempo, o contato corporal se dá durante o dia e a noite (nas costas, na frente ou no quadril da mãe), as crianças dormem com os adultos e os cuidados extras são oferecidos à criança por outros parentes e irmãos. Paralelamente, neste modo de investimento parental, o cuidado emocional apóia uma longa simbiose com a mãe e se caracteriza por longos períodos de cuidados que ocorrem conjuntamente a outras atividades do adulto, e contato corporal e comunicação longos e prolongados.

Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski (2007) pontua a família como uma instituição social que traz em seu seio características singulares e plurais, laços, pactos e interações entre heranças intergeracionais, que constitui a convivência deste grupo e seus membros. Essas intermediações, para além de costumes e saberes que são repassados, são afetadas também pela cultura e crenças compartilhadas por uma comunidade maior.

Os autores acima citados abordam ainda a importância dessa transmissão de “rituais” familiares, como uma forma de continuar a identidade da família, mas para além disso, faz parte do processo de construção subjetiva de seus membros. De forma semelhante, Ruela e Moura (2007)

versam que as crenças parentais dão um norte para os comportamentos e sentimentos dos filhos, bem como, de seus papéis sociais, sendo que essas crenças, são resultados da experiência individual, mas especialmente, da vivência cultural, a partir saberes e costumes acumulados e passados de geração a geração.

As famílias rurais são normalmente patriarcais, que apresentam dependência e obediência à figura do pai, vista como central (Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski, 2007). Essa centralidade do homem na família e subordinação das mulheres e filhos, resultam em problemas com relação à questão de gênero. Backes, Giongo e Cúnico (2023) expõem a desigualdade no acesso à terra por mulheres, o descrédito sobre sua capacidade e invisibilidade feminina. Isso abre margens para diversos tipos de violência contra a mulheres no contexto rural, particularmente.

O patriarcado e o catolicismo andam lado a lado e tem sua expressão particular nas famílias rurais. O catolicismo é muito presente no meio rural, em virtude da catequização dos interiores do Brasil, com isso, o casamento passou a ser tido como sagrado a fim de transmissão de heranças, e a mulher teve sua liberdade sexual cerceada. Portanto, na área rural as necessidades sexuais femininas, o conhecimento sobre o corpo humano e da menstruação são assuntos relegados ao plano religioso (Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski, 2007).

O casamento é visto como algo sagrado e indissolúvel, além de ser uma forma de passar as tradições adiante (Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski, 2007). As uniões acontecem com a aprovação da família, geralmente, apesar de isso estar mudando com o tempo, mas a palavra do patriarca tem muito peso nessa decisão. O casal formado objetiva ter filhos e o desenvolvimento destes está centralizado nas expectativas sociais de vir a ser um sujeito trabalhador, mediado pelo afeto de toda comunidade (Ruela & Moura, 2007).

Como visto, o trabalho é central no meio rural, sendo ele realizado pelo grupo familiar. Mas o trabalho no campo possui contornos específicos que exigem cuidado, que nem sempre são assegurados devido à falta de assistência e políticas para os trabalhadores rurais. Assim, surgem os sintomas difusos ou inespecíficos, de acordo com Araújo e Pinheiro (2013), que diz respeito aos

problemas laborais, dado a exposição a agentes ambientais nocivos, e os psicossociais, que envolvem a exaustão física e mental pelas condições de trabalho, bem como, as carências materiais e simbólicas. Este quadro de sofrimento também é chamado de doenças nervosas ou fadiga geral, remetendo a transtornos psiquiátricos menores, consequência do desgaste dos trabalhadores em se esforçarem para preservar sua saúde física e mental. Dessa forma, se estabelece uma ligação entre o indivíduo, tensões sociais e organização do trabalho (Araújo & Pinheiro, 2013).

Os autores citados compreendem uma dupla impotência sobre os trabalhadores, no sentido de enfrentar as iniquidades do contexto rural e de identificar e questionar seu sofrimento físico e psíquico. Araújo e Pinheiro (2013) ainda postulam que a impotência de lidar com essas situações levam ao próprio adoecimento mental. Com isso, para além dos acidentes de trabalho e as condições precárias de trabalho no campo, há uma alta ocorrência de suicídio e transtornos mentais e emocionais no âmbito rural, que estão associados também ao uso de psicotrópicos e relação com outras patologias derivadas do trabalho, como a intoxicação por agrotóxicos, além do absenteísmo.

Com relação ao modo de vida dos homens no campo, destaca-se o sofrimento em decorrência da sobrecarga de trabalho agrícola, doenças ocasionadas pelo esforço ou contato com agentes nocivos, bem como a perda de vitalidade pela insegurança e precariedade de seus afazeres (Leite et al., 2017). Geralmente, o homem está mais envolvido em trabalhos pesados, além de ter uma rotina cansativa, que começa antes do sol nascer, só terminando ao sol se pôr. Segundo Leite et al. (2017), com o surgimento de doenças e a proximidade da velhice, esses homens se afastam do serviço, mas com isso, passam a ter a sensação de inutilidade.

Ainda com relação a pesquisa com homens Leite et al., (2017, p.15) pontuam que

Alguns entrevistados relataram que não consideram um problema o que estão vivenciando, embora tenham apresentado indicativo de TMC. Justificam que não concordam com o resultado porque o que sentem não atrapalha a vida, ou seja, conseguem realizar suas atividades do cotidiano. Compreendem que o sofrimento é natural, faz parte da vida, portanto, não pode ser considerado um problema.

A figura do homem está atrelada a vitalidade, ao trabalho e por ser o provedor do lar, devido aos ideais capitalista e cristãos que adentraram o campo. O trabalho faz parte de sua identidade, o fato de não poder mais desempenhar suas atividades, que exigem esforço e exposição a intempéries climáticas, evoca uma crise de identidade nos homens rurais. Além disso, para alguns, o trabalho é visto como um fator protetivo contra os fatores estressantes no campo, assim o afastamento dele torna estes homens do campo desgostosos da vida.

As mulheres rurais são, segundo Leite et al., (2017) mais acometidas por transtornos mentais, do que os homens, isto porque estão envolvidas no trabalho de cuidado, tanto do marido quanto dos filhos, e às vezes de outros familiares também, não recebem gratificação por isso, além de ter seu trabalho doméstico invisibilizado, tudo isso para além da carga laboral no campo ou das atividades que realizam fora, que estão por vezes envolvidas também, configurando uma jornada dupla ou tripla de trabalho.

Os ofícios, segundo Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski (2007), são aprendidos na observação da família, principalmente, do pai e da mãe, com o tempo os filhos são incorporados nas rotinas de trabalho. De acordo com os autores citados, há um predomínio dos homens em atividades como o roçado, mecânica e como pedreiro, enquanto às mulheres cabe o serviço doméstico, além do cuidado e a educação dos filhos.

De acordo com Lopes e Carvalho (2017) a constituição da identidade depende dos lugares que o sujeito vivencia, tanto em relação ao espaço físico quanto aspectos temporais, constituindo o sujeito e os grupos sociais. Isso gera sentimento de pertença e enraizamento, além de atuar na sua autoestima, segurança e satisfação (Lopes & Carvalho, 2017).

Além disso, segundo Backes, Giongo e Cúnico (2023), diferentemente do que o desenvolvimento agrário tem promovido, ou seja, o afastamento com a natureza, a degradação ambiental e a utilização massiva das terras para produção de *commodities*, o campesinato defende a aproximação com o meio ambiente e um modo de vida e de produção em relação com a natureza, especialmente nas comunidades tradicionais, indígenas e quilombos, em que se detém um

conhecimento ancestral vida em comuna com a terra. Este trabalho agroecológico garante vida, coletividade, resgate ancestral e saúde mental aos camponeses (Backes, Giongo & Cúnico, 2023).

Backes, Giongo e Cúnico (2023) ainda apresentam o senso de coletividade presente nas comunidades rurais, sendo comum o auxílio à vizinhos, bem como a prática de mutirões, além de o trabalho ser visto como uma forma de garantir alimentos saudáveis para a família, promover mais autonomia e soberania alimentar para a comunidade. Diante do sofrimento, causado pelo trabalho extenuante ou pelas condições sociais, Leite et al. (2017) destaca o papel do apoio social no processo de saúde-doença. Nesse sentido, as redes familiares e comunitárias que são formadas em território auxiliam na compreensão e nomeação do sofrimento, para juntos encontrarem uma solução, visto que, este adoecimento perpassa a comunidade e compartilham muitas das iniquidades sociais e sintomas, físicos e psíquicos.

De modo semelhante, Prado, Carpeta e Tapia (2015) registra que as relações vicinais e de parentesco tem contornos próprios no campo, com realização de trabalhos comunitários, sem contar as práticas de lazer e entretenimento, como os bailes, que acontecem no meio rural, e muitas outras atividades que por vezes também estão relacionadas às práticas religiosas. Tudo isso demonstra expressões e valores psicossociais do modo de vida rural.

De acordo com Araújo e Calegare (2018, p. 547)

os festejos funcionaram como uma estratégia psicossocial que potencializa as redes comunitárias, fazendo com que os moradores se encontrem, conversem, brinquem, comam, se unam e, ao fazer tudo isso, tomem consciência de sua condição e procurem lutar por uma vida melhor.

Segundo Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski (2007) a religião é um aspecto importante para esses povos, valendo-se do divino como alívio das tribulações, sociais, emocionais e físicas, reafirmação de alianças, como um sentimento de pertença e auxílio com a terra. Brandão (2007) cita ainda a crença de camponeses, indígenas e quilombolas, em seres não naturais, como espíritos e

deuses, que dotados de força e identidade, promovem o sustento pela natureza através de interações sagradas.

Brandão (2007) versa que costumes antigos e ritos religiosos estão presentes no meio rural no preparo da terra, as marcações das estações, em comemorações populares, festas de colheita e outras. O tempo e o calendário seguem o ritmo da terra. Ruela e Moura (2007) também revela que variadas práticas presentes no cotidiano rural são baseadas em conhecimentos populares e são valorizados os saberes ancestrais.

As transmissões familiares e grupais, de costumes e rituais passados de geração a geração, garantem expressão, afeto, comunicação e lembranças, bem como, conferem identidade social. Servem ainda como alento contra angústia e sofrimento no campo (Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski, 2007).

O contato comunitário é favorecido na zona rural desde tenra idade. Ruela e Moura (2007) assinalam que os cuidados extras com os bebês são facilitados por parentes e irmãos, além de as crianças serem acompanhadas em brincadeiras por primas e amigas. Ainda segundo as autoras o modo de vida rural privilegia o contato com pessoas mais experientes e as trocas entre crianças e adultos, dessa forma, essa rede familiar extensa promove auxílio aos cuidados, além de estimular o desenvolvimentos com atividades de imitação de papéis, a comunicação e entre outras, que garante a inserção na cultura.

Ademais, nota-se no levantamento realizado para a presente pesquisa que aspectos de cooperação e união entre famílias e vizinhanças também foram evidenciados em alguns estudos. Lopes e Carvalho (2017) revelam que dentre os modos de vida rurais, as relações comunitárias e vicinais se destacam como um ponto positivo. O estabelecimento de relações muitas vezes está atrelado à sobrevivência e à solidariedade, como expõe Silva (2013, p. 71) “a única saída para nós, os pequeno, é a união, o trabalho coletivo. Se a gente não tiver organizado [...] os fazendero van devora a gente”. Assim, tem-se que os relacionamentos no campo são uma forma de resistência e

fortalecimento contra o projeto hegemônico rural, um protesto à cooptação e uma maneira de se cuidarem frente às adversidades.

Por outro lado, em outros artigos, foram demonstrados os conflitos entre diferentes grupos no campo, principalmente entre aqueles ligados ao campesinato com os do agronegócio. Destaca-se, que este comportamento pode estar vinculado à lógica capitalista, que ao adentrar aos modos de vida torna o sujeito mais individualista, menos empático e acolhedor com grupos menos favorecidos. Comportamento percebido nos campos e nas cidades na atualidade.

De acordo com Albuquerque (2002), o acampamento beneficia a coesão e cooperação, que tende a enfraquecer quando as famílias são assentadas, momento em que não se tem mais tantos objetivos em comum. Além disso, os assentados enfrentam tensões com os vizinhos agricultores que não fazem parte do movimento, em virtude da diferença do modo de acesso à terra e ao preconceito veiculado, o que atrapalha a inserção dos assentados na comunidade (Albuquerque, 2002). Segundo Lopes e Carvalho (2017), isso se dá devido às representações sociais negativas dos movimentos que buscam a reforma agrária, especialmente o MST, mesmo que isso seja uma política pública e, portanto, direito das pessoas.

Para Backes, Giongo e Cúnico (2023), no campo além de situações de conflitos, há o sofrimento em decorrência da falta de recursos, assim, na busca por seus direitos e condições dignas no campo, muitos trabalhadores rurais se unem em movimentos sociais, o que também promove desenvolvimento pessoal e social para a comunidade. Outro ponto importante, diz respeito a superação de estruturas sociais limitantes e discriminativas, como o machismo e patriarcado dominante.

De acordo com Lisboa, Féres-Carneiro e Jablonski (2007) há duas influências na transmissão cultural rural e, conseqüentemente, constituição dos sujeitos, uma diz respeito às tradições que são mantidas de épocas anteriores, e a outra é relativa às transformações socioeconômicas ao longo do tempo. Assim, o conjunto de costumes e significados dos moradores rurais são compartilhados pelo grupo social, que também divide o mesmo contexto histórico.

Algumas tradições são repassadas a frente, outras sofrem modificações e há ainda aquelas que são deixadas para trás. O contexto social, político e econômico exerce influência sobre a cultural, assim como o contrário também é verdadeiro. O campo vem passando por profundas transformações que alteram a dinâmica familiar e comunitária, com isso há modificações em seus modos de vida também.

Se por um lado, há uma apreensão quanto à reprodução dos modos de vida rurais e a constituição de uma identidade rural, frente às transformações sociais, visto que, o contexto histórico histórico-cultural atua tanto no ambiente, como na produção de identidades, em um movimento dialético, de forma que não se pode compreender as identidades rurais separadas das condições objetivas e subjetivas nas quais são formadas (Lopes & Carvalho, 2017).

Por outro lado, também vale se questionar como ter se reproduzido esses saberes e costumes de camponeses que migraram para as cidades e como isso tem reverberações históricas na formação do povo brasileiro. Ademais, cabe tensionar a psicologia nesse contexto, considerando que a psicologia tradicional hegemônica tratou os conhecimentos psicológicos gerados em grandes centros urbanos, com camadas populacionais elitizadas, como universais e generalizantes, sendo que as populações rurais possuem um modo de vida particular, bem como, suas tradições foram repassadas a gerações que migram para as cidades. Nesse sentido, como a psicologia pode teorizar e atuar com as populações rurais e a população brasileira que tem heranças rurais?

Ademais, ao abordar as iniquidades sociais que afetam a saúde mental no campo e promovem o adoecimento psíquico, vale questionar sobre como tem se dado as investigações e intervenções sobre estes fenômenos. Visto que, o modo de vida e adoecimento urbano tem sido generalizada para todos, criando normativas sobre padrões neuropsicológicos. Portanto, novas medidas devem ser pensadas, pois cada contexto define o desenvolvimento dos sujeitos, da cultura e por consequência das funções psicológicas.

É preciso entender as diferenças existentes nas percepções resultantes nos modos de vida do campo, se há diferenças nas funções superiores, como em relação a compreensão do tempo e do

espaço, no desenvolvimento do pensamento e da linguagem, no funcionamento da atenção e memória, por exemplo.

Assim, critérios estabelecidos em outros contextos não devem ser universalizados para o campo. Ademais, as expressões dos sentimentos e as formas de vivenciar cada processo emocional também depende da cultura, sendo necessário avaliações contextualizadas para inferir sobre algo. Tudo isso, evitando o viés individualista que tem impregnado a psicologia. Uma vez que somos seres sociais, devemos ser avaliados enquanto tais.

Vale destacar que, embora se reconheça diferenças culturais entre as ruralidades e o modo urbano, bem como, ao ressaltar as iniquidades que a população do campo enfrenta, não se pretende traçar uma comparação, de modo a reduzir uma experiência em relação a outra, pois isso já tem sido feito pela Psicologia Tradicional. Contextos diferentes, geram desenvolvimentos diferentes, o que não deve, de forma alguma, tomar o rural como inferior à norma genérica empregada. O que se defende é que, ressaltando as diversidades existentes, deve também haver um olhar mais amplo para as formas de avaliar e intervir em diferentes realidades, especialmente o campo.

De acordo com Vigotski, a vivência preconiza uma unidade indivisível entre o meio e a forma de vivenciá-lo, não é um processo nu e cru, como se o meio indicasse uma forma única e precária de desenvolvimento. É necessário analisar o meio, juntamente, com a influência do nível de compreensão, da tomada de consciência e do sentido atribuído ao que acontece no contexto. Assim, esse processo mais complexo é que deve ser tomado como análise. Não só o modo de vida mas também o modo de vivenciá-lo.

Como visto, as populações rurais vivem de forma a contemplar e integrar-se à natureza, possuem um trabalho com significado, quando realizado de forma agroecológica e longe dos preceitos capitalistas, têm uma aproximação maior com o núcleo familiar e a comunidade, que são elementos que auxiliam no bem-estar. Não se deve tomar o campo, apenas a partir da pobreza existente materialmente, mas considerar a riqueza cultural e as formas de resistência e enfrentamento de suas iniquidades. Essas são as vivências do campo.

3.3. Teoria e Método: Notas da Psicologia Rural para uma Psicologia Brasileira

Ao estarem imersos nos centros urbanos, voltados aos problemas emergenciais deste espaço, postos pelo êxodo rural e superpovoação das cidades, os psicólogos restringiram seus serviços aqueles que podiam consumir seus serviços no meio urbano, especialmente, devido ao caráter das ciências em focar na resolução de problemas dos provedores de riquezas no país, no contexto de desenvolvimento da psicologia, estes eram representados nas grandes cidades (Lopes et al., 2018; Silva & Macedo, 2021).

Assim, o início da psicologia no Brasil é caracterizado por ser urbanocêntrica, além de importar conhecimentos de outros países. Com isso, os fatores históricos e culturais do próprio país e sua população eram ignorados (Lopes et al., 2018). Ademais, temáticas relacionadas à questão agrária, as desigualdades e violências, não são abordados pela psicologia tradicional, excluindo os povos do campo e suas problemáticas do arcabouço psicológico (Silva & Macedo, 2021).

Segundo Ronzani et al. (2021), a Psicologia conquista seu status alicerçado no método experimental das ciências naturais, relegando a análise subjetiva, o que para um fazer psicológico é essencial. Como consequência, tende a generalizar dados de uma população, a saber a urbana, como universais, sendo que tudo aquilo que foge a norma deve ser, então, adequado.

Dessa forma, a Psicologia tradicional hegemônica que se desenvolveu apoiada em ideais higienistas e elitistas, além de contar com teorias importadas, de países majoritariamente urbanos, era aplicada no país em prol do ajustamento das camadas mais pobres e sanar as iniquidades sociais. Em virtude disso, essa psicologia não contempla a complexidade populacional do Brasil, que além de ampla, é bem diversa. Além disso, muitos povos têm ficado à margem da atuação psicológica, como é o caso da população rural.

Somente depois do anos 1960 que a psicologia passa a ter um olhar mais próximo de sua população, justamente por alguns profissionais terem se juntado aos movimentos de base para

reivindicar durante a ditadura militar condições de vida mais dignas no país (Lopes et al., 2018; Ronzani et al., 2021). Nos anos de 1970 e 1980 surgem propostas em defesa de uma Psicologia mais crítica e que corresponda ao compromisso social da categoria. Estrutura-se então a Psicologia Social, posteriormente, a Comunitária, no contexto da América Latina. A psicologia social auxilia, então, na compreensão crítica da relação entre os sujeitos e a sociedade. Além disso, há também a aproximação com a Educação Popular de Paulo Freire. A saúde pública foi outro locus de inserção de psicólogos, com o advento da Reforma Psiquiátrica, ampliando a noção de saúde, especialmente a saúde mental (Ronzani et al., 2021).

A aproximação da psicologia com o campo se deu com a interiorização da profissão, através da inserção de psicólogos nas políticas sociais, além da expansão de cursos de Psicologia para cidades menores (Ronzani et al., 2021). Observa-se, assim, a partir de 1980 um aumento na produção sobre a luta pela terra e sobre os movimentos sociais vinculados à questão agrária (Ronzani et al., 2021).

De acordo com Lopes et al. (2018) os psicólogos se apropriaram dos espaço rurais através da integração em equipes multiprofissionais tanto na atenção primária e psicossocial do Sistema Único de Saúde, quanto na Proteção Básica do Sistema Único da Assistência Social, além da educação no campo e das atividades de extensão rural.

Savassi, Almeida, Floss e Lima (2018) ressaltam que as produções relacionadas à saúde mental viram em torno da pobreza, contaminação por agrotóxicos, além de acidentes de trabalho e suicídio. As iniquidades sociais norteiam a qualidade de vida, especialmente no campo, pela ausência de recursos adequados para intervenção. Isso, explicaria a necessidade de um viés mais crítico dentro da psicologia, representado pela Psicologia Social, que nesse contexto denuncia as mazelas sociais que vive essa população, enquanto procura desnaturalizar as violências e romper com o cenário de privação, principalmente, por meio de políticas públicas.

Apesar do cenário precário com relação à saúde, educação, saneamento básico e outros (Lopes et al., 2018), nota-se que estas são preocupações recorrentes nas produções de psicologia. Em contrapartida, percebe-se uma quase completa ausência de se tratar temas relacionados ao lazer e à

cultura no meio rural. Com isso, cabe evidenciar que os povos do campo também merecem acesso ao descanso e celebrar seus costumes. Leite et al. (2017) aponta a escassez de quadras esportivas, bem como, praças e centros de convivência, o lazer fica restrito apenas à igrejas e bares.

Neste contexto, compreende-se a diversidade de sujeitos, modos de vida e riqueza cultural no meio rural. Com isso, a necessidade de a Psicologia se inserir de maneira crítica e trabalhar neste espaço a fim de exercer seu compromisso social para com as pessoas do campo. Passa-se a considerar a complexidade do campo, tanto em relação à pesquisa e atuação, quanto na teorização dentro da psicologia (Ronzani et al., 2021).

Ao constatarem este objeto deixado à margem pela psicologia tradicional hegemônica, iniciam-se os estudos voltadas ao campo e aos povos rurais. Para isso tem sido pensada uma Psicologia Rural, que foi o foco do trabalho. Através da investigação, contemplada no segundo capítulo, pode-se constatar que falta de um corpo organizado sobre os conhecimentos dos aspectos teóricos e metodológicos das temáticas rurais para os psicólogos. Além disso, alguns estudos ressaltam a necessidade de ampliar essa discussão nos currículos de psicologia, trazendo debates interdisciplinares, disciplinas específicas, estágios, cursos de extensão e projetos de pesquisa, bem como, capacitações continuadas para profissionais que atuam com as populações do campo, participação da psicologia em entidades representativas e movimentos sociais do campo (Silva; Macedo, 2017; 2019a; 2019b).

Tal questão pode ser explicada por Santos e Callegare (2022) que apontam que a questão do ambiente, enquanto lugar/espaço, não é levada em consideração na constituição psicológica. A partir do debate ampliado será possível delinear atuações mais condizentes com as realidades rurais e a psicologia de fato irá se aproximar e fazer parte da discussão, com um referencial teórico crítico.

Através do exposto, denota-se que não faz sentido teorizar uma Psicologia Rural tendo por base uma psicologia que é marcadamente urbana. Por outro lado, não faz sentido reformular e criar uma própria teoria para a Psicologia rural, tendo assim uma psicologia urbana e outra psicologia rural,

demarcando ainda mais uma falsa dicotomia entre rural e urbano, especialmente dentro da psicologia.

Segundo Pasquali e Martins (2015) uma análise psicológica deve captar determinações particulares e universais que incidem sobre a existência singular, ou seja, através de um sujeito, compreender os aspectos sociais de seu tempo, cultura e condições materiais. Assim segundo os autores citados

a tarefa de uma psicologia crítica - que pretende espelhar fidedignamente o movimento real de constituição da individualidade, é desvelar a *individualidade-particular*, ou seja, decodificar as determinações que agem sobre a singularidade, captando essa individualidade-particular como expressão singular-particular da universalidade (Pasqualini & Martins, 2015, p. 370).

Portanto, para Pasquali e Martins (2015) a Psicologia deve ir para além da singularidade, captando as determinações particulares e universais que condicionam os modos de vida e de ser dos sujeitos. Nesse sentido convém pensar uma teoria da psicologia brasileira que considere o rural já em sua constituição. Este trabalho pretende, portanto, trazer reflexões para esta possível formulação.

Sua importância se ancora no fato de que a análise histórica nos dá bases para entender o funcionamento da sociedade e por conseguinte o comportamento das pessoas e muito do sofrimento psíquico. E a história do Brasil tem origens rurais, por isso, é necessário que a psicologia se debruce sobre essa realidade para teorizar uma psicologia de fato brasileira.

Há heranças culturais rurais em cada brasileiro, principalmente em virtude da sociedade ser marcadamente rural, mesmo os dados trazendo uma predominância urbana. Mas para além disso, tem-se populações rurais vivendo no campo, e o foco dos estudos e políticas se voltam apenas para o viés produtivista.

Assim, é necessário voltar o olhar para esses povos, seus modos de vida concretos e de subjetivação. As reflexões deste trabalho são algumas notas que destacam elementos fundamentais

dentro de uma psicologia rural, mas que são também marcas de toda a sociedade brasileira. Portanto, através da análise da psicologia rural traça-se contribuições para pensar a Psicologia Brasileira.

Para o aprofundamento neste tema, buscou-se nos trabalhos que tratam a atuação do psicólogo no meio rural, as discussões pertinentes ao debate epistemológico da Psicologia Rural. Uma vez que esta é definida por Landini (2015) como um campo de reflexões, tenciona-se o que tem sido pensado nesta área e como ela pode contribuir para a ampliação do debate no atendimento às populações rurais, bem para a psicologia brasileira, considerando a ruralidade presente na sociedade.

A análise contou com artigos que abordam o debate teórico e metodológico acerca da psicologia rural. Os achados estão sintetizados em dois tópicos: Um visando entender o que os estudos compreendem por rural e um segundo contemplando o que são essas ruralidades para a psicologia, em específico.

3.3.1. A concepção de ruralidade e sua relação com a urbanidade

Dentre os artigos selecionados para a pesquisa, alguns discutem sobre a ruralidade, sua definição e relação com o urbano. Silva e Macedo (2017) e Silva e Macedo (2019a) trazem uma contextualização da visão histórica sobre o rural no Brasil. Apesar da Psicologia ainda estar adentrando este espaço, disciplinas como Antropologia, Geografia e Economia vêm a tempos pensando essa categoria, discutindo sobre os territórios e identidades que a compõem, os conflitos e disputas que o permeiam e as atividades que são desenvolvidas.

Na passagem do século XIX para o século XX o rural se tornou objeto de interesse para investigações, a princípio perdurou uma lógica binária sobre sua compreensão, em que o rural era visto em contraposição ao urbano, por consequência, as cidades eram tidas como desenvolvidas e modernas e o campo atrelado ao atraso, rusticidade e ignorância. Segundo os autores citados, entre 1920 e 1930, com a sociologia norte-americana, as investigações sociológicas definiram uma

continuidade entre rural e urbano, portanto, uma noção de *continuum* foi estabelecida, na qual seguindo uma linha de desenvolvimento o rural seria o resquício, enquanto o urbano o auge desenvolvimentista. Nessa perspectiva, o rural logo chegaria ao fim, uma vez que a sociedade caminhava rumo à modernidade e industrialização.

Entre 1950 e 1970, de acordo com Silva e Macedo (2017, 2019a) surge uma nova compreensão através da abordagem difusionista, em que o rural é visto como um sinônimo de “agrícola” e o agricultor como alguém que responde aos estímulos das atividades do campo e suas novas tecnologias e formas de educação. Assim, passou-se a ser de interesse de investigação os comportamentos e aspirações dos povos do campo para a difusão de novas práticas agrícolas. Entretanto, já nos anos 1990 as análises mudaram de foto, inclusive com críticas a prevalência no enfoque agrícola e a dicotomia entre rural e urbano, dessa forma, constituíram novas formas de pensar o rural, defendendo um novo rural brasileiro, com a valorização da pluriatividade e questões ecológicas, desenvolvimento da cultura e lazer, bem como, as subjetividades e territorialidade. A partir de então novas relações entre o rural e urbano também foram pensadas (Silva & Macedo, 2017; Silva & Macedo, 2019a).

Astudillo e Muñoz (2016) também discutem o conceito de comunidade rural, a qual inicialmente, definida como uma organização social que seguia um modelo tradicional ou pré-industrial. Dessa forma, seria marcada pela baixa mobilidade social, seus agrupamentos estariam localizados em espaços de baixa densidade, em que apesar de geograficamente dispersos e isolados, mantinham uma relação mais direta e duradoura. A comunidade detinha pouco acesso a recursos de bem-estar, cultura e direitos básicos. Além disso, são caracterizados pela profunda relação com a natureza, através da qual desenvolvem atividades agrícolas. Contudo essa relação se alterou com a modernização.

A partir de então, novas nuances se desenvolvem, segundo os autores acima mencionados. Há transformações socioeconômicas e socioculturais, que chamam atenção para o modo de vida do campo, além da ação dos movimentos sociais e uma diversificação no trabalho rural. Antes a

comunidade rural que era tida como homogênea, agora passa a ser formada por relações complexas, compostas por diferentes grupos, de níveis e interações diversos (Astudillo & Muñoz, 2016). Essas questões afastam a dicotomia entre rural e urbano existentes anteriormente nas concepções teóricas e abrem espaço para uma noção de continuidade (Astudillo & Muñoz, 2016).

Apesar das mudanças ocorridas em relação ao rural e seus povos, Albuquerque e Pimentel (2004) sinalizam que há alguns significados socialmente atribuídos ao campo, sendo percebido como um bloco homogêneo e subdesenvolvido, em que as definições geralmente o tratam como atrasado, além de associarem apenas o aspecto produtivo e agrário. Em sua pesquisa os autores trazem que o ambiente do campo foi utilizado como definidor geral, ainda agrupando palavras como fazendas sítios, além de outros elementos naturais como animais, rios e vegetação.

É notável a contraposição entre o urbano nas definições e representações sociais sobre o rural. Albuquerque e Pimentel (2004) constatam assim a ideia de impossibilidade entre a relação entre os dois no senso comum, e mais ainda, como não é concebível na percepção geral que o rural seja desenvolvido e que outras atividades sejam nele desenvolvidas, para além das agrárias. De modo geral, não se dá atenção para os modos de vida e subjetividades que as populações rurais possam ter, bem como às necessidades que esses povos têm para viver. Defende-se com isso, como abordado por Albuquerque (2002, p. 38), a importância de “valorizar no rural o que não se prenda exclusivamente ao agrário”.

Nesse sentido, Ronzani et al. (2021) questiona, afinal, o que é esse rural tão discutido no trabalho. Para Albuquerque (2002, p. 38) o rural ou sociedade rural seria

uma forma de vida que abarca todos os membros que vivem em uma coletividade rural, trabalham na agricultura ou em outras atividades diferentes. Formaria também parte dessa coletividade uma população ativa, cada vez mais numerosa, que vive ou reside em uma localidade rural, ainda que diariamente se traslade a outras localidades, rurais ou urbanas, para realizar suas atividades.

Silva e Macedo (2017) trazem o conceito de campesinato para a discussão, segundo o qual, na contemporaneidade, são considerados camponeses uma gama de povos, como os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, posseiros e arrendatários, os povos das florestas agroextrativistas e ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas integrados ao mercado, colonos e caboclos, entre outros. Contudo, apesar de este conceito englobar vários povos que vivem da terra, há debates sobre sua adoção. Uma vez que, em função de uma lógica capitalista, muitos agricultores familiares buscam se ligar mais à lógica do agronegócio do que o campesinato, além de, em busca de identificação na cena política, alguns grupos preferem um novo nominalismo próprio para suas lutas.

Portanto, para além de uma dificuldade conceitual para definir o rural e seus povos, diante da complexidade do campo, existem ainda muitos conflitos de interesses políticos em jogo. Os ideais capitalistas foram incorporados às cidades, junto ao contexto de industrialização, por isso a lógica de modernização é atrelada às cidades. Enquanto o campesinato que não segue o ideal produtivista, pelo contrário, visa a produção para subsistência e relação com a natureza, é vista pela óptica do atraso. O rural só passa a ser considerado quando se alia à lógica produtivista do capitalismo e alimentar o sistema. Por isso, o interesse de alguns produtores se aproxima mais do agronegócio do que do campesinato, pela visibilidade de sua importância.

Para Ronzani et al. (2021, p. 2), apesar de o rural remeter à um espaço, não se resume a ele.

tanto urbano como rural são compreendidos como modos de vida singulares, que expressam construções de significados entre bens materiais e simbólicos por parte dos atores sociais envolvidos, gerando teias de sociabilidades diversas. Assim, não há uma única “população rural”, pois elas serão tão plurais quanto às condições que as cercam.

O rural representa, também, aspectos simbólicos, possui relação com o urbano, assim como com a natureza e atividades agropecuárias, mas mais que isso, possui diversas identidades, saberes, culturas e costumes variados, disputas envolvidas, modos de vida e visão de mundo particulares, entre tantos outros pontos que fazem com que este termo passe a ser referenciado através de

expressões como “ruralidade”, diante da diversidade e complexidade desta categoria de análise (Ronzani et al., 2021; Silva e Macedo, 2019b).

Nesse sentido, Silva e Macedo (2019a) apontam a necessidade de pensar o rural brasileiro para além, incluindo as questões econômicas e políticas, modos de produção e de subjetivação, os modos de vida e coletividades que se desenrolam nesses contextos. Uma vez, conforme visto, não existe o fim do rural, apenas transformações e atualizações conforme o contexto histórico e cultural (Silva e Macedo, 2017). Essas alterações, por sua vez, contribuem para novas identidades, novos sentidos e significados são criados, as relações com o território são adaptadas. Portanto, Silva e Macedo (2017) defende que as ruralidades são uma representação social culturalmente definida.

De forma semelhante, Astudillo e Muñoz (2016) apontam que o campo é, fundamentalmente, uma construção social. Portanto, são sistemas de relações, que cristalizam um funcionamento a partir do jogo de poder econômico, político e simbólico, este que é destruído de maneira desigual (Astudillo & Muñoz, 2016). Assim, o espaço social sustenta novas abordagens para a ruralidade a depender do contexto histórico e cultural (Astudillo & Muñoz, 2016).

3.3.2. O rural na psicologia brasileira urbanocêntrica

Diante disso, surge a questão do que é o rural para a psicologia em específico. Conti et al. (2020) reconhece a necessidade de uma consolidação conceitual da psicologia rural. Para os autores o rural tem sido alvo de diferentes conceituações. Uma em entender o rural pela sua oposição ao urbano, sendo atrelados características pejorativas ao rural, visto como atrasado ou resquício, ou mesmo pela sua negação, entendidos meramente como aquilo que não é urbano. De outro modo, visando combater essas perspectivas limitantes e que tomam o rural como homogêneo, há aportes que entendem o rural por sua diversidade, o que resulta em outro problema, uma vez que se tratando de um contexto abarcado pela sua complexidade, há dificuldades em ser conceituado e entendido.

Assim, para Conti et al. (2020) é momento para uma caracterização e descrição das especificidades rurais, evitando concepções que as trate de maneira homogênea e limitante.

Compreende-se assim, conforme Santos e Calegare (2022) a necessidade de se entender o rural e o urbano, bem como sua inseparabilidade.

Com isso, se desenha as contribuições que o pensamento de Vigotski pode trazer para pensar essa questão da dicotomia urbano/rural na psicologia. Da mesma forma com que Vigotski postulava que a diversidade de correntes teóricas divergentes para explicar o objeto da psicologia, se dava em função da necessidade de uma ciência psicológica geral. Também se defende aqui, que a dicotomia com que rural e urbano são tratados na psicologia e as diferentes formas de abordá-los, se dá pela ausência da análise processual da história da sociedade brasileira. Através dela se desenha a relação com que o rural e o urbano manteve-se desde o princípio e persiste até hoje, mesmo que com atualizações, uma vez que há em toda população resquícios rurais, por aspectos filogenéticos que foram sistematizados em nós, bem como aspectos culturais, que internalizamos pelo contato com o meio em que vivenciamos e este ser permeado de costumes do campo.

A psicologia se desenvolve em função da migração do campo para cidade e das mudanças sociais ocorridas em consequência dela, uma vez que esse processo resultou em desenraizamento da população, marginalização, drogadição entre outras sequelas sociais, mas sobretudo, pela grande concentração populacional e industrialização que demandou uma aplicação imediata da psicologia para “organizar” ou “apaziguar” e higienizar a sociedade (Albuquerque, 2002), como visto inicialmente. Dessa forma, os psicólogos brasileiros, desde os princípios, se voltam mais às questões urbanas, do que à organização agrária e políticas para o campo.

Albuquerque (2002) e Landini et al. (2010) são categóricos ao afirmar que a psicologia tem se debruçado sobre os ambientes urbanos e deixado as populações rurais à margem, ademais, os próprios estudos urbanos que são feitos geralmente se voltam aos grandes centros e são, posteriormente, generalizados para toda a população, definindo normas e padrões que não contemplam toda a vasta população brasileira. Esta que, inclusive, consta com boa parte morando em municípios de pequeno porte que, para Albuquerque (2002), podem ser consideradas rurais.

Ronzani et al. (2021) expressa que há uma tendência em generalizar aspectos baseados nas populações urbanas como universais, mesmo que não seja dada a vastidão do território nacional, bem como a diversidade da população brasileira, em específico, trazendo as particularidades das populações rurais. Os autores abordam que não se trata de invalidar tais conhecimentos, mas de considerar os elementos materiais e culturais que forjam diferentes subjetividades e relações sociais. Dessa forma, o campo gera tanto “novos e diferentes problemas de pesquisa quanto a novas possibilidades de teorização” (Ronzani et al., 2021, p. 3).

Cabe ainda ressaltar que as teorias epistemológicas e ferramentas profissionais utilizadas pela psicologia foram importadas de outros países com outros contextos de desenvolvimento, que divergem da psicologia brasileira. Assim, constata-se uma dupla incoerência, pois além de serem teorias importadas sua aplicabilidade é analisada de acordo com os centros urbanos, enquanto que municípios de pequeno porte e contextos rurais seguem sendo invisibilizados.

Silva e Felipe (2024) abordam que 70% das localidades atendidas pelos profissionais de psicologia no Brasil são marcadamente rurais ou contam com a presença massiva de populações tradicionais. Com relação ao exposto, Vasquez (2009, p. 864) é categórica ao afirmar que

São muitos os desafios e as possibilidades de inserção da Psicologia na área rural. Considerando que boa parte da população brasileira vive ou teve sua subjetividade constituída na área rural e que só recentemente a Psicologia tem mostrado interesse por essa área, dá para se ter idéia da grandeza da demanda e do tamanho da tarefa que se tem pela frente, se quisermos sanar a dívida social que temos nesse campo.

Os primeiros trabalhos envolvendo a interface da psicologia e o rural em solo brasileiro datam de 1940. Foram realizados por Helena Antipoff sobre a Educação no campo com crianças de Minas Gerais, somente publicados em 1992 na obra “Educação Rural” (Silva e Macedo, 2017). Em 1970 surgem os trabalhos em Psicologia Social Comunitária nas regiões sudeste e nordeste do país. Estas pesquisas envolviam intervenções com populações específicas, como agricultores familiares, assentados e cooperados rurais.

Já nos anos 1990, foram realizados oito trabalhos, que no geral abordaram o cooperativismo rural, condições de trabalho no campo, migração e adaptação ao meio urbano, além de trabalhos sobre a terceira idade no meio rural. Na década de 2000 aumentaram significativamente as publicações sobre o rural na psicologia, principalmente a partir de 2006 e dentro da perspectiva da Psicologia Social. A partir de 2010 percebe-se a mesma tendência anterior, apenas com uma ampliação temática, trazendo mais para as diversidades de modos de vida rurais, políticas públicas, bem como os impactos na saúde e no ecossistema sobre as novas tecnologias no campo, como o uso intensivo de agrotóxicos. Outra novidade foi a presença de pesquisas que abordam os desafios metodológicos e conceituais sobre o campo (Silva e Macedo, 2017).

Dantas, Dimenstein, Leite, Torquato e Macedo (2018) sinalizam para a lacuna de produções da Psicologia que versem sobre os modos de subjetivação, processos psicossociais e identitários dos povos rurais. Na análise de Silva e Macedo (2017, p. 824), apesar da variedade temática, há certa centralidade nos estudos de psicologia sobre o rural

[...] envolvendo o trabalho rural, a organização dos trabalhadores rurais e seus efeitos em torno das categorias na Psicologia social a partir da dualidade rural-urbano: identidade, relações grupais, socialização e modos de vida no campo, organização política e comunitária, produção de sentidos, processos de subjetivação, representações sociais, percepção, atitudes, valores, crenças, dentre outros.

Silva e Macedo (2021) ainda ressaltam que é preciso ampliar o olhar para a diversidade de povos rurais, uma vez que boa parte dos trabalhos destacam os pequenos produtores, assentados e acampados da reforma agrária, vistos muitas vezes apenas como instrumentos de produção agrícola.

Fica evidente que há ainda pouca discussão sobre o rural contemporâneo, enquanto categoria de investigação teórica *para a e na* Psicologia, para que a presença desta disciplina se dê de forma crítica e coerente com a realidade, assim, contribuindo para uma atuação alinhada ao compromisso ético político da profissão (Silva e Macedo, 2017). Além disso, apesar da ampliação da atuação de

psicólogos no interior do país e ligados às políticas públicas, ainda é visível modo individualizante e etnocêntrico nas intervenções psicológicas (Dantas et al., 2018).

Em relação à concepção do rural por psicólogos, Silva e Macedo (2019a) demonstra que estes associam preponderantemente ao local físico e geográfico. Além disso, elencam, por um lado, o campo como lugar de pouca oportunidade e sem modernização, por outro, como algo idílico, calmo e ligado à natureza. Com relação aos povos do campo, estes foram associados à vulnerabilidade, alienação e ao atraso, bem como, foram evidenciados a paciência e acolhimento dos mesmos. De acordo com Silva e Macedo (2019a), é preciso que os profissionais tenham embasamento e empatia para lidar com essas populações e considerar a multiplicidade dos processos que integram o rural, uma vez que as concepções apresentadas por alguns profissionais estão impregnadas de estereótipos, que enxerga no rural apenas o atraso ou a romantização que por ora é apresentado.

Ronzani et al. (2021) destacam a heterogeneidade de temas e referenciais teóricos sobre os trabalhos relacionados às temáticas rurais em psicologia. Percebe-se assim uma carência de definição sobre o rural e do que é este campo para a psicologia, bem como, de que forma o abordar em estudos e intervenções.

Diante disso, Silva e Macedo (2019b) alegam que é preciso discutir as bases epistemológicas, teóricas e práticas da Psicologia com os povos rurais. Tarefa que perpassa por um grande desafio, visto as alterações e contínuo movimento de sua construção, além da diversidade de povos, modos de vida e relações. É uma tarefa complexa na mesma medida em que se faz urgente.

Apesar de boa parte dos trabalhos que abordam o rural na psicologia constatarem a necessidade de discutir as bases epistemológicas, foram poucos os artigos encontrados que fazem justamente isso. Dentre os poucos estudos que abordam essa temática, nenhum deles chegou a de fato fazer um debate sobre as definições e significações que a Psicologia Rural tem, sobre seu objeto e objetivos e formas de abordar o rural dentro da psicologia a partir dessa base epistemológica.

Conti et al. (2020) traz que são adotadas duas compreensões sobre o rural na Psicologia. A primeira do rural como um contexto, em que a psicologia faria uma adaptação para sua abordagem,

sem necessariamente haver uma discussão epistemológica. A segunda entende o campo como um objeto-problema, envolve uma articulação, um novo posicionamento ético e epistemológico, não promoveria a resolução, mas sim a reflexão.

Para o presente trabalho é necessário sim fazer um debate epistemológico, e não uma mera adaptação para atender os anseios e necessidades dos povos rurais. Mais do que isso, essa discussão precisa ser da psicologia brasileira como um todo, de forma a considerar as ruralidades na constituição objetiva do país e subjetiva de cada brasileiro. Assim, tendo o rural dentro de sua teoria, a prática psicológica seria mais condizente não só com as populações rurais, mas com todos os brasileiros, visto que eles carregam uma herança rural.

3.3.3. Por uma psicologia unificada

Com base no exposto, nota-se que a concepção de ruralidade foi alterada com o tempo, bem como a visão de seus povos, se antes eram desprezados, hoje se reconhece a diversidade populacional e riqueza cultural desse ambiente. Com isso, passou a ser de interesse da psicologia compreender melhor os aspectos materiais e subjetivos dos camponeses, por reconhecer a ausência da categoria neste espaço. Há, portanto, uma preocupação em teorizar e atuar com a população do campo, visto que a psicologia se desenvolveu com o viés urbano. Ademais, se pontua aqui também a necessidade de abordar o viés rural dentro de uma psicologia brasileira, tendo em vista as heranças rurais na população brasileira em geral.

A Psicologia Rural foi necessária para pensar o rural e seus povos, não pretende ser uma nova psicologia ou uma subdisciplina, se coloca como um movimento para gerar reflexões e práticas que melhorem as condições de vida da população rural nas áreas de inserção da psicologia (Landini, 2015; Ronzani et al., 2021). Contudo, se coloca aqui a importância de se aproveitar os conhecimentos produzidos por ela, para reformular uma psicologia brasileira que tenha já nas suas bases uma análise histórica, social e cultural da sociedade brasileira e isso inclui abordar a questão agrária, os saberes, resistências e modos de vida e reprodução dos povos rurais.

Portanto, como defende Ronzani et al. (2021) não se deve realizar uma mera transposição teórica da prática psicológica, esta deve considerar o contexto territorial e realidade social de onde será empregada. Uma vez que, segundo Pinheiro e Silva (2018) as existências são espacialmente situadas.

Para Pinheiro e Silva (2018) considerar o contexto de desenvolvimento é importante porque envolve analisar o movimento de transformação de ambos, de forma dialética, bem como, a identificação que o processo envolve, assim, abrange aspectos afetivos e cognitivos. O trabalho é uma ferramenta de mediação que permite novas transformações, que serão repassadas às novas gerações, inclusive a própria consciência é resultado da apropriação cultural (Pinheiro & Silva, 2018).

De forma semelhante, para Vigotski o desenvolvimento humano se dá através das trocas sociais, mediadas por signos e instrumentos, que são aprendidas na relação com outros membros da sociedade. Segundo Vigotski, a vivência representa tanto as particularidades que o meio apresenta, quanto a forma como o sujeito irá vivenciá-las a partir de sua personalidade, de forma que a vivência determina a relação entre o sujeito e o meio. Assim, a vivência é uma ferramenta para analisar a influência do meio no desenvolvimento do sujeito (Pinheiro & Silva, 2018).

Com base nisso, Pinheiro e Silva (2018) defendem que a ação humana permite a apropriação subjetiva do mundo objetivado, de maneira que, pessoa e meio se co-constituam, ou seja, os conceitos possuem uma relação dialética. Portanto, considerar o ambiente no processo de desenvolvimento ou as heranças que o meio deixa no psiquismo de uma sociedade se torna fundamental para a ciência psicológica.

De acordo com Lopes et al. (2018) considerar o contexto rural, sua dimensão psicossocial e psicológica permite a compreensão e intervenção condizente para com estes povos, bem com, auxilia no desenvolvimento de uma Psicologia de fato brasileira, alicerçada na realidade do país e que abarque a constituição de sua população. Portanto, é isso que se defende aqui, a consideração dos aspectos rurais dentro da ciência psicológica brasileira, reconhecendo-os como constituintes do

povo brasileiro, pela origem agrária da sociedade, bem como, ainda há povos rurais, que devem ser contemplados por uma psicologia crítica e de fato brasileira.

Ademais, também tem-se como hipóteses do trabalho, que a origem agrária do país deixa marcas na constituição subjetiva da população brasileira. Dessa forma, os modos de vida, saberes e costumes rurais ainda estão presentes em variadas manifestações culturais no Brasil, mesmo que na área urbana.

A união do núcleo familiar e vivência em comunidade é uma característica dos povos rurais, visto o modo de produção familiar, bem como a realização de mutirões e ajuda mútua no campo, pois a maioria das atividades envolve mais pessoas. Nesse sentido, é possível indicar no comportamento em comunidades urbanas, como nas favelas, ou em cidades menores, a solidariedade vicinal e o compartilhamento de cuidado entre agrupamentos como uma herança rural, que foi transmitida como uma forma de reprodução e resistência.

Ademais, o povo brasileiro é conhecido, dentre as demais nações, por sua cordialidade e festividade, tanto nas celebrações típicas do país, como na alegria cotidiana. Essas podem ser uma das heranças rurais, muitos povos para afastar a agonia e sofrimento recorriam a música, a dança e festejos, da mesma forma, percebe-se alegria do povo atualmente, em que apesar das adversidades se mantém ativos.

O passado colonial, escravista e patriarcal, de um passado agrário, também reflete suas marcas na atualidade. A maior parte das mulheres não acreditam que são respeitadas pelos homens, destacando o caráter machista da sociedade brasileira. Além disso, são ressaltadas as violências empregadas nas ruas, no trabalho e em casa, de forma que 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por homem, sendo que o número de subnotificações é muito grande, e 68% das brasileiras afirmam conhecer outra mulher que já sofreu violência doméstica (DataSenado, 2023).

Vale ainda destacar o racismo impregnado em nossa sociedade, como um desdobramento da história de constituição do país. Como visto, povos negros e indígenas foram grandes matrizes para

a formação do povo brasileiro, contudo, são deixados às margens no estudos, assim como foram deixados com a proibição da escravidão. A falta de uma política de reparação por tantos anos de sofrimento e subjugação, leva ao racismo estrutural, o qual faz a sociedade acreditar que pessoas racializadas são inferiores.

Ademais, os costumes como o uso de substâncias psicoativas ou manifestações culturais, como a capoeira e o samba, ou práticas religiosas, como a umbanda, também foram ou são criminalizadas no Brasil, por estarem atreladas a estas populações, que mantinham seus costumes tradicionais no país (Lunardon, 2015). A violência policial e a guerra às drogas são influências do período colonial e passado majoritariamente agrário do país. Havia jagunços que perseguiram as pessoas escravizadas que fugiam. Os policiais representam essa personalidade atualmente, que continua a perseguir pessoas racializadas ainda hoje. Segundo Lunardon (2015) comunidades racializadas são alvos de criminalização e violência estatal, uma vez que com o fim da escravidão foi preciso criar outros aparatos para controlar a cultura negra, e também a indígena, para que não se misturasse ao tecido social dos brancos.

Assim, alguns pontos do trabalho denota haver características apontadas como rurais que estão presentes nas formas de organização e reprodução de outras urbanas, sinalizando que apesar do crescente êxodo rural, a transmissão cultural de modos de vida rurais se perpetua, mesmo que com alterações.

Com isso, para além de a Psicologia se atentar para as populações do campo, com um saber e prática que respeite as subjetividades desses povos, se faz necessário que, antes, haja uma incorporação de aspectos históricos e sociais sobre a sociedade brasileira, considerando sua bagagem rural, na formulação de uma ciência psicológica, pois, mesmo nas áreas urbanas, especialmente em cidades menores, há heranças rurais.

Considerações Finais

“A pedra que rejeitaram os construtores,
essa veio a ser a pedra angular...”

A superação da crise na psicologia abordada por Vigotski estaria no desenvolvimento de uma nova psicologia, de base marxista, na qual a psicologia se desenvolveria como ciência natural, sem se render aos aspectos meramente biológicos, porque ela seria antes de tudo uma ciência social (Costa e Martins, 2018). Nesse sentido, segundo Rossetto e Brabo (2009), a obra de Vigotski evidenciou as ambiguidades da ciência psicológica, além de ter proposto entender e formular a constituição do sujeito considerando as particularidades culturais.

Vigotski defendeu a necessidade de uma psicologia unificadora, com uma metodologia integrada. Para o autor todo conceito científico-natural encontra-se amparado na realidade concreta, da mesma forma que, todo fato científico-natural se encerra em uma abstração. Isso significa dizer que, todo acontecimento da realidade é passível de ser teorizado, da mesma forma que, toda teoria tem por base um fato concreto (Vigotski, 2004).

Nesse sentido, uma teoria geral, postula os princípios e problemas de uma dada área concreta (Vigotski, 2004). É disso que a Psicologia Brasileira carece, uma teoria geral que abarque as complexidades e individualidades da população brasileira, considerando o contexto material, de acordo com o qual, a sociedade mencionada tem suas bases na origem agrária e nos problemas decorrentes deste desenvolvimento.

Somente após a psicologia brasileira teorizar seus princípios, respeitando a concretude, a história e cultura da nação, é que se poderá pensar disciplinas particulares, como para as populações rurais. Sem uma teoria baseada na história concreta, análises específicas estão sujeitas a imprecisões. Através de uma teoria geral, Vigotski (2004, p. 249) defende que “em lugar do caos de opiniões heterogêneas, do mosaico de opiniões discrepantes, verá um quadro harmonioso dos critérios fundamentais que regem o desenvolvimento científico”.

O trabalho iniciou com uma discussão sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, evidenciando sua origem agrária. Grandes faixas de terras foram concentradas nas mãos de poucos latifundiários, os recursos naturais foram explorados, indígenas e negros foram escravizados e utilizados como mão-de-obra no campo, além de serem produzidas monoculturas para exportação. Assim, o Brasil, tal como se conhece hoje, teve sua origem oficial. Essas características estruturam a sociedade brasileira.

As cidades no início eram apenas apêndices das grandes fazendas. Somente em meados do século XIX e no século XX que essa dinâmica sofreu alterações. Com a expansão comercial e fabril, além de outras atividades como a bancária, as cidades passam a ser o pólo, processo acelerado com a industrialização das cidades e a modernização no campo. Nesse contexto, os pequenos camponeses passam a sobreviver às duras penas no campo ou acabam sendo expulsos para as cidades diante da falta de recursos e concorrência desleal com o agronegócio.

Com o êxodo rural, a psicologia se evidenciou ao buscar adaptar as populações do campo às escolas e ao trabalho nas cidades. Assim, se delineia o segundo capítulo do trabalho, que demonstra o trabalho da psicologia no processo de urbanidade. Assim, foi evidenciado que o princípio dessa profissão no país é marcado por teorias importadas e práticas elitistas e higienistas. A psicologia Tradicional Hegemônica buscava o ajustamento da população rural ao modo de vida urbano, de uma forma geral.

Em virtude disso, surge, posteriormente, uma preocupação legítima com as populações rurais, através da Psicologia Rural. Essa área procura traçar reflexões na forma de a psicologia atuar e pesquisar o campo. Contudo, ao esboçar um estado da arte sobre a Psicologia Rural constatou-se que há um universo a ser explorado, todos os conhecimentos psicológicos foram pensados e formulados tomando os grandes centros como referência e generalizados para a população. Apesar da diversidade temática, a discussão epistemológica ainda é incipiente. Assim, cabe à psicologia se debruçar mais nas investigações acerca do desenvolvimento no meio rural, considerando o

contingente de povos do campo ou de municípios marcadamente rurais, mas sobretudo, sobre a herança rural que existe nos brasileiros.

As pesquisas demonstram que a psicologia tradicional é individualizante, isso exemplifica como é contrária às especificidades brasileiras, que como visto, tem características mais coletivas, uma herança da cordialidade do povo do campo. Além disso, só recentemente tem se debruçado com temáticas mais sociais, como a questão racial e de gênero. O que coaduna com as análises do trabalho que sinalizam para uma postura racial e machista da sociedade brasileira, que se estruturou baseada no patricardo e escravidão, em sua gênese agrária, essas marcas ainda estão presentes hoje.

Por outro lado, a psicologia rural não tem um arcabouço teórico-prático estruturado, porque carece de uma teoria que sustente a prática no campo, e esta não é possível de adaptar tem uma teoria psicológica marcadamente urbana. Mas a pesquisa sobre a psicologia rural defende que ela dá pistas para pensar o comportamento social brasileiro, que tem heranças de origem agrária e toda a adaptação ao longo dos anos. Isto é possível como sinalizado por Vigotski e Santos e Calegare (2022) o contexto histórico e o ambiente devem ser considerados ao pensar uma teoria.

Em síntese, Vigotski apontava que a superação da crise na psicologia estaria no desenvolvimento de uma teoria geral, que considerasse a análise histórica, para assim, a partir da materialidade, entender a subjetividade, uma vez que possuem relação dialética. Assim, haveria uma psicologia unificada, mas para isso é necessário respeitar a concretude, a história e cultura da nação, principalmente para pensar uma psicologia brasileira. Uma vez que a concretude que dá as bases para a formulação teórica e esta por sua vez deve ser capaz de sustentar a práxis, ao considerar o rural na constituição da sociedade brasileira é concebível pensar uma teoria psicológica que abarque as populações rurais de forma condizente com seus modos de vida, bem como, consegue contemplar as demais populações do país, visto as marcas que as ruralidades deixou na subjetividade de cada um e principalmente, socialmente.

Só a partir de então é possível pensar em uma psicologia brasileira e disciplinas específicas, como a psicologia rural, que como visto enfrenta desafios epistemológicos, que poderiam ser

compreendidos com o desenvolvimento dessa psicologia única, que leve em consideração a história e cultura brasileira, que tem suas bases nas ruralidades.

Portanto, o presente trabalho partiu de uma analogia do trabalho de Vigotski, que sinalizava a crise na psicologia, pela falta de definição do objeto de estudo, que apresentava uma dualidade, para propor que a Psicologia no Brasil também apresenta uma dicotomia entre uma psicologia urbanocêntrica e um campo de estudos que se detêm a pensar uma Psicologia Rural. Com isso, haveria uma crise na psicologia brasileira, a qual poderia ser solucionada considerando a história, a realidade social e cultural do país. Esses elementos auxiliam na compreensão de uma origem agrária no país que sido deixada à margem, mas poderia corroborar com uma teoria e prática mais condizente com a realidade do país, por dar suporte na atuação com as populações rurais, mas também com populações urbanas ou de outros contextos, considerando as heranças rurais presentes em toda sociedade brasileira.

Assim, o terceiro e último capítulo valeu-se das conceituações de Vigotski sobre o desenvolvimento e a vivência. Foi sinalizado o plano de desenvolvimento, em que o sujeito se apropria daquilo de sua espécie e da sociedade, tanto nos quesitos genéticos quanto comportamentais, até a constituição de seu psiquismo individual, resultante dos fatores biológico, histórico e cultural. Justificando as influências das heranças agrárias do passado colonial do país e dos modos de vida das populações rurais ao longo do tempo, presentes na sociedade brasileira. Bem como, a vivência permite a defesa de que a psicologia não pode ser generalizada para ambientes rurais, a partir de normas urbanizadas e teorias importadas, sem consideração pela realidade brasileira, uma vez que deve ser analisado o meio em que se está inserido e a forma de vivenciá-lo. Com isso, também se postula que o meio rural não deve ser reduzido à sua pobreza, pois há nele uma riqueza cultural e resistência à subordinação.

Por fim, o trabalho dá pistas sobre a necessidade de considerar o rural dentro da ciência psicológica de forma a contemplar as heranças agrárias da sociedade brasileira, mas, principalmente, para ter uma base consistente na atuação com as populações do campo.

Conclui-se que os objetivos do trabalho foram alcançados, pois traçou-se a contradição existente entre a origem agrária do país e o caráter urbanocêntrico da psicologia tradicional. Com isso, foi utilizado como referencial trabalhos sobre a Psicologia Rural, pois é uma área que se coloca a pensar as interfaces entre a psicologia e as ruralidades, expostos as inconsistências e oferecendo reflexões sobre uma atuação mais atrelada aos modos de vida rurais. Acredita-se que o presente trabalho auxilie traga debates que ajudem na reformulação da ciência psicológica brasileira, tornando-a mais apropriada para intervir na sociedade, especialmente, com os povos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18(1), 37-42.
- Albuquerque, F. J. B., Lôbo, A. L., & Raymundo, J. D. S. (1999). Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 12, 503-519.
- Albuquerque, F. J. B. D., & Pimentel, C. E. (2004). Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 175-182.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 44-65.
- Araújo, K. B. D., & Calegare, M. G. A. (2018). Os festejos como estratégia de fortalecimento comunitário em comunidade de Manaus (AM). *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 537-550.
- Araújo, J. N. G., Greggio, M. R., & Pinheiro, T. M. M. (2013). Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. *Psicologia em Revista*, 19(3), 389-406.
- Astudillo, C. Z., & Muñoz, Á. C. (2016). Una aproximación al concepto comunidad rural en psicología comunitaria. *Revista Psicología Política*, 16(37), 367-377.
- Backes, R. M. F., Giongo, C. R., & Cúnico, S. D. (2023). “Somos a Terra Lutando para Sobreviver”: Histórias de Vida de Mulheres Agroecologistas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e263959.
- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS* (Campinas, Online), 1(1).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família (2022). Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs) [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde.
- Bezerra, D. R. D. S., & Silva, A. P. S. D. (2018). Educação do Campo: apropriação pelas professoras de uma escola de assentamento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22, 467-475.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. D. L. T. (1999). A Evolução da Ciência Psicológica. In: _____. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & dos Santos Coutinho, S. M. (2008). Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1), 153-181.
- Carvalho, A. V. (2019). Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. *Aletheia*, 52(2).
- Conti, S., Olivera Méndez, A., Landini, F. P., & Monteiro, R. (2020). Psicología rural en América Latina: Proceso de institucionalización, reflexiones epistemológicas y desafíos. In: Calegare, M. & Mezzalira, A. S. C. *Processos psicossociais: Prática e reflexões sobre educação, saúde, ruralidades e política*. Alexa Cultural/ Edua.
- Correia, A. M. B., & Dantas, C. N. C. B. (2017). O fazer psicológico na ditadura civil militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 71-81.
- Costa, M. D. G. S. G. D., Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de psicologia* (natal), 19, 145-154.
- Costa, Eduardo Moura, & Martins, João Batista. (2018). O projeto Vigotskiano para uma psicologia científica: anotações sobre "O Significado Histórico da Crise da Psicologia". *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 537-551.
- Costa, P. H. A. D., & Mendes, K. T. (2022). Psicologia, 60 anos, e a Crítica da Crítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e262857.
- Costa, E. S., & Scarcelli, I. R. (2016). Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicologia USP*, 27, 357-366.
- Cruz, F. K. T. D., Giongo, C. R., Marques, G. D. S., & Mendes, J. M. R. (2020). “Isso é Tirar a Vida das Pessoas”: Barragens e Violação de Direitos. *Psicologia & Sociedade*, 32, e189039.




















- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30.
- DataSenado (2023). Comparativo Nacional de Violência contra a Mulher. Senado. Leg. https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/interativo.html
- Davis, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1º edição. São Paulo: Boitempo
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, 12, 573-582..
- Espinosa, A., Ferrándiz, J., Cueto, R. M., & Pain, O. (2013). Social identity and emotional climate in a rural community of Perú: An empirical study. *Psicologia & Sociedade*, 25, 321-330.
- Fernandes, B. M. (2000). O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: Strozake, J. J. (org.) *A questão agrária e a justiça*. Revista dos Tribunais, 15-87.
- Flores-Mendoza, C. E., & Nascimento, E. D. (2007). Condição cognitiva de crianças de zona rural. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24, 13-22.
- Fontoura-Junior, E. E., & Guimarães, L. A. M. (2019). Saúde, trabalho e doença do peão pantaneiro: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 17(3), 402-414.
- Giongo, C. R., & Mendes, J. M. R. (2021). “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá. *Psicologia USP*, 32, e190101.
- Girardi, E. P. (2008). *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia]. <http://hdl.handle.net/11449/105064>
- Gondra, J. G. (2000). Medicina, higiene e educação escolar. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; Faria Filho, Luciano Mendes; Veiga, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. 519-550.
- Hobsbawm, E. (1998). O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? (36-48). In _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Companhia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017). *Atlas do espaço rural brasileiro*. 2ª ed.
- Landini, Fernando. (2015). La noción de Psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In: Fernando Landini. (Org.), *Hacia una psicología rural latinoamericana*. CLACSO.
- Landini, F., Benítez, M. I. & Murtagh, S. (2010). Revisión de los trabajos realizados por la psicología sobre pequeños productores agropecuarios. *Anuario de investigaciones*, 17, 221-229.
- Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C. B., Silva, E. L., Sales Macedo, J. P., & de Sousa, A. P. (2017). Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 301-316.
- Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em estudo*, 12, 51-59.
- Lopes, L. G. R., & Carvalho, D. B. D. (2017). Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. *Psicologia & Sociedade*, 29, e159034.
- Lopes, E. M., Ferreira, C. R. C., & Friedrich, D. R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 225-245.
- Lordelo, L. D. R. (2011). A crise na Psicologia: análise da contribuição histórica e epistemológica de LS Vigotski. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 537-544.
- Lunardon, J. A. (2015). Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre.


















- Martins, Adalberto Floriano Greco (2022). *A questão agrária brasileira: da colônia ao governo Bolsonaro*. Martins, A. F. G. (org). Expressão Popular.
- Martins, A. M., Augusto, R. C., & Antunes-Rocha, M. I. (2011). Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 21, 88-104.
- Martins, J. D. S. (2010/2018). *O cativo da terra*. 9º Ed. Editora Contexto.
- Massimi, M. (1998). A história das idéias psicológicas: Uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. *Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa*.
- Massimi, M. (2008). Estudos históricos acerca da psicologia brasileira: uma contribuição. CAMPOS, Regina Helena de Freitas.(Org.). *História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 69-83.
- Massimi, M., Campos, R. D. F., & Brozek, J. (2008). Historiografia da psicologia: Métodos. In: Campos, Regina Helena de Freitas.(Org.) *História da Psicologia: Pesquisa, formação e ensino, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*, 21-48.
- Massola, G. M., & Silva, J. B. D. A. (2019). Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). *Psicologia & Sociedade*, 31, e182046.
- Moura, E. A., da Mata, M. S., Paulino, P. R. V., Freitas, A. P., Alberto, C., Júnior, M., & Mármora, C. H. C. (2016). Os planos genéticos do desenvolvimento humano: a contribuição de vigotski. *Revista Ciências Humanas*, 9(1).
- Moura Jr, J. F., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. D. S. S., & Bomfim, Z. Á. C. (2019). Psicologia e contextos rurais no brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 140-154.
- Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11, 143-151.
- Netto, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. José Paulo Netto. - 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular.
- Oliveira, K. S. A. D., Belo, R. P. N., Amorim, K. M. D. O., & Oliveira, I. F. D. (2017). O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de assistência social do RN. *Psicologia em Revista*, 23(3), 920-938.
- Pasqualini, J. C., & Martins, L. M. (2015). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27, 362-371.
- Patto, M.H.S. Pobreza e escolarização. In: Patto, M. H. S. (Org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- Pessotti, I. (2004). Notas para uma história da psicologia no Brasil (1988). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios*, 209-227.
- Pinheiro, R. L., & Silva, A. P. S. D. (2018). Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 259-273.
- Pizzinato, A., Petracco, M. M., Hamann, C., Cé, J. P., & Rosa, E. N. (2017). Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 41-51.
- Porto-Gonçalves, C. W., & da Rocha Leão, P. C. (2020). Terra, Violência e Conflito na Formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). *Revista da ANPEGE*, 16(29), 712-767.
- Prado, M. Oc., Carpeta, M. M., & Tapia, S. L. Z. (2015). Del campo a la periferia de la ciudad, la omnipresente sombra de la violencia. Campesinos desplazados forzados en Colombia caminan de la mano del eterno retorno a la violencia: vulneración y potencia de vida. *Psicologia USP*, 26(2), 161-168.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras.
- Rodrigues, A. B. (2010). História da Psicologia em Goiás. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, v. 17, p. 135-150.


























- Rosa, M. P. (2022). *Campesinato e luta de classes: um estudo psicológico sobre o processo de consciência* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Rossetto, E., & Brabo, G. (2009). A constituição do sujeito e a subjetividade a partir de Vygotsky: algumas reflexões. *Travessias*, 3(1).
- Roos, Djoni & Fabrini, João Edmilson (2009). A Resistência Camponesa e as Diferentes Formas de Organização Coletiva dos Assentamentos de Quedas Do Iguaçu/Pr. In: Anais do XII Encuentro de Geografos de America Latina. Caminando en una America Latina en Transformación. Montevideo: EGAL.
- Ronzani, T. M., Mendes, K. T., Afonso, J. B., Quintão, E. C., Guilherme, T. G., Oliveira, C. P. D., & Leite, J. F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221801.
- Ruela, S. F., & Moura, M. L. S. D. (2007). Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural. *Psicologia em Estudo*, 12, 315-324.
- Sant'Anna, A. L. D. O. D., Castro, A. D. C., & Jacó-Vilela, A. M. (2019). Fragmentos históricos del indio como trabajador rural en la Psicología del Trabajo a mediados del siglo XX. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(3), 36-47.
- Santos, D. K. O., & Calegare, M. (2022). PSICOLOGIAS E TEMÁTICAS RURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Amazônica-Revista de Psicopedagogia, *Psicologia escolar e Educação*, 15(1, jan-jun), 143-167.
- Schwarcz, L. M. (1993). As faculdades de medicina ou como sanar um país doente. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930* (pp. 189-238).
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. Editora Companhia das Letras.
- Severo, M. (2024). O conceito de camponês no Brasil: usos e críticas. *Sociedade e Estado*, 39(1), e47020.
- Severo, M. (2023). A Classe Média Rural Brasileira e o Agronegócio: Cooptação e Hegemonia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (120), 123-166.
- Silva, A. S. (2013). Metas da ação coletiva e vontade de atuar e maneira coletiva na produção da consciência política de agricultores acampados do MST*-Brasil. *Acta colombiana de Psicología*, 16(1), 67-79.
- Silva, F. G. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da educação*, (28).
- Silva, M. S., & Barros, V. A. D. (2014). Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais. *Psicologia & Sociedade*, 26, 440-448.
- Silva, F. R. D., & Felipe, D. A. (2024). Saúde da Família do Campo e Atuação do Psicólogo em Comunidades Quilombolas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e260811.
- Silva, K. D. B., & Macedo, J. P. (2017). Psicologia e ruralidades no Brasil: Contribuições para o debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 815-830.
- Silva, K. D. B., & Macedo, J. P. (2019a). A concepção de psicólogos sobre o rural nas políticas sociais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(2), 345-360.
- Silva, K. B. & Macedo, J. P. (2019b). Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia. *Estudios Interdisciplinarios em Psicología*, 10(3), 97-120.
- Silva, K. D. B., & Macedo, J. P. (2021). Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-27.
- Stedile, João Pedro (2012). Introdução. In: Stedile, João Pedro; Estevam, Douglas. *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda –1960-1980*. 2ª. ed.—São Paulo : Expressão Popular.
- Soares, A. R. (2010). A psicologia no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(1), 8-41.
- Vasquez, G. C. F. (2009). A psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 856 – 867.
- Veiga, J. E. D. (2002). Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. *Campinas: autores associados*, 200.






















- Vigotski, L. S., & Vinha, T. D. M. P. (2010). *Quarta aula: a questão do meio na pedologia* 1, 2. Tradução: Márcia Pileggi.
- Vigotski, L. S. (2004). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. *Vigotski, L. S. Teoria e método em Psicologia*. Berliner C, tradutora. 3a ed. São Paulo: Martins Fonte/s, 203-417.
- Vigotski, L. S. (2021). *História do desenvolvimento das funções mentais superiores*. Tradução: Solange Afeche, 2.
- Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 28-43.
- Wanderley, Maria de Nazareth Baudel & Favareto, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: Miranda, Carlos; Silva, Heithel (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21; p. 413 - 472.
- Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (2003). Resenha: José Eli da Veiga - “Cidades Imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 51/52, p. 293-297.
- Williams, James M. (1925). *Our rural heritage: the social psychology of rural development*. Alfred A Knopf.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. *Psicologia e compromisso social*, 2.
- Yazbek, M. C. (2021). Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. *Temporalis*, 21(42), 16-30.
- Zimmermann, S. A., de Medeiros, L. S., & Quintans, M. T. D. (2014). Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, 4(1), 117.
















APÊNDICE A





















1. O Fatalismo no Trabalho Camponês: da Submissão às Possibilidades de Ruptura			
Autor: Rosa, Marcela Pereira	Descritores: Campeino ou camponês	Revista: Psicologia & Sociedade	Ano: 2020
2. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra.			
Autor: Figueiredo, Gislayne Cristina  ; Pinto, José Marcelino de Rezende 	Descritores: agrária	Revista: Psicologia & Sociedade	Ano: 12/2014
3. Desenvolvimento de modelo de avaliação de programa de incentivo à agricultura.			
Autor: Rocha, Francisco Eduardo de Castro  ; Tróccoli, Bartholomeu Tôres  ; Albuquerque, Francisco José Batista de 	Descritores: agrária	Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Volume 27 N° 1 Páginas 83 - 91	Ano: Mar/2011
4. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas.			
Autor: Vasquez, Gislayne Cristina Figueiredo	Descritores: agrária rural	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão	Ano: 2009
5. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas.			
Autor: Albuquerque, Francisco José Batista de  ; Coelho, Jorge Artur Peçanha de Miranda  ; Nóbrega, Alex Figueirêdo da  ; Lacerda, Ceci de Souza  ; Maribondo, Ovídio Ferreira 	Descritores: agrária rural	Revista: Psicologia em Estudo	Ano: Dez 2005
6. As políticas públicas e os projetos de assentamento.			
Autor: Albuquerque, Francisco José Batista de  ; Coelho, Jorge Artur Peçanha de Miranda  ; Vasconcelos, Tatiana Cristina 	Descritores: agrária rural	Revista: Estudos de Psicologia (Natal) Volume 9 N° 1 Páginas 81 - 88	Ano: Abr/2004
7. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método.			
Autor: Scopinho, Rosemeire Aparecida  ; Martins, Adalberto Floriano Grecco 	Descritores: agrária	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 15 N° 2 Páginas 124 - 143	Ano: Dez/2003
8. Identity dimension of rural women and the sexual and reproductive health.			
Autor: Paula, Michelle Barbosa Moratório de  ; Queiroz, Ana Beatriz Azevedo  ; Souza, Ívis Emília de Oliveira  ; Salimena, Anna Maria de Oliveira 	Descritores: rural rurais	Revista: Revista Brasileira de Enfermagem Volume 76 N° 3	Ano: 2023









Parmejiani, Helen Petean  ; Carvalho, Ana Luiza de Oliveira  .			
9. “Somos a Terra Lutando para Sobreviver”: Histórias de Vida de Mulheres Agroecologistas.			
Autor: Backes, Raquel Meyer Fagundes  ; Giongo, Carmem Regina  ; Cúnico, Sabrina Daiana  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão, Volume 43 elocation e263959	Ano: 2023
10.  “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá.			
Autor: Giongo, Carmem Regina  ; Mendes, Jussara Maria Rosa  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia USP, Volume 32 elocation e190101	Ano: 2021
11.  Investigation of the relationship between the theory of mind and creative thinking skills of children in rural area.			
Autor: CERRAH ÖZSEVGEÇ, Lale  ; KONTAŞ AZAKLI, Tuğba  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Campinas), Volume 38 elocation e190155	Ano: 2021
12.  IDENTIDADE DE LUGAR E DE TRABALHO ENTRE TRABALHADORES RURAIS NA FRONTEIRA COTIA-IBIÚNA (SP)			
Autor: Massola, Gustavo Martineli  ; Silva Junior, José Barbosa de Araújo  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 31 elocation e182046	Ano: 2019
13.  Escala Multidimensional de Fatalismo: Validação da Versão para Contextos de Pobreza Rural.			
Autor: Camurça Cidade, Elívia  ; Esmeraldo Filho, Carlos Eduardo  ; Moura Júnior, James Ferreira  ; Morais Ximenes, Verônica  .	Descritores: rurais	Revista: Revista de psicología (Santiago), Volume 27 N° 2 Páginas 23 - 35	Ano: Dez 2018
14.  Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM)			
Autor: Araújo, Kamila Bezerra de  ; Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão, Volume 38 N° 3 Páginas 537 - 550	Ano: Set 2018
15.  Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro			
Autor: Leite, Jader Ferreira  ; Dimenstein, Magda  ; Dantas, Candida Bezerra  ; Silva, Eliane Lucas  ; Sales Macedo, João Paulo  ; de Sousa, Adrielly Pereira  .	Descritores: rurais * agrária	Revista: Avances en Psicología Latinoamericana, Volume 35 N° 2 Páginas 301 - 316	Ano: Ago 2017
















16.  JUVENTUDE ASSENTADA E A IDENTIDADE VINCULADA COM A TERRA			
Autor: Lopes, Leandro Gomes Reis  ; Carvalho, Denis Barros de  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 29 elocation e159034	Ano: 2017
17.  Diversidad de expectativas de los extensionistas rurales Latinoamericanos sobre la Psicología			
Autor: Landini, F.  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Natal), Volume 21 N° 4 Páginas 392 - 402	Ano: Dez 2016
18.  Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo.			
Autor: Costa, Eliane Silvia  ; Scarcelli, Ianni Regia  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia USP, Volume 27 N° 2 Páginas 357 - 366	Ano: Ago 2016
19.  EXPECTATIVAS DE LOS EXTENSIONISTAS RURALES LATINOAMERICANOS Y CONTRIBUCIONES PSICOSOCIALES			
Autor: Landini, Fernando Pablo  ; Bianqui, Vanina  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 28 N° 1 Páginas 125 - 134	Ano: Abr 2016
20.  MULHERES EM CONTEXTOS RURAIS: UM MAPEAMENTO SOBRE GÊNERO E RURALIDADE.			
Autor: Gomes, Rita de Cássia Maciazeki  ; Nogueira, Conceição  ; Toneli, Maria Juracy Filgueiras  .	Descritores: rurais rural ruralidade	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 28 N° 1 Páginas 115 - 124	Ano: Abr 2016
21.  Intenção comportamental de agricultores do Oeste de Santa Catarina para a conservação de florestas nativas.			
Autor: Zuchiwschi, Elaine  ; Fantini, Alfredo Celso  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Natal), Volume 20 N° 1 Páginas 61 - 71	Ano: Mar 2015
22.  Estratégias de Cuidado e Suporte em Saúde Mental Entre Mulheres Assentadas.			
Autor: DA GRAÇA COSTA, MARIA  ; DIMENSTEIN, MAGDA  ; LEITE, JÁDER  .	Descritores: rurais	Revista: Revista Colombiana de Psicología, Volume 24 N° 1 Páginas 13 - 28	Ano: Jan 2015
23.  Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais			
Autor: Silva, Marcela Sobreira  ; Barros, Vanessa Andrade de  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 26 N° 2 Páginas 440 - 448	Ano: Ago 2014
24.  Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas			

Autor: Costa, Maria da Graça Silveira Gomes da  ; Dimenstein, Magda Diniz Bezerra  ; Leite, Jáder Ferreira  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Natal), Volume 19 N° 2 Páginas 145 - 154	Ano: Jun 2014
25.  METAS DA AÇÃO COLETIVA E VONTADE DE ATUAR E MANEIRA COLETIVA NA PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE AGRICULTORES ACAMPADOS DO MST* - BRASIL			
Autor: SOARES DA SILVA, ALESSANDRO  .	Descritores: rurais	Revista: Acta Colombiana de Psicología, Volume 16 N° 1 Páginas 67 - 79	Ano: Jun 2013
26.  Memórias sobre um conflito de terra em relatos de história de vida			
Autor: Veloso, Thelma Maria Grisi  ; WhitaKer, Dulce Consuelo Andreatta  .	Descritores: rurais	Revista: Fractal: Revista de Psicologia, Volume 25 N° 1 Páginas 23 - 40	Ano: Abr 2013
27.  "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades			
Autor: Salvaro, Giovana Ilka Jacinto  ; Lago, Mara Coelho de Souza  ; Wolff, Cristina Scheibe  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 25 N° 1 Páginas 79 - 89	Ano: 2013
28.  As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?			
Autor: Reis, Rosana Gomes  ; Cabreira, Lucimaira  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão, Volume 33 N° spe Páginas 54 - 65.	Ano: 2013
29.  De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades			
Autor: Alvaides, Natália Kerche; Scopinho, Rosemeire Aparecida	Descritores: rurais rural agrária	Revista: Psicologia & Sociedade	Ano: 2013
30.  Representación de los extensionistas rurales argentinos sobre los pequeños productores			
Autor: Landini, Fernando Pablo  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 25 N° 2 Páginas 298 - 310	Ano: 2013
31.  Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva			
Autor: Leite, Jáder Ferreira  ; Dimenstein, Magda  .	Descritores: rurais	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 22 N° 2 Páginas 269 - 278	Ano: Ago 2010
32. Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST.			
Autor: Oliveira, Antonimária Bandeira de Freitas and Leite, Jáder Ferreira	Descritores: rurais	Revista: Rev. Subj., vol.16, no.1, p.181-190.	Ano: Abr 2016




33. Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST. Rev. Subj., Abr 2014, vol.14, no.1, p.115-125. ISSN 2359-0769			
Autor: Domingues, Eliane and Rosa, Miriam Debieux	Descritores: rurais	Revista: Rev. Subj., vol.14, no.1, p.115-125. ISSN 2359-0769	Ano: Abr 2014
34. Psicologia Social Comunitária e Agroecologia: uma experiência de formação no contexto amazônico.			
Autor: Calegare, Marcelo et al.	Descritores: rurais	Revista: Pesqui. prá. psicossociais, vol.16, no.4, p.1-16. ISSN 1809-8908	Ano: Dez 2021
35. Oficinas com adolescentes do MST: sexualidade, diversidade sexual e gênero.			
Autor: Domingues, Eliane et al.	Descritores: rurais	Revista: Pesqui. prá. psicossociais, vol.13, no.3, p.1-15. ISSN 1809-8908	Ano: Set 2018
36. Representações sociais da água em Santa Catarina			
Autor: Polli, Gislei Mocelin  ; Kuhnen, Ariane  ; Azevedo, Eliza Gonçalves de  ; Fantin, Jamile  ; Silva, Roberta Ferreira Gasparino da  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia em Estudo, Volume 14 N° 3 Páginas 529 - 536	Ano: Set 2009
37. Documentário: um outro campo experimental no estudo dos processos de subjetivação			
Autor: Marco, Giovanna De  ; Andrade, Ana Lorena Oliveira de  ; Santo, Cíntia Sacramento do Espírito  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Natal), Volume 13 N° 3 Páginas 275 - 284	Ano: Dez 2008
38. Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais			
Autor: Bonomo, Mariana  ; Trindade, Zeidi Araújo  ; Souza, Lídio de  ; Coutinho, Sabrine Mantuan dos Santos  .	Descritores: rurais	Revista: Psicologia, Volume 22 N° 1 Páginas 153 - 181	Ano: 2008
39. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história			
Autor: Domingues, Eliane  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia em Estudo, Volume 12 N° 3 Páginas 573 - 582	Ano: Dez 2007
40. Condição cognitiva de crianças de zona rural			
Autor: Flores-Mendoza, Carmen Elvira  ; Nascimento, Elizabeth do  .	Descritores: rurais rural	Revista: Estudos de Psicologia (Campinas), Volume 24 N° 1 Páginas 13 - 22	Ano: Mar 2007

41. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais			
Autor: Scopinho, Rosemeire Aparecida 	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 19 N° spe Páginas 84 - 94	Ano: 2007
42. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais			
Autor: Albuquerque, Francisco José B.  ; Lôbo, Alexandre Lucena  ; Raymundo, Jorge da Silva 	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia: Reflexão e Crítica, Volume 12 N° 2 Páginas 503 - 519	Ano: 1999
43. A ARTE NA (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ADOLESCENTES EM UMA ESCOLA DO CAMPO.			
Autor: Martines, Elizabeth Antônia Leonel de Moraes  ; Azevedo, Suzana Rocha de Souza  ; Leme, Maria Isabel da Silva 	Descritores: rural	Revista: Psicologia Escolar e Educação, Volume 26 eolocation e225431	Ano: 2022
44. “ISSO É TIRAR A VIDA DAS PESSOAS”: BARRAGENS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS.			
Autor: Cruz, Franciéli Katiúça Teixeira da  ; Giongo, Carmem Regina  ; Marques, Gabriela da Silva  ; Mendes, Jussara Maria Rosa 	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 32	Ano: 2020
45. Public Policies in the Rural Area of São João del-Rei: An inhabitants' view.			
Autor: Santos, Larissa Medeiros Marinho dos  ; Barbosa, Johnny da Costa  ; Santos, Rodrigo Meireles dos  ; Paiva Netto, Anna Beatriz Ribeiro 	Descritores: rural	Revista: Ambiente & Sociedade, Volume 23 eolocation e01633	Ano: 2020
46. A PRODUÇÃO DAS IDENTIDADES/DIFERENÇAS PELA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CEFFA DE JI-PARANÁ/RO.			
Autor: Valadão, Alberto Dias  ; Backes, José Licínio 	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 31	Ano: 2019
47. Jóvenes universitarias en el Valle del Mezquital: autonomía frente a la violencia .			
Autor: Huerta Mata, Rosa María 	Descritores: rural	Revista: Cadernos Pagu, N° 56	Ano: 2019
48. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural.			
Autor: Costa-Fernandez, Elaine  ; Munoz, Claudio Andres Baradit 	Descritores: rural ruralidade	Revista: Fractal: Revista de Psicologia, Volume 31 N° 1 Páginas 35 - 42	Ano: Abr 2019
49. Educação do Campo: apropriação pelas professoras de uma escola de assentamento.			
Autor:	Descritores:	Revista:	Ano:















Bezerra, Delma Rosa dos Santos  ; Silva, Ana Paula Soares da  .	rural	Psicologia Escolar e Educacional, Volume 22 Nº 3 Páginas 467 - 475	Dez 2018
50. Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro.			
Autor: Pizzinato, Adolfo ; Petracco, Milene Mabilde ; Hamann, Cristiano ; Cé, João Pedro ; Rosa, Eduarda Noal .	Descritores: rural	Revista: Psicologia Escolar e Educacional, Volume 21 Nº 1 Páginas 41 - 51	Ano: Abr 2017
51. SUINOCULTOR: VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO PRECÁRIO.			
Autor: Giongo, Carmem Regina  ; Monteiro, Janine Kieling ; Sobrosa, Gênese Marimar Rodrigues .	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 29 elocation e147648	Ano: 2017
52. JOVENS MULHERES DO ÂMBITO RURAL: GÊNERO, PROJETOS DE VIDA E TERRITÓRIO EM FOTOCOMPOSIÇÕES.			
Autor: Pizzinato, Adolfo  ; Hamann, Cristiano ; Maracci-Cardoso, João Gabriel ; Cezar, Marcelo Moreira .	Descritores: rural ruralidade	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 28 Nº 3 Páginas 473 - 483	Ano: Dez 2016
53. Madres, padres y profesores como educadores de la resiliencia en niños colombianos.			
Autor: García, Victoria Eugenia Cabrera  ; Gómez, Viviana Lucía Aya  ; Gómez, Diana Sthefanía Muñoz  ; Marín, Ivón Paola Guevara  ; Rodas, Andrés Mauricio Cano.	Descritores: rural	Revista: Psicologia Escolar e Educacional, Volume 20 Nº 3 Páginas 569 - 579	Ano: Dez 2016
54. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA PROFESSORES EM FORMAÇÃO.			
Autor: Dias, Alesandra Cabreira ; Dias, Gilmar Lopes ; Chamon, Edna Maria Querido de Oliveira .	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 28 Nº 2 Páginas 267 - 277.	Ano: Ago 2016
55. PROJETOS PROFISSIONAIS DE ESTUDANTES DE UM CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.			
Autor: Salvaro, Giovana Ilka Jacinto ; Quadros, Samantha Maciel de ; Estevam, Dimas de Oliveira .	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 28 Nº 2 Páginas 309 - 319	Ano: Ago 2016
56. Relações de gênero e ruralidade nos projetos vitais e noções de si de jovens mulheres.			
Autor: Pizzinato, Adolfo ; Hamann, Cristiano ; Machado, Rodrigo de Oliveira ; Strey, Marlene Neves .	Descritores: rural ruralidade	Revista: Fractal: Revista de Psicologia, Volume 27 Nº 3 Páginas 247 - 255	Ano: Dez 2015











57. A relação entre a Educação Infantil e as famílias do campo.			
Autor: Lima, Luciana Pereira de ; Silva, Ana Paula Soares da	Descritores: rural	Revista: Psicologia Escolar e Educacional, Volume 19 Nº 3 Páginas 475 - 483	Ano: Dez 2015
58. SUJEITO POLÍTICO DRAMÁTICO: MUDANÇAS VIVENCIADAS POR UMA MILITANTE DO MST.			
Autor: Rosa, Leandro Amorim ; Silva, Ana Paula Soares da	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 27 Nº 1 Páginas 47 - 57	Ano: Abr 2015
59. Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado.			
Autor: Silveira, Kelly Ambrósio  ; Enumo, Sônia Regina Fiorim  ; Batista, Elisa Pozzatto  .	Descritores: rural	Revista: Psicologia Escolar e Educacional, Volume 18 Nº 3 Páginas 457 - 465	Ano: Dez 2014
60. Social identity and emotional climate in a rural community of Peru: an empirical study.			
Autor: Espinosa, Agustín  ; Ferrándiz, Jimena  ; Cueto, Rosa María  ; Pain, Oscar  .	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 25 Nº 2 Páginas 321 - 330	Ano: 2013
61. O caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica psicopolítica.			
Autor: Silva, Alessandro Soares da  .	Descritores: rural	Revista: Psicologia em Estudo, Volume 15 Nº 1 Páginas 137 - 149	Ano: Mar 2010
62. Avaliação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: a intenção de pagamento do crédito.			
Autor: Rocha, Francisco Eduardo de Castro  ; Albuquerque, Francisco José Batista de  ; Coelho, Jorge Artur Peçanha de Miranda  ; Dias, Mardonio Rique  ; Marcelino, Maria Quitéria dos Santos  .	Descritores: rural	Revista: Psicologia: Reflexão e Crítica, Volume 22 Nº 1 Páginas 44 - 52	Ano: 2009
63. Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural.			
Autor: Ruela, Sanya Franco  ; Moura, Maria Lucia Seidl de  .	Descritores: rural	Revista: Psicologia em Estudo, Volume 12 Nº 2 Páginas 315 - 324	Ano: Ago 2007
64. Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários.			
Autor: Lima, Alexandre Bonetti .	Descritores: rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 18 Nº 3 Páginas 97 - 103	Ano: Dez 2006

65. Fortalecimiento Institucional de Procesos Asociativos Rurales en Uruguay: modelos de desarrollo, grupalidad y organizaciones del trabajo.			
Autor: Fajardo, Daniel González.	Descritores: ruralidades	Revista: Rev. psicol. polít., vol.16, no.37, p.349-365. ISSN 1519-549	Ano: Dic 2016
66. O lugar do rural e da ruralidade na conferência estadual de assistência social do RN .			
Autor: Oliveira, Kamilla Sthefany Andrade de et al.	Descritores: ruralidades ruralidade	Revista: Psicol. rev. (Belo Horizonte), vol.23, no.3, p.920-938. ISSN 1677-1168	Ano: Dez 2017
67. Dimensões Psicossociais e Possibilidades Políticas de Ação no Comércio de Feira Agroecológica.			
Autor: Cuervo, Maria Rita Macedo, Hamann, Cristiano and Pizzinato, Adolfo	Descritores: ruralidade	Revista: Rev. Subj., vol.20, no.2, p.1-13. ISSN 2359-0769	Ano: Ago 2020
68. Modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do contexto rural da Zona da Mata Pernambucana.			
Autor: Muñoz, Claudio Baradit and Fernandez, Elaine Magalhães Costa	Descritores: ruralidade	Revista: Estud. psicol. (Natal), vol.24, no.1, p.32-41. ISSN 1413-294	Ano: Mar 2019
69. Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática.			
Autor: Silva, Brisana Indio do Brasil de Macêdo et al.	Descritores: ruralidade	Revista: Arq. bras. psicol., vol.71, no.2, p.163-178. ISSN 1809-5267	Ano: 2019
70. Psicologia Política e Ruralidades.			
Autor: Hur, Domenico Uhng and Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar	Descritores: ruralidades	Revista: Rev. psicol. polít., vol.16, no.37, p.277-283. ISSN 1519-549	Ano: Dez 2016
71. Saúde da Família do Campo e Atuação do Psicólogo em Comunidades Quilombolas / Family Health in the Countryside and the Role of the Psychologist in Quilombola Communities / La salud de la familia en el campo y el papel del psicólogo en las comunidades quilombolas			
Autor: Silva, Fellype Ribeiro da; Felipe, Dara Andrade.	Descritores: rural e rurais	Revista: Psicol. ciênc. prof ; 44: e260811. tab	Ano: 2024
72. Camponesas na luta em defesa da terra e da vida / Rural female workers in the struggle in defense of land and life			
Autor: Aguiar, Regina Clara de.	Descritores: Rural e ruralidades	Revista: Cad. psicol. soc. trab ; vol. 25.	Ano: 2022
73. Formação em saúde, população do campo e movimentos sociais: uma experiência VER-SUS / Health education, rural population and social movements: a VER-SUS experience			

<p>Autor: de Abreu, Yahn Rezende; Macedo, Nathiele Santos; Magalhães, Giovana Coelho de Oliveira; de Oliveira, Letícia Nastulevitie; e Silva, Sofia Alves; Zech, Lucas Gondim; Hattori, Wallisen Tadashi; Hasse, Mariana.</p>	<p>Descritores: rural e rurais</p>	<p>Revista: Rev. APS ; 24(4): 788-798.</p>	<p>Ano: 2021</p>
<p>74. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano / Production of Subjectivity and Political Militancy of Young People from the Landless Movement in the semiarid region of Alagoas / Producción de Subjetividad y Militancia Política de los Jóvenes del Movimiento Sin Tierra en la Región Semiárida de Alagoas</p>			
<p>Autor: Alves, Jadelma de Barros; Fernandes, Saulo Luders; Mesquita, Marcos Ribeiro.</p>	<p>Descritores: rural e rurais</p>	<p>Revista: Estud. pesqui. psicol. (Impr.) ; 21(1): 10-29</p>	<p>Ano: jan.-abr. 2021</p>
<p>75. Sentidos e significados da escola do campo na perspectiva da produção cultural das crianças / Senses and meanings of the rural school from the perspective of children's cultural production / Sentidos y significados de la escuela rural desde la perspectiva de la producción cultural infantil</p>			
<p>Autor: LEITE, Jaciara Oliveira.</p>	<p>Descritores: rural e camponesa</p>	<p>Revista: Motrivivência (Florianópolis) ; 32(63): 1-19.</p>	<p>Ano: Jul. 2020</p>
<p>76. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa / Violence against women in Brazilian rural areas: an integrative review</p>			
<p>Autor: Carvalho, Andressa Veras de.</p>	<p>Descritores: rural e rurais</p>	<p>Revista: Aletheia ; 52(2): 166-177.</p>	<p>Ano: jul.-dez. 2019</p>
<p>77. Fragmentos históricos do índio como trabalhador rural na Psicologia do Trabalho de meados do século XX / Historical fragments of the Indian as a rural worker in Work Psychology in the mid-twentieth century / Fragmentos históricos del indio como trabajador rural en la Psicología del Trabajo a mediados del siglo XX</p>			
<p>Autor: André Luís de Oliveira de Sant'Anna; Alexandre de Carvalho Castro; Ana Maria Jacó-Vilela</p>	<p>Descritores: rural</p>	<p>Revista: Arq. bras. psicol. vol.71 no.3 Rio de Janeiro</p>	<p>Ano: set./dez. 2019</p>
<p>78. Saúde, trabalho e doença do peão pantaneiro: uma revisão integrativa / Work, health and disease among rural workers in wetlands: integrative review</p>			
<p>Autor: Fontoura-Junior, Eduardo Espíndola; Guimarães, Liliana Andolpho Magalhães.</p>	<p>Descritores: rural</p>	<p>Revista: Rev. bras. med. trab ; 17(3): 402-414.</p>	<p>Ano: set.2019</p>
<p>79. Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador.</p>			
<p>Autor: Lopes, Eliana Maria  ; Ferreira, Clarice Regina Catelan  ; Friedrich, Douglas Renan .</p>	<p>Descritores: rural</p>	<p>Revista: Psicología, Conocimiento y Sociedad, Volume 8 Nº 1 Páginas 225 - 245</p>	<p>Ano: Mai 2018</p>
<p>80. Sem-terra com terra: resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP / Landless with land: everyday resistance in the settlement of Araras-SP / Sin-tierra con tierra: resistencias cotidianas en el asentamiento de Araras-SP</p>			
<p>Autor: Sousa, Caroline Cristiane; Bernardo, Marcia Hespagnol.</p>	<p>Descritores: rural</p>	<p>Revista: Pesqui. prá. psicossociais ; 12(2): 453-465.</p>	<p>Ano: ago. 2017</p>

81. Condições de vida, pobreza e consumo de álcool em assentamentos rurais: desafios para atuação e formação profissional / Living conditions, poverty and alcohol consumption in rural settlements: challenges for professional action and training / Condiciones de vida, pobreza y consumo de alcohol en territorios rurales: desafíos para la formación y actuación profesional			
Autor: Macedo, João Paulo; Dimenstein, Magda; Leite, Jáder; Dantas, Cândida.	Descritores: rural e rurais	Revista: Pesqui. prá. psicossociais ; 11(3): 552-569.	Ano: dez. 2016
82. Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais / Pesticides: a seed planted in the body and mind of rural workers / Plaguicidas: una semilla plantada en el cuerpo y en la mente de los trabajadores rurales			
Autor: Araújo, José Newton Garcia de; Greggio, Maria Regina; Pinheiro, Tarcísio Márcio Magalhães.	Descritores: rural e rurais	Revista: Psicol. rev. (Belo Horizonte) ; 19(3): 389-406.	Ano: 2013
83. A experiência de intervenção feita por alunos de psicologia numa escola pública em Minas Gerais / The intervention experience made by a group of Psychology students in a public state school in Minas Gerais			
Autor: Lages, Sônia Regina Corrêa; Carvalho, Ananda Martins; Garcia, Heloisa Armond Couto; Oliveira, Gabriel de; Géas, Karina Dias; Dias, Paulo Henrique.	Descritores: rural	Revista: Gerais: Rev. Interinst. Psicol; 5(2): [334-344]	Ano: 2012
84. Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado / Psychology and rural education in the work of Helena Antipoff: a look at the past			
Autor: Martins, Alberto Mesaque; Augusto, Rosely Carlos; Antunes-Rocha, Maria Isabel.	Descritores: rural	Revista: Memorandum ; 21: 88-104.	Ano: out. 2011
85. Cuidar da educação, da cultura e de si: horizontes de uma experiência de resgate da cultura popular na escola / Taking care of education, of culture and of oneself: the horizons of an experience that rescued popular culture at school			
Autor: Leite, Roberta V; Mahfoud, Miguel.	Descritores: rural	Revista: Rev. bras. crescimento desenvolv. hum ; 17(2): 74-86	Ano: abr.-jun. 2007
86. Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira / Intergeneration transmission of culture: study of a family from Minas Gerais, Brazil / Transmisión intergeneracional de la cultura: un estudio sobre una familia mineira			
Autor: Lisboa, Aline Vilhena; Féres-Carneiro, Terezinha; Jablonski, Bernardo.	Descritores: rural	Revista: Psicol. estud ; 12(1): 51-59.	Ano: jan.-abr. 2007
87. MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante / Landless Rural Workers Movement and class consciousness: study of a life history trajectory of a militant			
Autor: Lacerda Júnior, Fernando; Guzzo, Raquel	Descritores: rural e rurais	Revista: Rev. psicol. polit ; 6(12)	Ano: jul.-dez. 2006.
88. O juiz de água: uma forma tradicional de organização de trabalhadores agrícolas para a distribuição de água de irrigação / The judge of water: a tradicional way of rural workers organization for the distribution of water			
Autor: Pérez, Jesús Eduardo Canelón.	Descritores: rural e rurais	Revista: Cad. psicol. soc. trab ; 9(1): 73-90.	Ano: jun. 2006

89. Práxis política no MST: uma leitura a partir de Vigotski e Gramsci / Political praxis in MST: contributions from Vigotski and Gramsci / Praxis política en el MST: contribuciones de Vigotski y Gramsci			
Autor: Rosa, Leandro Amorim; Silva, Ana Paula Soares da.	Descritores: rurais	Revista: Psicol. teor. prá. ; 18(1): 75-86	Ano: abr. 2016
90. O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS / The use of medicinal plants in folk medicine practiced in MST settlements in the state of Rio de Janeiro: a contribution to the SUS			
Autor: Ricardo, Leticia Mendes.	Descritores: rurais	Revista: Rio de Janeiro; s.n; 192 p.	Ano: 2011
91. A PESQUISA EM CONTEXTOS RURAIS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA			
Autor: Dantas, Candida Maria Bezerra  ; Dimenstein, Magda  ; Leite, Jáder Ferreira  ; Torquato, Jaqueline  ; Macedo, João Paulo  .	Descritores: rurais rural	Revista: Psicologia & Sociedade, Volume 30	Ano: 2018
92. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada.			
Autor: Mourão, Ada Raquel Teixeira  ; Cavalcante, Sylvia  .		Revista: Estudos de Psicologia (Natal). Volume 11 N° 2 Páginas 143 - 151	Ano: Ago 2006
93. Del campo a la periferia de la ciudad, la omnipresente sombra de la violencia. Campesinos desplazados forzados en Colombia caminan de la mano del eterno retorno a la violencia: vulneración y potencia de vida.			
Autor: Ocampo Prado, Myriam  ; Martínez Carpetá, Mabel  ; Zuluaga Tapia, Sandra Liliana  .		Revista: Psicologia USP. Volume 26 N° 2 Páginas 161 - 168	Ano: Ago 2015
94. Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações / Appropriation of space and cultural-historical psychology: reflections and notes for possible approaches / Apropiaación del espacio y psicología histórico-cultural: reflexiones y apuntes para posibles aproximaciones			
Autor: Pinheiro, Ricardo Lana; Silva, Ana Paula Soares da.		Revista: Arq. bras. psicol. (Rio J. 2003); 70(3): 259-273	Ano: set./dez. 2018.
95. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil.			
Autor: Albuquerque, Francisco José Batista de 		Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Volume 18 N° 1 Páginas 37 - 42	Ano: Abr/2002
96. A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos.			
Autor: Ronzani, Telmo Mota  ; Mendes, Kíssila Teixeira  ; Afonso, Júlia Batista  ; Quintão, Elisa		Revista: Psicologia: Ciência e Profissão, Volume 41 elocation e221801	Ano: 2021

Campos  ; Guilherme, Tháles Gonçalves  ; Oliveira, Conrado Pável de  ; Leite, Jäder Ferreira  .			
97. A concepção de psicólogos sobre o rural nas políticas sociais			
Autor: Silva, Katya de Brito e  ; Macedo, Joao Paulo  .		Revista: Avances en Psicología Latinoamericana, Volume 37 N° 2 Páginas 345 - 360	Ano: Ago/2019
98. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate.			
Autor: Silva, Kátya de Brito e  ; Macedo, João Paulo  .		Revista: Psicologia: Ciência e Profissão, Volume 37 N° 3 Páginas 815 - 830	Ano: Set 2017
99. Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa.			
Autor: Albuquerque, Francisco José Batista de  ; Pimentel, Carlos Eduardo 		Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Volume 20 N° 2 Páginas 175 - 182	Ano: Ago 2004
100. Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia.			
Autor: Silva, Kátya de Brito e Macedo, João Paulo		Revista: Est. Inter. Psicol., vol.10, no.3, p.97-120. ISSN 2236-6407	Ano: Dez 2019
101. Psicologia e a questão agrária no Brasil: novos desafios para a profissão.			
Autor: Silva, Kátya de Brito e Macedo, João Paulo		Revista: Gerais, Rev. Interinst. Psicol., vol.14, no.1, p.1-27. ISSN 1983-8220	Ano: Abr 2021
102. Una Aproximación al Concepto Comunidad Rural en Psicología Comunitaria.			
Autor: Astudillo, Cristian Zamora and Muñoz, Álvaro Castillo		Revista: Rev. psicol. polít., vol.16, no.37, p.367-377. ISSN 1519-549	Ano: Dic 2016
103. Interiorização dos cursos de psicologia no Brasil: desafios atuais à formação / Interiorization of psychology courses in Brazil: challenges to training / Interiorización de los cursos de psicología en Brasil: desafíos actuales a la formación			
Autor: Macedo, João Paulo; Souza, Carlivane de Jesus; Dimenstein, Magda; Dantas, Candida.		Revista: Psicol. rev. (Belo Horizonte) ; 26(2): 492-515.	Ano: maio-ago . 2020.

APÊNDICE B

Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador		
Autor: Eliana Maria Lopes, Clarice Regina Catelan Ferreira, Douglas Renan Friedrich	Revista: Psicología, Conocimiento y Sociedad	Ano: 2020
Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate		
Autor: Kátya de Brito e Silva, João Paulo Macedo	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão	Ano: Jul/Set. 2017
Psicologia social e formas de vida rural no Brasil		
Autor: Francisco José Batista de Albuquerque	Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa	Ano: Jan-Abr 2002
A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos		
Autor: Telmo Mota Ronzani, Kíssila Teixeira Mendes, Júlia Batista Afonso, Elisa Campos Quintão, Tháles Gonçalves Guilherme, Conrado Pável de Oliveira	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão	Ano: 2021
Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações		
Autor: Ricardo Lana Pinheiro; Ana Paula Soares da Silva	Revista: Arquivos Brasileiros de Psicologia	Ano: 2018
Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra		
Autor: Leandro Gomes Reis Lopes e Denis Barros de Carvalho	Revista: Psicologia & Sociedade	Ano: 2017
Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural		
Autor: Sanya Franco Ruela; Maria Lucia Seidl de Moura	Revista: Psicologia em Estudo	Ano: 2007
Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira		
Autor: Aline Vilhena Lisboa; Terezinha Féres-Carneiro; Bernardo Jablonski	Revista: Psicologia em Estudo	Ano: 2007
Somos a Terra Lutando para Sobreviver?: Histórias de Vida de Mulheres Agroecologistas		
Autor: Raquel Meyer Fagundes Backes; Carmem Regina Giongo	Revista: Psicologia: Ciência e Profissão	Ano: 2023
Agrotóxicos: A semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais		
Autor: José Newton Garcia de Araújo; Maria Regina Greggio; Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro	Revista: Psicologia em Revista	Ano: 2013
Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro		

Autor: Ferreira Leite, Jader; Dimenstein, Magda; Bezerra Dantas, Candida; Lucas Silva, Eliane; Sales Macedo, João Paulo; Pereira de Sousa, Adrielly	Revista: Avances en Psicología Latinoamericana	Ano: 2017
Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo		
Autor: Eliane Silvia Costa; Ianni Regia Scarcelli	Revista: Psicologia USP	Ano: 2016